



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

POLITÉCNICA

politécnica

Eleições no IPL
em Janeiro

Aplicação da Declaração
de Bolonha
Princípios em
Discussão Pública

Conclusões do
1.º Encontro
de Professores do
Ensino Secundário
e Superior

1.º Concurso
de Artes Plásticas
do IPL







INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

Nota de abertura

- 4/16** Sessão Solene 2001/2002
IPL abre novo ano lectivo
Intervenção de Abertura,
Luciano de Almeida, Presidente do IPL
Oração de Sapiência: "Liberdade e
Segurança em Democracia",
Daniel Proença de Carvalho
"Estudantes do IPL - Projectos e
Actividades Futuras",
Ricardo Varela, representante das AE's
- 17** "Repensar a cooperação",
Américo Correia de Oliveira
- 18** Cooperação com Moçambique
IPL recebe prémio Afonso Lopes Vieira
- 19/20** A reforma do ensino politécnico,
Armando Moreno
- 21/25** 1.º Encontro de Professores dos Ensinos
Secundário e Superior
- 26/27** Concurso de Artes Plásticas do IPL
- 28/29** Eleição do Presidente do Instituto
Politécnico de Leiria
- 30/35** **ESE-Leiria**
"Análise dos Ingressos nos Cursos
da ESE - Leiria", *José Manuel Silva,*
Pres. do Conselho Directivo
Notícias e Agenda
Entrevista a Pedro Silva, *Professor*
Entrevista a Cristina Nobre, *Professora*
- 36/42** **ESTG-Leiria**
"Exigência, uma Aposta Ganha!"
Nuno Mangas, Pres. do Conselho Directivo
Notícias e Agenda
Projecto i-Car
Entrevista a Pedro Matos, *Professor*
- 43/45** **ESTGAD-Caldas da Rainha**
"Os Caloiros da ESTGAD"
Análise do acesso ao ensino superior
José Ventura da Cruz Pereira, Director
Notícias e Agenda
- 46/49** **ESTM-Peniche**
"Algumas reflexões... ao correr da pena"
José Loios, Director
Notícias e Agenda
- 50/51** **ESEnf-Leiria**
"Ingresso no Ensino Superior"
Elísio Augusto Gomes Pinto, director
Notícias e Agenda
- 52/53** Serviços de Acção Social
- 54/60** Aplicação da Declaração de
Bolonha: 1. A Declaração de Bolonha e o
Sistema de Graus do Ensino Superior - Bases para
uma discussão (Secretaria de Estado do Ensino
Superior. 2. Processo de Bolonha - discussão públi-
ca. Sistema de graus do Ensino Superior (Conselho
Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.
3 - Declaração conjunta dos Ministros da Educação
Europeus.
- 61** Jantar de Natal do IPL
- 62** Associações de Estudantes

Também, neste ano que terminou de-
correram no IPL importantes realizações
científicas e culturais de que são exem-
plo, o 1.º Encontro de Escritores de Língua
Portuguesa, o 1.º Congresso de Turismo
do IPL, as 1.ªs Jornadas Politécnicas de
Engenharia, o 1.º Encontro de Professores
dos Ensinos Secundário e Superior, as
várias apresentações de obras publica-
das por docentes do Instituto, e várias
conferências, seminários e outras inicia-
tivas de natureza científica e cultural rea-
lizadas nas Escolas do IPL.

Também neste ano lectivo de 2001/2002
ultrapassámos os 8.750 alunos, tendo
ingressado nas Escolas do Instituto mais
de 1.800 novos alunos.

Ainda no ano findo foi possível, finalmente,
obter as dotações orçamentais necessá-
rias à concretização das infra-estruturas in-
dispensáveis para que as Escolas do IPL
possam desenvolver com qualidade o
seu projecto educativo, consolidando,
assim, o projecto de ensino de excelência
que traçámos e que passa, também, e
fundamentalmente, pela qualificação do
pessoal docente e pela formação ade-
quada do pessoal não docente.

É um projecto sério em que todos nos en-
volvemos. É um projecto sério em que to-
dos temos que continuar envolvidos.

Desejamos muito sinceramente poder fa-
zer em Dezembro próximo um balanço
tão positivo para o IPL, do ano de 2002, co-
mo aquele que julgamos poder fazer do ano
que findou!

Um Bom Ano de 2002 para toda a comu-
nidade académica, cheio de trabalho e
de sucessos!

Agora que a noite caiu sobre 2001, sau-
demos 2002, pleno de força, luz e alegria,
fazendo com que este seja um BOM ANO
para o Instituto, para todos nós e para as
nossas famílias!

Façamos de 2002 uma nova etapa na
concretização dos objectivos que traçámos
para o Instituto, empenhemo-nos todos em
tornar realidade as metas que traçámos
com a elaboração e aprovação do Plano
Estratégico de Desenvolvimento do Instituto
Politécnico de Leiria, 2001 – 2006, que,
recordemos, foi aprovado por unanimi-
dade na reunião plenária do Conselho
Geral do Instituto, em 31 de Janeiro de
2001, como resultado de uma profunda re-
flexão interna que terá conhecido o seu
momento mais significativo, do ponto de
vista interno, na discussão alargada a
mais de uma centena de docentes do IPL
que decorreu na Vila do Luso nos dias 8 e
9 de Janeiro e que foi apresentado publi-
camente no passado dia 14 de Março no
Teatro José Lúcio da Silva, perante mais
de 1.400 pessoas da comunidade aca-
démica e da sociedade civil.

O ano de 2001 constitui, por isso, um mar-
co importante para o IPL, nele traçámos sem
ambiguidades o caminho que pretende-
mos trilhar e as medidas necessárias pa-
ra que o possamos fazer com seguran-
ça e firmeza. E fizemo-lo colectivamen-
te, assumindo também colectivamente
que cabe a todos e a cada um de nós tor-
ná-lo realidade! É um documento funda-
mental para o IPL, mas é um documen-
to inacabado que em cada momento ac-
tualizaremos atentos às novas realidades
e desafios que se colocam ao ensino su-
perior.

Luciano de Almeida,
Presidente do IPL

Sessão Solene 2001/2002

IPL abre novo ano lectivo

Realizou-se, no passado dia 7 de Novembro, a Sessão Solene do Instituto Politécnico de Leiria na Igreja de S. Francisco. O evento marcou a abertura do Ano Lectivo 2001/2002 e contou com a presença de várias individualidades do meio académico, cultural e político. A oração de Sapiência foi proferida pelo Dr. Daniel Proença de Carvalho.

A intervenção de abertura foi feita pelo Professor Luciano de Almeida, Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, que cumprimentou as individualidades presentes

** Exmo Senhor Representante de Sua Excelência o Ministro da Educação
Exmo Senhor Representante do Governador Civil do Distrito de Leiria
Excelência Reverendíssima Senhor Bispo de Leiria Fátima
Senhores Presidentes e Vice - Presidentes dos Institutos Politécnicos
Magníficos Reitores e Senhores Vice Reitores
Senhor Presidente do Conselho Directivo da ESE
Senhor Presidente do Conselho Directivo da ESTG
Senhor Director da ESTGAD
Senhor Director da ESTM
Senhor Director da ESEnf
Senhor Representante das Associações de Estudantes
Autoridades Cívicas e Militares
Senhores Convidados
Caros colegas, alunos e funcionários
Minhas Senhoras e meus Senhores*



Luciano de Almeida, Presidente do IPL

Assinalamos hoje, num mesmo acto público, a abertura solene do ano lectivo 2001/2002 e o encerramento das comemorações do XX aniversário do Instituto Politécnico de Leiria.

Dirijo, por isso e antes de mais, uma especial saudação aos mais de 8.500 alunos que hoje estudam no Instituto e muito em particular aos cerca de 1.800 novos alunos que este ano ingressaram nas nossas Escolas. Quero afirmar-lhes, sem qualquer ambiguidade, que a nossa primeira missão, o nosso principal objectivo, é assegurar-lhes um ensino de qualidade e de valores capaz de os preparar para a vida activa e para a cidadania.

Tendo este Instituto sido criado em 1980, pelo Decreto Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, só em 18 de Abril de 1987 foi empossada a sua primeira Comissão Instaladora. Data, igualmente, de Abril de 1987 o início da actividade lectiva com os primeiros cursos de formação inicial do IPL, ministrados na sua Escola mais antiga, a Escola Superior de Educação.

São apenas 14 anos passados mas longo é o caminho que já percorremos. Iniciámos,

então, com 70 alunos. Temos hoje cerca de 8.500, distribuídos por 41 cursos de licenciatura que cobrem praticamente todas as áreas do conhecimento.

Estão hoje integradas no Instituto cinco Escolas Superiores: em Leiria, a Escola Superior de Educação, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão e a Escola Superior de Enfermagem; em Caldas da Rainha, a Escola Superior de Tecnologia, Gestão Arte e Design e em Peniche, a Escola Superior de Tecnologia do Mar.

Fixámos para o presente ano lectivo para os concursos nacionais de acesso ao ensino superior 1.610 vagas e a nota de candidatura mínima de 95. Foram colocados nas 1.ª e 2.ª fases de candidatura 1.785 alunos (mais 175 do que as vagas inicialmente fixadas) e dos 1.785 novos alunos, 96,2 % tiveram 100 ou mais como nota

de candidatura, ou seja apenas 68 dos nossos novos alunos tiveram uma nota de candidatura entre os 95 e os 99 pontos, repito, apenas 68 dos 1.785 novos alunos.

O número de alunos providos de fora da região ultrapassa os 70%, valor que mostra bem que o IPL é hoje claramente uma instituição de âmbito nacional sem que haja perdido a sua vocação originária de forte implantação na região em que se

encontra inserida. E este valor é particularmente significativo se tivermos em conta que um estudo recente revela que

Fixámos para o presente ano lectivo (...) a nota de candidatura mínima de 95. Apenas 68 dos nossos novos alunos tiveram uma nota de candidatura entre os 95 e os 99 pontos, repito, apenas 68 dos 1.785 novos alunos.

85% dos alunos providos de outros pontos do país mostram intenção de se fixar na região.

O IPL contribui, assim, de modo decisivo, para a captação e fixação de quadros altamente qualificados na região em to-

das as áreas do saber contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e económico do país e da região.

É fruto de um trabalho sério que todos nós vimos fazendo e para o qual temos recebido contributos decisivos da sociedade civil que nos rodeia. É fruto de uma política de gestão e de definição dos objectivos estratégicos do IPL e das suas Escolas que aposta claramente na interacção com os agentes sociais, culturais, artísticos e económicos da região. É uma visão do IPL na sociedade, aberto à sociedade civil, de portas abertas, que rejeita qualquer visão fechada, que não se concebe virado sobre si próprio.

É, por isso, um IPL exigente consigo próprio, consciente do papel que lhe cabe desempenhar enquanto comunidade de saberes e firme no propósito de se constituir ele próprio num motor do desenvolvimento da região e do país.

Para tanto fizemos com rigor o diagnóstico do Instituto e das suas Escolas, empenhámo-nos activamente na definição dos nossos objectivos

estratégicos e das medidas adequadas para os atingir, tendo envolvido nesse trabalho toda a comunidade académica do Instituto e individualidades de reconhecido mérito do meio empresarial, social, cultural e artístico da região e do país.

Reunimos mais de um centena de professores das cinco Escolas do IPL nos passados dias 8 e 9 de Janeiro na vila do Luso na preparação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Leiria 2001 – 2006 que veio a ser aprovado por unanimidade pelo Conselho Geral do IPL e apresentado publicamente em 14 de Março do corrente ano no Teatro José Lúcio da Silva, aqui em Leiria, perante mais de 1.400 pessoas da comunidade académica do IPL e da comunidade local.

É para nós um importante documento de referência: fizemos nele um rigoroso diagnóstico da situação, definimos nele com clareza os caminhos que queremos percorrer e enunciámos sem ambiguidades as medidas necessárias para os alcançarmos.

Tomámos como prioridade a definição do projecto educativo do IPL e das suas Escolas e nisso nos empenhámos e continuamos empenhados activamente. Demos prioridade ao projecto educativo fazendo depender dele as nossas propostas quer em matéria de formação, quer em matéria de recursos físicos e humanos necessários para o concretizarmos. Passámos a assentar, como regra, as nossas propostas em estudos rigorosos, cientes de que a nossa legitimidade advém do serviço público que prestamos e que temos o dever de gerir com rigor os recursos de que dispomos.

E fizemo-lo não numa perspectiva fechada, como se fossemos uma ilha no meio do oceano, como se a realidade que nos rodeia não nos dissesse

respeito. Decidimos reflectir sobre os problemas, os novos e os velhos problemas, e retirar daí as necessárias consequências. Decidimos não nos amedrontar com as dificuldades e procurar soluções para as resolver.

Decidimos mesmo não meter a cabeça na areia nem deixar que nos atirassem areia para os olhos.

E porque o fizemos pudemos fazer o diagnóstico da oferta de formação das instituições de ensino superior e pudemos concluir que em algumas áreas há necessidade absoluta de abrandar essa oferta enquanto noutras há necessidade absoluta de captar alunos para a oferta já existente.

Há que racionalizar a oferta de cursos, de que tão falados problemas na área da

formação de professores são apenas um exemplo. A este propósito é sabido que a capacidade de contratação de novos professores pelos estabelecimentos de ensino básico e secundário se encontra praticamente esgotada e em algumas áreas se encontra mesmo esgotada. Há que racionalizar a oferta destas formações pelos estabelecimentos já existentes e há, muito claramente, que encontrar soluções alternativas que passem por formações onde há carências de quadros como sucede por exemplo, e apenas para dar um, nas áreas relacionadas com as políticas sociais.

Mas não basta que esse esforço seja feito pelas instituições. É fundamental, também, que os preconceitos, filhos da ignorância, que ainda infestam certas áreas do poder desapareçam.

E um bom exemplo do que acabo de dizer é a novela que corre nos corredores do poder desde Janeiro de 2000 relativamente à proposta de criação do curso de Serviço Social apresentada pela Escola Superior de Educação. Há reconhecida necessidade de formação naquela área, mas pasme-se!, discute-se se a formação é de natureza universitária ou de natureza politécnica e, enquanto tal, a formação continua por fazer-se mesmo sendo publicamente reconhecidas as carências de técnicos altamente qualificados nesta área!

Entretanto, o país vai esperando e, verdade se diga, nós desesperando! Porque enquanto se discutem as coisas inúteis vai escasseando o tempo para as coisas úteis!

Do conjunto das medidas definidas pelo IPL permito-me salientar: a qualificação do pessoal docente, a dotação do Instituto das infra-estruturas adequadas e indispensáveis a um projecto de qualidade, o desenvolvimento da investigação, a procura de parceiros nacionais e internacionais e a cooperação com os países da CPLP.

No que se refere à qualificação do pessoal docente e apesar da discriminação ne-

O IPL contribui, assim, de modo decisivo, para a captação e fixação de quadros altamente qualificados na região em todas as áreas do saber contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e económico do país e da região.

...
gativa dos Institutos em relação às universidades (a atribuição de bolsas para formação avançada pelo PRODEP foi regulamentarmente de 2 para 3) temos hoje em doutoramento cerca de sete dezenas de docentes, formação em grande parte suportada pelo orçamento privativo das Escolas, pretendendo-se atingir num prazo relativamente curto o objectivo que definimos no primeiro congresso de um mínimo de 5 doutorados por área científica.

Têm hoje vínculo ao IPL cerca de 50 doutorados e a quase totalidade dos restantes docentes tem o grau de mestre ou está em vias de o obter.

Vamos, finalmente, poder dotar o IPL, as Escolas Superiores nele integradas e os SAS das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento e consolidação do nosso projecto educativo.

Permitam-me que, ainda que sucintamente, refira os projectos em curso.

Quanto aos Serviços Centrais do IPL: está em construção, prevendo-se a sua conclusão em finais de Janeiro, o edifício sede do IPL e dos Serviços de Acção Social, resolvendo-se assim um problema que se arrastava sem solução desde a criação do Instituto.

Quanto à Escola Superior de Educação (ESE): abrirá durante esta semana a nova cantina, obra iniciada e concluída este ano. Procedeu-se à adaptação dos espaços físicos até então ocupados pela cozinha e pelo refeitório tendo sido possível criar três novas salas de aula e instalações condignas para os Serviços Académicos.

Encontra-se em fase de adjudicação a construção de um novo edifício pedagógico prevendo-se que possa entrar em funcionamento no próximo ano lectivo. A curto prazo (dois/três anos) procuraremos ainda dotar a Escola de uma Biblioteca e de um Pavilhão Polidesportivo indispensável às actividades lectivas na área da educação física.

Quanto à Escola Superior de Tecnologia



e Gestão (ESTG): vão ser abertos, até ao final do corrente ano, os concursos públicos para adjudicação do novo edifício pedagógico (com uma área de cerca de 10.500 m²) e da biblioteca prevendo-se a sua conclusão em 2003 e 2002, respectivamente. Encontra-se em fase de adjudicação a empreitada para construção de um anexo pedagógico composto por cinco salas de aula e 16 gabinetes para docentes prevendo-se a sua conclusão em Março/Abril próximo.

Foi, ainda, posto a concurso o projecto da Cantina B, prevendo-se que o concurso para a sua construção possa ser lançado

de actualmente funciona a cantina e os serviços dos SAS, adaptando-os para Biblioteca e Serviços Administrativos da ESTGAD, finalidade para que desde início deviam ter sido destinados.

Vai, ainda, proceder-se à abertura do concurso público para construção do edifício dos SAS que servirá os alunos da ESTGAD e da ESARTE e que se situará entre as duas Escolas, prevendo-se a sua conclusão em Outubro próximo.

Quanto à Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche (ESTM): aguarda-se a aprovação dos programas preliminares das suas instalações definitivas (edifício

pedagógico, biblioteca, cantina e serviços de acção social) estando agendada para amanhã na Direcção-Geral do Ensino Superior (DGESup) uma reunião com o Senhor Director Geral na qual sinceramente espero ficar quem esclarecidas as dúvidas que, eventualmente,

ainda restem de modo a que possamos rapidamente proceder à abertura dos concursos públicos para elaboração dos projectos.

Permita-me, Senhor representante de Sua Excelência o Ministro da Educação, Senhor Prof. Helder Pereira que, enquanto Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado de Ensino Superior, lhe peça uma especial atenção

Quanto à Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche (ESTM): aguarda-se a aprovação dos programas preliminares das suas instalações definitivas (edifício pedagógico, biblioteca, cantina e serviços de acção social)

no primeiro trimestre do próximo ano e a sua construção concluída em Dezembro de 2002.

Quanto à Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design (ESTGAD): foi aberto o concurso público para a construção da nova cantina, prevendo-se que possa funcionar já no próximo ano lectivo. Vai proceder-se à remodelação das instalações do antigo Hospital de Santo Isidoro, on-

para estes processos porquanto a partir de 2003 se esgota definitivamente qualquer possibilidade de funcionamento nas actuais instalações provisórias sendo, por isso, urgente e inadiável que se possam pôr a concurso os projectos. É um pedido que faço e que estou certo, porque disso já recebi provas mais do que suficientes, que será prontamente atendido.

Quanto à Escola Superior de Animação e Artes do Espectáculo (ESARTE): encontra-se em fase de acabamentos o edifício pedagógico prevendo-se a sua conclusão em Dezembro/Janeiro próximo, de forma a poder acolher no próximo ano lectivo os primeiros alunos da ESARTE e, até à extinção, os alunos do Pólo da ESE das Caldas Rainha.

E, a este propósito, não-de permitir-me duas notas.

A primeira para os alunos, colegas e funcionários do Pólo da ESE. Quero prestar-lhes a minha homenagem e agradecer-lhes, aqui, e publicamente, a forma séria e serena como têm encarado este processo, no qual estão desde o princípio, não se deixando envolver em querelas em que nos têm querido envolver, em que nós não nos queremos e não nos vamos

Quanto à Escola Superior de Enfermagem: a Escola encontra-se neste momento empenhada na definição do seu projecto educativo

envolver, até porque não nos dizem respeito. Obrigado, por isso, caros alunos, colegas e funcionários.

A segunda nota vai para a Câmara Municipal das Caldas da Rainha, a quem quero publicamente manifestar o meu mais profundo agradecimento pelo apoio que tem prestado ao Instituto Politécnico, entendendo construtivamente as opções estratégicas do IPL e contribuindo para a sua viabilização. São exemplos a colaboração que sempre deu à ESTGAD e ao Pólo da ESE cedendo-lhe instalações provisórias e os meios necessários sempre que lhe foram solicitados e mais recentemente a comparticipação em 50% dos custos de construção da ESARTE e o Protocolo

celebrado em Agosto do corrente ano pelo qual se comprometeu a financiar até ao montante de 80.000 contos as obras previstas para o campus da ESTGAD e da ESARTE. É por isso e não só que repito aqui o que já afirmei aquando da celebração do Protocolo “em matéria de apoio ao ensino superior” a Câmara Municipal das Caldas da Rainha e o seu presidente não recebem lições de ninguém. Devo acrescentar, ainda, por dever de reposição da verdade, que a Câmara Municipal das Caldas da Rainha não tem quaisquer responsabilidades no adiamento da abertura da ESARTE para o próximo ano lectivo. A decisão é de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior e tem a compreensão do Instituto Politécnico de Leiria e a minha pessoalmente tendo em conta as circunstâncias em que a mesma foi proferida.

A ESARTE receberá, pois, em Outubro próximo os seus primeiros alunos, que irão encontrar uma Escola pronta para os receber, uma Escola de que eles e nós nos iremos orgulhar. A criação da

ESARTE foi uma decisão do IPL, recebeu e tem o apoio do Ministério da Educação! O seu projecto não fica diminuído pelo facto

da Escola só entrar em funcionamento no próximo ano lectivo e eu faço questão de partilhar pessoalmente com o Ministério da Educação o ónus desta decisão que frustrando, embora, expectativas que eu próprio criara me pareceu justificado nas circunstâncias, repito, em que a decisão foi tomada.

Feitas estas duas notas que me parecem da mais elementar justiça permitam-me duas referências mais em matéria de infra-estruturas.

Quanto à Escola Superior de Enfermagem: a Escola encontra-se neste momento empenhada na definição do seu projecto educativo, é um processo que, pensamos, deverá estar concluído em meados

do próximo ano. Definido este, procuraremos identificar quais os meios físicos de que a Escola carecerá para poder concretizar o projecto educativo e desenvolveremos todos os esforços para que os mesmos sejam contemplados no orçamento para 2003.

Por último, iniciar-se-á no próximo ano a construção da residência de estudantes n.º 2 das Caldas da Rainha, com capacidade para cerca de 120 alunos, estando também em estudo, e em alguns casos já em fase de projecto, a construção das sedes das Associações de Estudantes das Escolas do IPL, prevendo-se que, ainda no decurso do próximo ano, se possa dar início a algumas destas obras.

Quero salientar que as obras que atrás referi se encontram todas elas asseguradas financeiramente através de recursos previstos no Orçamento de Estado para 2002, de receitas próprias e de comparticipações da Câmara Municipal das Caldas da Rainha e que, uma vez concluídas, dotam as Escolas do IPL de um conjunto de infra-estruturas físicas adequadas à consolidação e desenvolvimento da sua actividade.

Uma referência última para a conclusão em Junho passado da Residência D em Leiria com capacidade para alojar 100 utentes. Permitam-me que fale, agora, do desenvolvimento da investigação: é uma prioridade para o Instituto Politécnico de Leiria, seja no domínio da investigação fundamental, seja no domínio da investigação aplicada. Temos que vencer, nesta matéria, a quase proibição para investigar, devendo exigir quer o financiamento público de projectos de investigação quer procurar o financiamento privado desses mesmos projectos.

Se há área onde os interesses corporativos têm que ceder é esta e é fundamental que a bem, ou a mal, tal suceda rapidamente.

Sinceramente, tenho esperança que as novas realidades com que as instituições de ensino superior público vão ter que se confrontar tenham a virtualidade de se transformar na alavanca voluntária ou forçada da mudança!

...

Quanto à internacionalização do IPL e das suas Escolas e à cooperação internacional: temos vindo, por um lado, a intensificar os laços de cooperação internacional procurando nas nossas áreas de competência as instituições internacionais de maior sucesso e, pelo outro lado a intensificar os laços de cooperação com os países da CPLP. Estão neste âmbito a decorrer cursos de formação de professores em Moçambique e em Cabo Verde, prevendo-se que neste último país concluam a licenciatura em Janeiro próximo 23 formandos, prevendo-se que, igualmente, se possa iniciar em breve um curso em Angola. Tem sido prestada colaboração, quer através da coordenação de cursos quer da leccionação de disciplinas em Cabo Verde, processo que tem envolvido quer a Escola Superior de Educação, quer a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria e que se irá intensificar no presente ano lectivo. Recebemos nas nossas Escolas cerca de três dezenas de alunos dos PALOP. Estudam nas nossas Escolas quase quatro dezenas de alunos de países europeus ao abrigo do Programa ERASMUS e estudam em países europeus quase quatro dezenas de alunos do IPL. São projectos que iremos continuar a desenvolver tendo em conta as nossas capacidades financeiras, os interesses do IPL e do país.

Outras medidas em curso e que me parece dever salientar muito sucintamente são: (a) a redefinição/clarificação das competências centrais das Escolas do IPL; (b) a criação de mecanismos para a criação/alteração/extinção de cursos; (c) a criação de uma estrutura de prestação de serviços; (d) a criação de um Gabinete de Projectos; (e) o reforço dos programas de estágios para alunos; (f) a implementação de tecnologias de informação na gestão de processos administrativos do IPL e suas unidades orgânicas; (g) o desenvolvimento da incubadora de empresas do IPL; (h) o desenvolvimento de cursos de empreendedorismo nas Escolas do



IPL; (i) a diversificação das fontes de financiamento; (j) o desenvolvimento de projectos de e-learning.

Estamos seriamente empenhados na concretização do Plano de Desenvolvimento que traçámos para o IPL, devendo confessar que a sua concretização não depende, porém, exclusivamente de nós.

Com efeito, estamos preocupados com a falta de revisão dos quadros de pessoal docente das Escolas e a não aprovação dos quadros de pessoal não docente, com o financiamento do ensino superior. Estamos preocupados e vemos com apreensão a ausência de reflexão em torno dos princípios das Declarações de Bolonha e de Praga.

Quanto à revisão dos quadros de pessoal docente: eles foram fixados em 1995 numa altura em que o IPL tinha 2.880 alunos, tem actualmente mais de 8.500 e a promessa de que os quadros seriam revistos em 1998. Já foram ultrapassados todos os limites nesta matéria. A ausência de revisão dos quadros de pessoal docente, hoje de 110 professores adjuntos e coordenadores, quando de acordo com os critérios fixados pelo próprio Ministério deveriam ser 373 lesa os legítimos interesses do corpo docente do Instituto e é susceptível de afectar o normal funcionamento da Instituição. Mesmo reconhecendo que não é possível assacar aos actuais responsáveis do Ministério da

Educação responsabilidades nesta matéria não é igualmente possível aceitar que a situação se mantenha por mais tempo. Urge pois a revisão dos quadros de pessoal docente.

O mesmo se diga quanto à aprovação dos quadros de pessoal não docente. Por muita boa vontade que eu tenha, e acreditem que tenho, não consigo encontrar explicação para tanta demora. Espero que a alteração do quadro de autonomia dos Institutos Politécnicos permita resolver de vez problemas que alguma eficácia já teria resolvido há muito.

Para terminar, que esta intervenção já vai longa, duas ou três reflexões apenas de carácter mais geral.

A primeira para fazer uma muito breve referência à Lei do Ordenamento e Organização do Ensino Superior. Tive oportunidade de afirmar publicamente, por várias vezes, que a Lei não viera resolver nenhum problema e viera criar outros que não existiam. Penso que se trata de uma lei inútil, de verdadeiro “lixo jurídico”. Entendo que é preferível assumi-lo corajosamente e varrê-lo, de vez, para o caixote do lixo.

A segunda para referir os problemas relacionados com a diminuição de candidatos ao ensino superior e as suas consequências. Assistimos hoje a um fenómeno que era previsível há já alguns anos. Pela primeira vez este ano o número de vagas postas a concurso pelas instituições

de ensino superior público foram superiores ao número de candidatos, sendo que destes muitos não foram colocados por não possuírem a nota mínima fixada pelas instituições.

É sabido que o número de jovens na faixa etária dos 18 aos 24 anos vai continuar a diminuir até 2007, diminuindo em cerca de 22%.

Esta diminuição brusca num curto espaço de tempo não é susceptível de

ser amortecida pelas instituições, porque brusca e num curto espaço de tempo, e provocará graves dificuldades ao sistema de ensino superior público, se não forem rapidamente criadas formações alternativas. Penso que neste domínio é fundamental enveredar pelas formações tecnológicas curtas, não superiores – de 18 meses a 2 anos – acreditáveis para efeitos de prosseguimento de estudos e que poderiam transformar-se num óptimo veículo para captar novos candidatos para os cursos tecnológicos. É, igualmente, fundamental implementar um verdadeiro sistema de aprendizagem e formação ao longo da vida, reconhecendo para efeitos académicos as competências

adquiridas no exercício das actividades profissionais e definindo com clareza o financiamento de tais formações. É fundamental, para isso, que seja revista a filosofia e a forma de financiamento do ensino nocturno visualizando-o em função dos verdadeiros objectivos que este deve prosseguir – a aprendizagem e formação ao longo da vida.

Em terceiro lugar gostaria de me referir “en passant”, e por motivos óbvios, uma vez que o Orçamento se encontra em discussão na Assembleia da República, ao financiamento do ensino superior. Desde logo, para afirmar que os cortes

efectuados ao orçamento de funcionamento de 2001 foram absolutamente iníquos e podem pôr em causa o normal funcionamento das instituições de ensino superior. De seguida, para afirmar que reduzir a despesa pública é fácil, corta-se x% a cada instituição ou organismo

público. Reduz-se a dívida mas com isso não se garante que não continuem os desperdícios financeiros nalgumas institui-

ções e que não se inviabilizem outras cuja gestão é exercida com rigor. Presta-se um péssimo serviço ao país mas reduz-se a despesa pública. Difícil, mas indispensável, é proceder à reforma da despesa pública, mas isso passa por fazer-se um diagnóstico sério às instituições, por apurar quais aquelas em que há desperdícios e quais aquelas em que há necessidades, por acabar com aquelas – os desperdícios – e por dotar de recursos quem deles necessita e os sabe gerir.

Assim reforma-se a despesa pública. Dá trabalho, é impopular, mas é indispensável que se faça.

É sabido que o número de jovens na faixa etária dos 18 aos 24 anos vai continuar a diminuir até 2007, diminuindo em cerca de 22%.

Os Institutos Politécnicos, como instituições mais jovens e interactivas com a sociedade civil podem e devem ser a alavanca da mudança. Os Institutos Politécnicos podem e devem, em nome dessa mudança, exigir que a autonomia e as capacidades legalmente reconhecidas às instituições não assentem no critério do nome mas no preenchimento de um conjunto de requisitos de natureza científica e pedagógica previamente fixados e comuns a todas as instituições sejam elas públicas, privadas ou cooperativas.

E é indispensável que se faça até porque é indispensável assumir a necessidade de mudança e reforma do nosso sistema de ensino, não tanto por força da implementação das declarações de Bolonha e Praga, mas porque com ou sem elas

tem que perder a cultura corporativa em que está mergulhado e entender, de vez, que tem de se abrir à sociedade civil em todos os sentidos, na definição dos seus objectivos e na participação desta nos seus órgãos de decisão.

Os Institutos Politécnicos, como instituições mais jovens e interactivas com a sociedade civil podem e devem ser a alavanca da mudança. Os Institutos Politécnicos podem e devem, em nome dessa mudança, exigir que a autonomia e as capacidades legalmente reconhecidas às instituições não assentem no critério do nome mas no preenchimento de um conjunto de requisitos de natureza científica e pedagógica previamente fixados e comuns a todas as instituições sejam elas públicas, privadas ou cooperativas. Impõe-se uma política de qualidade medida por indicadores fiáveis e aceites por todos os agentes do sistema.

O Instituto Politécnico de Leiria interpretando os legítimos anseios da população da região em que se insere assume com toda a clareza e sem qualquer ambiguidade que pretende ser a Universidade Politécnica de Leiria, não para perder nada do que já é, não para perder ou descaracterizar a sua formação, mas para poder fazer mais do que já faz, para poder fazer o que tem competência para fazer e que só não faz

porque sofre de um pecado de nascença, um pecado original, o pecado que resulta de lhe terem posto o nome de Instituto Politécnico. Cabe ao Ministério da Educação expiá-lo e não ao Instituto Politécnico de Leiria. Muito obrigado.”

Liberdade e Segurança em Democracia

Oração de Sapiência proferida por Daniel Proença de Carvalho, na sessão solene de abertura do ano lectivo 2001/2002 do IPL

"O tema que me foi proposto para esta intervenção - Liberdade e Segurança em Democracia - não terá sido escolhido innocentemente, à espera que o tratasse numa perspectiva meramente teórica, desligada dos acontecimentos que dominam a actualidade em todo o Mundo. Não fujo ao desafio e por isso a minha intervenção sobre as questões da Liberdade e da Segurança terá como pano de fundo os trágicos acontecimentos do passado dia 11 de Setembro e as polémicas que a reacção dos E.U.A. e dos seus aliados têm motivado, em particular a questão de saber se a liberdade nas democracias está sob a ameaça perante as necessidades de segurança que os cidadãos sentem agudamente.

No recente barómetro DN/TSF/MARKTEST, publicado no DN de 31 de Outubro, 67% dos portugueses afirmam sentir em Portugal mais medo a partir do ataque aos E.U.A. e exactamente a mesma percentagem das pessoas sondadas concorda com restrições à sua liberdade, de forma a termos mais segurança.

Noutros países o sentimento é semelhante.

Parece hoje consensual a ideia de que as democracias estão frágeis perante o ataque desencadeado contra a nação mais poderosa do Mundo e a ameaça

de que esse ataque constitui não o fim mas o princípio de uma guerra de contornos desconhecidos.

Será importante analisar, ainda que ao



de leve, porque chegaram, os E.U.A. e a Europa, a essa situação de fragilidade. Em 1989, com a queda do Muro de Berlim,

O casamento da democracia liberal com o mercado tinha criado um modelo com resultados testados em vários continentes, que conduzira os povos beneficiários a níveis nunca antes alcançados de liberdade, protecção de direitos e prosperidade.

a derrocada das auto-proclamadas democracias populares do Leste da Europa, a progressão das democracias liberais, a prosperidade das nações que adopta-

ram o capitalismo como modelo para a economia, o mundo ocidental viveu momentos de optimismo, antecipado por Francis Fukuyama com a proclamação do "fim da História".

Para este autor, **"esse processo evolutivo parecia estar a conduzir partes cada vez mais vastas do mundo no sentido da modernidade. Se olharmos para além da democracia liberal e do mercado, não existe nada em direcção ao qual se pode esperar que evoluamos. Esta era a essência do fim da História."** ⁽¹⁾

O optimismo era, ou parecia, razoavelmente fundamentado.

O casamento da democracia liberal com o mercado tinha criado um modelo com resultados testados em vários continentes, que conduzira os povos beneficiários a níveis nunca antes alcançados de liberdade, protecção de direitos e prosperidade. Foi assim nos E.U.A., no Canadá, nos países europeus do Ocidente, no Japão, nos chamados Tigres Asiáticos, mais recentemente por toda a América Latina. Como o demonstrou David Landes, na

sua monumental obra sobre a história da economia - "Riqueza e Pobreza das Nações, Porque uns são tão ricos, outros tão pobres", - os valores próprios a cada sociedade, e não as riquezas naturais ou outros motivos, são o factor explicativo das

diversas performances económicas.

Para este historiador, como para muitos outros qualificados pensadores modernos, mais democracia e mais mercado geraram

capital humano qualificado responsável pelo desenvolvimento económico e o progresso social de que beneficiou a civilização ocidental.

Este optimismo cresceu com a extraordinária década de 90, em especial nos E.U.A. e na Europa, alimentado por um longo ciclo de crescimento económico, descida do desemprego e baixa inflação ⁽²⁾.

Na mesma fase histórica estava a ocorrer uma nova vaga de inovação tecnológica, com a fulgurante disseminação de informação a nível mundial, propiciada pela democratização dos benefícios da informática e das telecomunicações.

Nas sociedades do Ocidente e nos países mais avançados do Extremo oriente, os PCs, os telemóveis, a televisão por cabo, a internet, tomaram-se instrumentos acessíveis à generalidade dos lares e dos escritórios.

As Bolsas de Valores captaram imensos recursos disponibilizados às empresas, os investidores enriqueceram, pelo menos virtualmente, aumentando consequente-

cit incontrolável. No final do segundo mandato de Bill Clinton, mercê do longo período de crescimento económico, o Estado não sabia que fazer dos saldos positivos das contas públicas e o debate Bush/Gore centrou-se em boa parte sobre o tema, ou seja, como aplicar os excedentes de receita pública, ambos advogando a descida de impostos, divergindo apenas no grau da descida, para além das naturais diferenças quanto à aplicação dos excedentes das contas públicas.

Este optimismo, embora ensombrado com o crescente fosso entre ricos e pobres - a diferença entre o rendimento per capita dos países industriais mais ricos e os mais pobres andarà entre os 400 para 1, quando há dois séculos e meio andaria entre os 5 para 1 ⁽³⁾ - conduziu os Estados e as sociedades dos países mais desenvolvidos a um natural **abrandamento das suas preocupações em matéria de Defesa e Segurança**.

Abrandamento que, aliás, vinha já de longe, de antes mesmo do fim da chamada

defesa perante as ameaças de outras comunidades; a segunda terá sido a necessidade de criar e garantir uma ordem e uma segurança no interior das suas fronteiras.

Consequentemente, os primeiros e básicos instrumentos do Estado foram um Exército, uma Polícia, um sistema judicial; o Exército para garantir a segurança da comunidade perante a ameaça externa, a Polícia para garantir a ordem interna e o sistema judicial para aplicar as regras do Direito, punindo os infractores e dirimindo os conflitos surgidos entre os membros da comunidade, ou entre estes e o próprio Estado.

Estas foram e são ainda consideradas as **funções básicas e fundamentais** do Estado, chamadas funções de soberania.

Mas o Estado foi ao longo dos séculos assumindo outras responsabilidades, constituindo para o efeito uma Administração com diversos aparelhos burocráticos para o cumprimento das suas funções.

A seguir ao último conflito mundial, os Estados e as suas Administrações **cresceram exponencialmente**, correspondendo em parte às aspirações concretas dos cidadãos e noutra parte às ambições dos detentores do poder político e do poder burocrático.

Em Portugal, esse crescimento foi de tal ordem que hoje cerca de metade do nosso rendimento é-nos retirado pelo Estado, que o gasta através da sua própria Administração.

Assim chegámos ao Estado Providência, à ideia de que cabe ao Estado, não apenas exercer as funções básicas e fundamentais que estiveram na base da sua criação, mas também prover às nossas necessidades de Saúde, Educação, protecção no desemprego e na reforma, e ainda promover o desenvolvimento económico e a justiça social.

Para o exercício destas crescentes responsabilidades, a Administração Pública foi-se igualmente dotando de enormes, pesados e dispendiosos aparelhos burocráticos, cuja eficiência foi sendo questionada. A voracidade desses aparelhos aca-

Convém recordar que a entidade "Estado" nasceu, desenvolveu-se e fortaleceu-se para corresponder às necessidades básicas das comunidades reunidas sob a sua tutela.

mente o consumo.

Mesmo as classes de menores recursos foram encorajadas à aquisição de habitações, automóveis e bens de consumo, sonhos ao alcance de cada vez maior número de pessoas, com a descida das taxas de juro que a baixa inflação e a concentração bancária tornaram possível.

O optimismo no futuro pode emblematicamente ilustrar-se com o debate que dominou a agenda da última eleição presidencial nos E.U.A., centrado sobre o superavit nas contas do Estado Federal. Alguns anos antes, na era de Ronald Reagan, o liberalismo triunfante levava a uma diminuição muito significativa dos impostos, que agravava brutalmente o défice público. Muitos críticos de esquerda previram a falência do Estado americano pelo défi-

guerra fria, em consequência de outro fenómeno - **a crescente intervenção do Estado na economia e na sociedade**.

Na verdade, durante as três décadas que se seguiram ao final do último conflito mundial, os "trinta gloriosos anos", como ficaram conhecidos, outro período durado que terminou com a primeira crise do petróleo em 1973, sob a inspiração da ideologia Keynesiana, os Estados assumiram um papel bem mais ambicioso na regulação da vida económica e da sociedade do que o papel que tradicionalmente lhes era reconhecido.

Convém recordar que a entidade "Estado" nasceu, desenvolveu-se e fortaleceu-se para corresponder às necessidades básicas das comunidades reunidas sob a sua tutela. A primeira dessas necessidades foi a

...



bou por estender-se à actividade económica produtiva, através de empresas públicas criadas de raiz ou através da estatização de empresas privadas, processo que em Portugal atingiu o seu paroxismo em 1975, com a nacionalização da Banca, Seguros, Indústrias, Transportes, reduzindo a iniciativa privada a um papel secundário e meramente tolerado.

Este movimento ascensional de intervenção do Estado e de crescimento da sua Administração levou a que descursasse as tais tarefas básicas e fundamentais nomeadamente a Defesa e Segurança Perante as ameaças externas e internas.

É certo que nos **anos 80** do Século XX deu-

se uma inversão ideológica de sentido contrário à visão Keynesiana até então dominante à esquerda e mesmo à direita, inversão preparada por grandes pensadores liberais e protagonizada por três figuras marcantes da cena mundial: Ronald Reagan, Margaret Thatcher e Helmut Köll. A partir dessa inversão, as palavras de ordem passaram a ser **menos Estado, melhor Estado**, e as políticas que se seguiram foram as de privatização, desregulamentação, aposta na iniciativa pri-

vada, redução da carga fiscal, controlo da despesa pública.

É importante sublinhar que o pensamento liberal que tem dominado a teoria e a prática políticas nos países mais desenvolvidos, não recusa as ideias de solidariedade e de justiça social que estiveram na base do Estado Providência, contrariamente ao que os seus críticos procuram afirmar. Também para os liberais, o Estado deve promover o bem estar, a Saúde, a Edu-

(...) devemos, orgulhar-nos do nosso modelo político democrático, com os seus valores do respeito pela pessoa humana, titular de direitos, liberdades e garantias, do Governo assente no sufrágio directo e universal, nos princípios da divisão de poderes (...)

cação, a Segurança Social dos cidadãos carenciados, mas não o deve fazer universalmente nem através dos aparelhos burocráticos da Administração Pública, que se revelaram ineficientes, caros e preguiçosos, deve, sim, fazê-lo através de instâncias privadas, em competição no mercado, com o objectivo do melhor resultado ao menor custo. Estas ideias, dominantes nos E.U.A. e no Reino Unido, mas também noutros países europeus e, embora raramente,

noutros continentes, acabaram por vencer o comunismo, o socialismo e a social-democracia, nas suas concepções dominantes no século XX.

A "nova esquerda" de que fala Tony Blair absorveu e enquadró a visão liberal que procura fazer recuar o Estado para a concentração nas suas tarefas fundamentais, tarefas que não podem privatizar-se, deixando ao mercado, embora sob regulação de instâncias públicas independentes - Bancos Centrais, Comissões Reguladoras dos Mercados e outros Institutos - o papel de motor do desenvolvimento económico e de realização de tarefas sociais financiadas pelo Orçamento Público.

A **civilização** de que nós, portugueses, fazemos parte, adoptou como **modelo político a democracia representativa** e como **modelo económico o capitalismo** ou a economia de mercado, para os que têm receio da palavra "capitalismo". Estes modelos deram provas inequívocas de serem os mais adequados ao respeito pela dignidade das pessoas e ao desenvolvimento económico e social dos povos. Por isso, podemos, eu diria, devemos,

orgulhar-nos do nosso modelo político democrático, com os seus valores do respeito pela pessoa humana, titular de direitos, liberdades e garantias, do Governo assente no sufrágio directo e universal, nos princípios da divisão de poderes, alternância, limitação de mandatos, par-

ticipação de todos os cidadãos na vida pública, etc.

Podemos orgulhar-nos de viver em sociedades abertas, de fronteiras ténues, onde as liberdades de expressão, associação, reunião, manifestação, não são postas em causa; onde todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e gozam de direitos perante o Estado e os seus órgãos e agentes; onde o império da lei se sobrepõe aos governantes, em especial a Constituição. Onde não são permitidas

discriminações de qualquer ordem, sejam de sexo, raça, religião, condição social ou outra.

Mas podemos também orgulhar-nos do modelo económico da civilização a que pertencemos que, estando longe da perfeição, tem permitido que as suas populações em geral tenham atingido os mais elevados níveis de esperança de vida, de saúde, de educação, protecção nas dificuldades, acesso a bens materiais que confortam a vida, e a bens culturais que enriquecem o espírito.

Modelo que tem criado as maiores realizações no campo da ciência e da tecnologia ao serviço do homem.

Modelo que se tem revelado, de longe, o mais eficaz na criação de riqueza e até o mais justo na sua distribuição.

Um dos atributos da nossa civilização que vale a pena enfatizar é a sua tolerância perante os que a não aceitam ou mesmo aqueles que a combatem.

Nós, que acreditamos nas virtualidades da democracia política e na economia de mercado, não temos a pretensão de

impor o modelo aos que preferem outros caminhos.

Os nossos Estados são laicos, permitem ou mesmo promovem a convivência de todas as religiões e por isso não passa pela cabeça de qualquer dirigente ocidental combater pela religião outro Estado, Nação ou grupo.

Foi neste contexto que os E.U.A. e a Europa foram abalados pelos terríveis acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. De repente, tomámos consciência da precaridade e fragilidade da nossa situação perante uma ameaça sem rosto assumido, difusa, insidiosa, de grupos e organizações que, em nome da religião, estão dispostos a matar e a destruir indiscriminadamente para lançar o terror e minar os alicerces da nossa civilização. Descobrimos, certamente com perplexidade, que seguidores fanáticos de fundamentalismos irracionais estão disponíveis para se lançar numa guerra contra o

Ocidente em que todos os meios e armas disponíveis - químicas, bacteriológicas, nucleares - podem ser usadas nessa cruzada destruidora, sem nenhum objectivo ou estratégia compreensíveis para os nossos padrões racionais.

Percebemos que a ameaça não vem de um Estado estrangeiro mas que pode estar dentro das nossas fronteiras, irreconhecível, vivendo e prosperando à sombra das nossas regras de liberdade e convivência pacífica.

Com a ameaça surgiram no nosso espírito as dúvidas e interrogações: como lutar contra esse inimigo invisível? Até que ponto o medo e o desejo de segurança são compatíveis com as regras da democracia e os direitos e liberdades garantidas a todos os cidadãos? Estão os aparelhos do

sentativas do Ocidente, muitos defenderam a drástica diminuição das despesas com a Defesa. Generalizou-se um ambiente de lassidão.

Os serviços de informações passaram a ser olhados com desconfiança ou mesmo foram totalmente desacreditados, como sucedeu em Portugal, por motivações de pequena política. A autoridade do Estado, ou melhor, a simples ideia de autoridade, entrou em crise profunda. As Polícias foram desvalorizadas e a sua imagem por vezes ridicularizada.

Em Portugal, um ministro da segurança interna afirmou "esta não é a minha polícia", manifestando de uma penada o seu menosprezo pela instituição e certamente imaginando uma polícia cívica mítica, sem pistola nem bastão, cuja arma residisse

Percebemos que a ameaça não vem de um Estado estrangeiro mas que pode estar dentro das nossas fronteiras, irreconhecível, vivendo e prosperando à sombra das nossas regras de liberdade e convivência pacífica.

Estado - Polícias, Serviços de Informações, Tribunais - preparados para fazer face às ameaças e dispõem dos meios necessários para o efeito?

Porventura nunca, como hoje. estivemos perante a **emergência dilemática: Liberdade, Segurança.**

Mas também, porventura nunca, como hoje, foi tão importante proclamar que **Liberdade e Segurança** são as **duas faces da moeda da democracia.**

Devemos reconhecer que o optimismo gerado pela vitória das ideias democráticas, que só neste século venceu o fascismo, o nazismo e o comunismo, e a prosperidade alcançada em décadas de crescimento económico, amoleceu e anestesiou os nossos reflexos de defesa, diminuiu a vigilância perante as ameaças e desarmou as democracias.

Após o termo da guerra fria, com a derrocada do comunismo e a ameaça que ele representava para as democracias repre-

simplesmente na força da persuasão. A Europa deixou-se cair na ilusão da paz duradoura. A União Europeia construiu uma comunidade económica e monetária mas foi incapaz de estabelecer um consenso mínimo sobre Segurança e Política Externa comuns, ou mesmo sobre o combate, dentro das suas fronteiras, contra o terrorismo.

Mas talvez que a maior debilidade das democracias, principalmente na Europa, seja a falta de convicção dos seus dirigentes na defesa dos **valores** que fundamentaram a sua ascensão e o seu sucesso, permitindo, com a sua passividade, a vulgarização de dogmatismos em moda, como o terceiro-mundismo, o relativismo cultural, o antiocidentalismo. Com a excepção honrosa de Tony Blair, não vemos um líder europeu afirmar sem complexos que a Democracia Política e a economia de mercado merecem ser defendidas com os sacrifícios que se revelarem ne-

... cessários, e que esse é o caminho que as nações menos desenvolvidas terão de seguir para ascenderem aos níveis de bem estar e modernidade que o mundo ocidental adquiriu.

Pior ainda, o que vemos ser difundido nas nossas universidades, no ensino em geral, nos meios de comunicação social e nos meios culturais em geral, por uma parte significativa da elite ocidental, são ideias, a meu ver sem nenhum fundamento, culpabilizando o Ocidente, a economia de mercado e a globalização, pela po-

breza e o atraso com que se debate uma grande parte do Mundo que seguiu outras estratégias de desenvolvimento, caucionando por esse meio a perpetuação do fosso entre as nações ricas e pobres.

Alguns intelectuais do Ocidente e algumas forças políticas de extrema esquerda e de extrema direita chegam a desculpar ou justificar o terrorismo, ao considerá-lo uma resposta às injustiças praticadas pelo Ocidente para com os povos oprimidos, como se a opressão e a pobreza de que esses povos sofrem fossem resultados provocados pelas democracias ocidentais. Ou como se o sucesso das democracias fosse conquistado à custa da exploração dos recursos dos países mais atrasados, ideia que alimentou a ideologia terceiro-mundista mas que não resiste a uma análise racional do passado e do presente das relações entre as nações ricas e pobres, como hoje não parece discutível, de tão evidente.

Outra ideia falsa e perigosa que alguns europeus alimentam, é a de que a ameaça do fundamentalismo islâmico é dirigida aos E.U.A. ("o grande Satã") e não à Europa, daí que nos devêssemos dissociar da reacção americana. É uma ideia enganadora e, em qualquer caso, inaceitável. Enganadora, porque, como vemos e ouvimos diariamente nos ecrãs das televisões, as organizações que estão por detrás dos ataques a Nova York e a Washington visam os alicerces e os valores

da nossa civilização, não o Estado Americano.

Ideia sempre inaceitável porque nós, Europeus, devemos solidariedade incondicional ao povo americano perante um ataque tão brutal aos valores mais caros que partilhamos conjuntamente, solidariedade que de igual modo exige-

Mas a outra face da democracia é a segurança, enquanto exigência inflexível do respeito pelos direitos. De nada vale termos direitos se eles não forem respeitados.

mos no passado - recorde-se o auxílio americano à Europa nas duas guerras mundiais e aos Timorenses ainda tão recentemente - e de que precisaremos no futuro.

A ameaça do terrorismo não pode, em caso algum, afectar os fundamentos e os valores da nossa civilização. A democracia, com todas as suas exigências no respeito pelos direitos humanos, tem de ser preservada e mesmo aprofundada. Por isso devemos recusar as tentações securitárias, sejam quais forem os custos a suportar pela fidelidade aos princípios democráticos.

Mas a outra face da democracia é a **segurança**, enquanto exigência inflexível do respeito pelos direitos. De nada vale termos direitos se eles não forem respeitados. O terrorismo é uma amea-

ça à liberdade e aos direitos mais fundamentais dos cidadãos. Por isso o Estado tem de considerar como prioridade das prioridades a segurança dos cidadãos, sem a qual nem pode falar-se de direitos e de liberdade.

Reforçar a **segurança**, no plano interno, significa coordenar eficazmente as polícias, dotá-las dos meios necessários e adequados ao cumprimento das suas missões; implica serviços de informações que habilitem os responsáveis a prever e neutralizar as ameaças; implica que o exercício da acção penal seja superiormente coordenado e dirigido pelo Governo responsável perante os cidadãos; implica que os Tribunais façam cumprir as leis; implica que as leis criminais sejam, tanto quanto possível, dissuasoras da

prática de crimes; implica uma cultura de exigência de autoridade do Estado. No plano externo, a Segurança impõe um novo olhar sobre os meios de combate a novas ameaças, como o terrorismo inspirado pela deriva fundamentalista multicultural; impõe alenta e difícil construção de um direito internacional que legitime e regule os meios de defesa perante ameaças provenientes, não directamente de Estados, mas de grupos e organizações criminosas.

Para que a Segurança e a Liberdade ou a Liberdade e a Segurança sejam as duas faces da Democracia é necessário, acima de tudo, a afirmação dos valores, das

Para que a Segurança e a Liberdade ou a Liberdade e a Segurança sejam as duas faces da Democracia é necessário, acima de tudo, a afirmação dos valores, das convicções, dos princípios, que fizeram da Europa e do Ocidente um espaço de humanismo, liberdade, prosperidade económica e solidariedade social.

convicções, dos princípios, que fizeram da Europa e do Ocidente um espaço de humanismo, liberdade, prosperidade económica e solidariedade social. Eu diria que, terminado, de forma brutal, o optimismo ingénuo do Ocidente num fu-

turo risonho, de harmonia, liberdade, prosperidade e paz geral, devemos evitar o pânico e mesmo o pessimismo.

Certamente que as novas ameaças não serão vencidas a curto prazo, que haverá outros ataques terroristas, outros focos de tensão internacional, que o conflito do Médio Oriente vai perdurar por tempo indeterminado, que outros países muçulmanos poderão destabilizar-se, e que outros acontecimentos imprevisíveis ou imprevisíveis perturbarão o nosso desejo de paz. Mas as democracias do Ocidente têm vencido outras ameaças não menos graves; são ricas e poderosas; dispõem dos mais avançados meios tecnológicos de defesa; muitas outras e poderosas nações - a Rússia, a China, a Índia - perceberam o que está em causa e não hesitaram em tomar o partido da civilização, contra a barbárie; a esmagadora maioria das nações e das populações que professam a religião de Maomé não só evitaram como combatem o fundamentalismo da pe-

quena minoria que dá guarida às organizações terroristas.

Verdadeiramente importante, é que os cidadãos dos países democráticos do Ocidente estejam dispostos a defender os seus valores, a sua liberdade, o património histórico que adquiriram, a sua civilização e a sua cultura.

Oxalá tenham líderes à altura dos desafios. Finalmente, não creio, nem existem indícios que abalem essa minha convicção, que estejam em perigo as liberdades e os direitos fundamentais dos cidadãos que se albergam sob a protecção dos nossos Estados democráticos.

A democracia está solidamente implantada nos E.U.A. há mais de dois séculos, tem longa e forte tradição em velhas nações europeias e progrediu sem cessar em várias vagas, como lhes chamou Samuel Huntigton, em regiões como o sudoeste asiático, a Europa ortodoxa e a América Latina.

Outros países (como a China e Singapura)

aceitaram o modelo económico do Ocidente e com essa importação têm alcançado sucessos notáveis, embora recusem o modelo político da democracia, mas não será que a prosperidade económica constitui um forte impulsionador da democracia, como sucedeu no Chile com Pinochet?

Será que pequenos grupos extremistas que rejeitam liminarmente os valores da modernidade conseguirão pelo terror abalar as nossas democracias e as suas regras? Acho que não. O ataque de 11 de Setembro despertou a consciência adormecida do Ocidente, em especial nos E.U.A. e no Reino Unido, para os riscos do amolecimento nas tarefas da Defesa e Segurança, elas também uma das faces da Democracia. Esse pode ser o lado positivo dos terríveis acontecimentos."

(1) - Público/The Wall Street Journal (06.10.01)

(2) - L'Etat du Monde 2001 (pág. 68)

(3) - David Landes "Riqueza e Pobreza das Nações" (pág. 21)

Estudantes do IPL - Projectos e Actividades futuras

Em representação das Associações de Estudantes das escolas do Instituto Politécnico de Leiria, Ricardo Varela, presidente da AE da ESTGAD proferiu o seu discurso

"Neste início de mais um ano lectivo não devemos deixar de assinalar a importância que o Ensino Superior Politécnico, tem vindo adquirir para o desenvolvimento e melhoramento do Ensino Superior.

Cerca de 40% dos alunos que frequentam o Ensino Superior pertencem ao Politécnico, sendo este sub-sistema um dos responsáveis pelo desenvolvimento regional que tem ocorrido nos últimos

anos, contribuindo decisivamente para uma diminuição das assimetrias regionais.

Neste âmbito é de louvar todo o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Leiria prestigiando e valorizando a Educação, trabalho consagrado através das suas escolas, no qual os alunos foram e são um factor crítico e decisivo.

Esta evolução traduz-se também no Plano



Estratégico de Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Leiria que ira apostar na investigação, na qualificação dos recursos humanos, no investimento em novas instalações e em equipamento necessário para um ensino de qualidade, bem como no reforço da internacionalização das suas actividades.

Contudo no panorama actual, estamos perante uma realidade menos positiva, são várias as preocupações, e questões que se levantam relativos ao Ensino Superior.

Ao nível do Instituto Politécnico de Leiria são problemas e preocupações dos alunos:

- . construção e manutenção dos novos e antigos edifícios visto a existência de salas deterioradas e sobrelotadas
- . inexistência de equipamento base necessário para assegurar o pleno funcionamento dos cursos leccionados
- . contratação de docentes, com a devida formação académica, e a qualificação do corpo docente existente, aos níveis científico, pedagógico e sócio-humanístico
- . o facto de algumas licenciaturas, do Instituto Politécnico de Leiria, ainda não estarem reconhecidas para a docência
- . acréscimo dos valores de taxas e emolumentos já aprovados, o aumento nas papelarias, repografias e alimentação, que não poderão ser justificados, simplesmente pelo aumento da inflação nacional
- . verbas insuficientes dos Serviços de Acção Social, que se reflectem no apoio aos alunos carenciados
- . inexistência de estruturas de apoio ao Desporto Escolar alargado a todas as escolas do Instituto Politécnico de Leiria
- . falta de apoio para projectos e actividades a serem desenvolvidas pelas Escolas e Associações de Estudantes no âmbito educativo

Tendo em conta estes problemas actuais, anteriormente referidos e perspectivando-se um corte orçamental no



Ensino Superior, afectando o Instituto Superior Politécnico de Leiria em 200 mil contos, acreditamos que dificilmente poderemos estar perante um cenário de melhoramento e investimento na educação.

Sabendo que o Orçamento destinado ao Ensino Superior Politécnico já por si é insuficiente levando estas instituições a um esforço maior, no qual os estudantes são o elemento mais prejudicado. Mais uma vez, irá recair sobre os estudantes o sustento da sua própria educação.

Não nos agrada saber que as receitas

provenientes das propinas, possam vir a ser aplicadas para outro fim que não o acréscimo da qualidade do ensino. É importante realçar que apenas e só o Estado é responsável pelo funcionamento das instituições, não cabendo por isso aos alunos colmatar esse claro desinvestimento do Estado no Ensino Superior. Num Estado que se considera justo, onde a educação é um direito e, pela Constituição, gratuito, não nos parece que esta seja a melhor forma de gerir aquilo que enriquece a competitividade e cultura de um País, a Educação. Um bom ano lectivo para todos. “



Opinião

Repensar a cooperação

É indiscutível a importância de que se reveste a cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Leiria é uma região cujo tecido empresarial se caracteriza por um dinamismo peculiar, designadamente pela sua atávica flexibilidade, conseguindo criar nichos de inovação que facilmente colmatam situações de desemprego.

Natural será que os pólos de ensino superior da região leiriense gozem de um estatuto de mobilidade e eficácia, que lhes permite rapidamente adaptar-se ao terreno, criando formas diversificadas de cooperação de acordo com os diversos parceiros. Se cooperar quer dizer “operar (trabalhar) com”, revelar-se-á ineficaz e geradora de conflitos insanáveis, a médio e a longo prazo, toda a cooperação baseada em protocolos unidireccionais, impostos ou não por um dos interlocutores - a verdadeira “co-operação” é aquela que viabiliza um movimento bilateral de trabalho, implicando todas as partes.

O historial do Instituto Politécnico de Leiria, nomeadamente da Escola Superior de Educação de Leiria, parece apontar, sem qualquer margem de dúvida, para essa adaptabilidade a situações diversificadas no terreno. Em Cabo Verde, foi estabelecida uma cooperação interinstitucional que permitiu aos docentes e discentes deslocar-se periodicamente a ambos os países.

Em Moçambique, conseguiu efectuar-se uma formação, no terreno, de docentes bacharéis da Escola Portuguesa do Maputo, optando por uma solução de trabalho de parceria com o Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) de Moçambique que enquadrou nesse projecto do-



Américo Correia de Oliveira*

O historial
do Instituto
Politécnico de Leiria,
nomeadamente da
Escola Superior de
Educação de Leiria,
parece apontar, sem
qualquer margem de
dúvida, para essa
adaptabilidade
a situações
diversificadas
no terreno.

centes residentes.

Em Angola, o projecto (em fase adiantada) de formação de professores portugueses, leccionando na Escola Portuguesa, irá em princípio concretizar-se através de um protocolo entre a Escola Portuguesa de Luanda e a Escola Superior de Educação de Leiria, envolvendo uma componente de ensino presencial e outra de ensino à distância, ficando a ESEL responsável por toda a actividade docente.

Não é intenção deste pequeno artigo efectuar o balanço - a todos os títulos positivo - e, muito menos, o historial da cooperação do Instituto Politécnico de Leiria e da sua Escola Superior de Educação de Leiria com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. O saldo desta cooperação é, sem dúvida, extremamente positivo, mas não será inútil relembrar quão urgente será proceder ao estudo de novas formas de cooperação, talvez de natureza mais fina, que permitam ao Instituto, e designadamente à sua Escola Superior de Educação, celebrar parcerias, na área das pós-graduações, com as instituições de ensino superior locais, e estabelecer protocolos de intercâmbio de docentes e alunos. Para isso, muitas barreiras de índole interna e externa - nomeadamente o figurino constrangedor das competências do ensino superior politécnico - terão que ser derrubadas, porque, de facto, as instituições só crescem, verdadeiramente, quando se desenquistam e interagem umas com as outras, ocupando o lugar que lhes compete e a que têm direito.

* **Docente do Departamento
de Línguas e Literaturas
da ESE-Leiria**

ISPU e ESE-Leiria Formam Professores do 1.º Ciclo e Educação de Infância

Cooperação com Moçambique

Decorre em Maputo, desde o mês de Fevereiro do corrente ano, na Escola Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, o curso de Licenciatura em Ciências da Educação, organizado conjuntamente pelo Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) e a Escola Superior de Educação de Leiria (ESE).

O projecto em curso enquadra-se no protocolo de cooperação existente entre os dois estabelecimentos de ensino superior e visa a reconversão de docentes, com nível de bacharelato, em Professores do 1.º Ciclo e de Educação de Infância.

Foram contemplados pelo processo em curso 20 estudantes, dos quais 19 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. A duração prevista é de dois semestres lectivos e arrancou a 19 de Fevereiro, tendo o fim marcado para 15 de Março de 2002.

O funcionamento do curso é assegurado por quatro docentes do ISPU supervisionados por igual número de docentes da ESE, que ministram as cadeiras de

Metodologia Geral, Português, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Educação Física. O curso tem ainda uma parte prática com 315 horas em regime semi-presencial, que consiste na elaboração de trabalhos de projecto de 25 páginas no mínimo, apresentados em júri.

Relativamente às linhas gerais de pesquisa sugeridas, e em elaboração pelos cursantes, abordam temas ligados à Problemática da Educação Intergerações e Desenvolvimento Comunitário, à Globalização Económica, Sociocultural e Educação, à Experiência de Educação Intercultural, às Dificuldades de Aprendizagem do 1.º Ciclo do Ensino Básico dos Estágios Pedagógicos de formação de professores do EP1 constam: um diagnóstico Preliminar, a questão do SIDA no pré-escolar e a Malária: o que sabem e o que não sabem os alunos do 1.º Ciclo.

A data limite para entrega dos trabalhos está agendada para o dia 28 de Fevereiro de 2002.

A gestão do curso é assegurada por dois

coordenadores, sendo um da ESE e outro do ISPU.

O acordo rubricado entre as duas instituições de ensino superior preconiza que a ESE se compromete a coordenar o projecto de reconversão de docentes, a assegurar a certificação dos cursantes e a colaborar com o ISPU em projectos de investigação ou outros, nomeadamente na área científica e pedagógica.

Por outra, cabe ao ISPU disponibilizar espaços e equipamentos adequados ao funcionamento dos cursos e necessários às actividades lectivas dos docentes, ou outras relacionadas com aspectos burocráticos de funcionamento.

De acordo com o Assessor da Direcção Pedagógica do ISPU, Dr. Carlos So-tamane, a iniciativa surge num momento em que o país enfrenta inúmeras dificuldades no sector educacional, principalmente na área de professores com especialização para esta área de ensino.

Hélio de Sousa

Assessor para a Informação do ISPU

IPL recebe Prémio Afonso Lopes Vieira

O Instituto Politécnico de Leiria (IPL) recebeu, no passado dia 23 de Novembro de 2001, o Prémio Afonso Lopes Vieira na Categoria de Educação. O Presidente do IPL recebeu esta distinção "Em nome dos 8500 alunos e dos 500 funcionários docentes e não docentes" e referiu que "gostaria de partilhá-la com as forças vivas da região".

A atribuição do Prémio decorreu durante a festa do 66.º Aniversário do semanário Região de Leiria, no Teatro José Lúcio da Silva.



Opinião

A reforma do ensino politécnico

Os ideários que se propõem vir a reger a evolução do Ensino Superior em Portugal, expostos por Sua Exa. o Secretário de Estado do Ensino Superior em entrevista à revista Politécnica, do Instituto Politécnico de Leiria, completados pelo artigo A Declaração de Bolonha, da mesma revista, estabelecem alguns princípios que virão a normalizar o sector. Realmente, não só por imperativo da evolução científica e tecnológica universal e por directiva consequente da Comunidade Europeia mas também pela natural evolução do Ensino Politécnico português (de que todos sabemos o trajecto e que, portanto não merece ser aqui revisto), não faz hoje sentido a divisão estabelecida entre Ensino Politécnico e Ensino Universitário, mantendo o degrau de valores que a origem do primeiro assumiu no berço, por Decreto-Lei n.º 427-B/77: Ensino Superior de Curta Duração. Esta denominação primitiva encontra-se completamente ultrapassada e não vale a pena aduzir os motivos desta desactualização.

No momento presente, trata-se, sobretudo, de questões de denominação e de alguns princípios que exigem uma adequação, provavelmente antes do ajuste final. Entre estes reajustes situam-se quatro que se afiguram fundamentais e sem os quais tudo ficará na mesma, não obstante o quadro de intenções se apresentar arrojado, pelo menos entre nós, País tradicionalista, com um legado histórico pesado e vergado à sombra da Universidade de Coimbra. Recorde-se que foi esta Escola que impediu, durante mais de um século, a criação das Universidades do Porto e de Lisboa quando tudo estava já decidido pelo mérito dos docentes das Escolas Médico-Cirúrgicas entre outras de alto nível. Só a revolução de 1910 permitiu a alteração da denominação dos então Institutos Politécnicos de Lisboa e Porto, criando as referidas Universidades, um ano depois do 5 de Outubro, não sem a enorme resistência dos puristas universitários de Coimbra.



Armando Moreno*

Parece fora de dúvidas que as vias adoptadas pelo Ensino Politécnico assumem aspectos de modernidade inquestionáveis entre os quais se destaca a preocupação com o destino dos seus alunos, aspecto sistematicamente renegado pelas instituições universitárias.

Actualmente, a questão reside em saber como e quando a reestruturação deve ser implementada, para não cairmos no erro de dar apenas um pequeno passo quando as circunstâncias exigem um passo largo, prudente embora. A precocidade das reformas é maligna, e o retardamento também. Mas se ficamos por meias águas, caímos na indecisão que nada resolve. Falemos claro: o que se encontra em causa é a catapultagem do

ensino português para moldes modernos ou, caso se hesite, a manutenção de uma mediocridade que se reflecte em todas as actividades do País. Não está em causa, como muitos pretendem, a hierarquização ou, se quisermos dizer de outro modo, o entendimento de que a instituição Universitária é verdadeiramente superior e tudo o resto vive numa plataforma de bicos de pés, a que a fatalidade de uma socialização votou o ensino dito não universitário. É certo que, apesar de estarmos longe de 1910, muitas mentalidades mantêm-se agarradas a conceitos retrógrados e o elemento fundamental de toda a evolução, o desenvolvimento social como corolário da elevação do teor do ensino, passa a assumir, aos olhos dos tais, um papel secundário. O que é preciso, comentam, é manter a dignidade e a tradição da instituição universitária. Passou-se o mesmo com a elevação dos cirurgiões que, durante séculos constituíram uma classe subalterna dos médicos, por ser de natureza manual e tecnológica. Todos sabemos a sua história e como foi a equiparação que deu à Cirurgia o elevado gabarito que alcançou durante o século XX. Parece fora de dúvidas que as vias adoptadas pelo Ensino Politécnico assumem aspectos de modernidade inquestionáveis entre os quais se destaca a preocupação com o destino dos seus alunos, aspecto sistematicamente renegado pelas instituições universitárias. Atento às realidades sociais e às necessidades do mercado de trabalho, muito mais do que a princípios de tradição, tornou-se um paradigma que todo o Ensino Superior exige, sob pena de se tornar obsoleto.

Daí que, como acima refiro, as medidas de normalização do Ensino Superior enunciadas pelo Secretário de Estado serem desassombradas para o ambiente português, habituado a reagir à modernização do modo estéril e negativo como reagiu às propostas de Verney, no século XVIII.

Quatro pontos ressaltam, à minha leitura,

da entrevista: a denominação das Escolas, a natureza da investigação, as carreiras e as denominações dos docentes. Em relação à denominação das Escolas, isto é, a denominação geral de Universidades Politécnicas, parece, realmente, um desastre que anula todo o efeito do projecto. Embora Sua Exa. assuma que, e cito, por mim tudo seriam Universidades, o certo é que, mais adiante, aceita como boa a denominação de Universidades Politécnicas. E o que espanta é que são os próprios responsáveis por este ensino que defendem esta denominação. A ser assim, fica tudo na mesma. São estes degrauzinhos subtis e medrosos que constituem o cerne da nossa maneira de estar, dos nossos bons costumes, solícitos, assustados, substituindo uma falsa noção de subserviência por um imaginário sentimento de cautela. É bem popular e bem português o ditado: cautela e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém. Como este ditado pode ser entendido de modo a tornar-se profundamente falso! A realidade é bem outra. O que vai acontecer, neste caso, é que essa denominação vai acabar por cair, até porque já no presente ela não faz sentido: muito do ensino hoje incluído em cursos politécnicos só lá está em resultado da evolução histórica, como é o caso paradigmático da Enfermagem que nunca foi uma actividade puramente técnica e não existe nenhum curso universitário com tão elevada componente humanitária e humanística, a não ser, provavelmente, a Medicina. Ninguém deseja que qualquer destas profissões se converta numa seca e amargurada atitude técnica. Só está lá porque muitos médicos não entenderam que hoje o médico necessita ter ao seu lado profissionais competentes em cada uma das áreas, como ele deve ser na sua. Só está lá porque a preparação dos enfermeiros era tradicionalmente fraca e o nível económico mantinha-os numa situação de classe em que não havia tempo para atingirem o grau de cultura que lhes permitisse acesso à dignidade e ao respeito que a profissão merece. Habitados a serem obedientes perante a hierarquia médica, porque se entendia que não tinham nada que saber os motivos dos actos que praticavam, provocam agora espanto porque já sabem o valor dos seus actos, a origem científica dos medicamentos

que ministram, dos curativos ou cuidados que executam, e sabem também prever os resultados dessas actividades. Deixaram de ser robots e autómatos. Voltando ao tema das denominações, nunca é demais frisar que a manutenção do termo Universidade Politécnica não é adequada até porque muitas das nossas escolas politécnicas já se encontram inseridas em Universidades. Há sempre a hipótese, se assim for entendido pelas partes, de se manter a designação em relação às Escolas, isto é, às componentes dessas Universidades, dando a denominação Politécnicas às que forem realmente dirigidas num sentido exclusivamente técnico.

O segundo tema refere-se à Investigação: Investigação Aplicada, para os Politécnicos, Investigação Básica para as Universidades. Não cabe num documento desta natureza a discussão das realidades da Investigação em Portugal. Mas cabe a comparação entre os ideários de planeamento, quando são coercivos: como pode exigir-se a um regente de Fisiologia de um curso dos Politécnicos, por exemplo, que não faça investigação na sua área que, forçosamente, tem características básicas? E como vai impedir-se um docente universitário de organizar projectos de Investigação Aplicada? Mais parece que esta separação se destina a encontrar uma solução para a questão hoje insolúvel: o que distingue a actividade Universitária da Politécnica? Como não se encontra resposta cabal, toca a inventar diferenças.

O terceiro tema refere-se às carreiras: a carreira universitária tem como tónica de início o doutoramento (as provas de aptidão pedagógica e capacidade científica devem constituir a demonstração de capacidades), enquanto a carreira politécnica termina com o doutoramento. Esta aberração tem várias consequências negativas. A primeira é a manutenção do statu quo: universidades para um lado, politécnicos para outro. A segunda é que não parece lícito impedir um docente de prosseguir na carreira, levando a cabo os seus actos de agregação. A terceira, consequente à anterior, é que os docentes que desejarem prosseguir a carreira, procurarão passar para o ensino universitário, tornando-se o ensino politécnico, mais uma vez e por mais um motivo, uma

escolha de segunda, por parte dos docentes. Esta sub-divisão e subalternidade não aproveita a ninguém. Tem como objectivo a melhoria do ensino? Não. Tem como objectivo dignificar o ensino? Não. Tem por objectivo incentivar a investigação? Também não. Afigura-se, mesmo, que a unificação das carreiras deveria ser o primeiro passo a dar na equalização dos dois sistemas de Ensino Superior.

Por fim, a questão das denominações dos docentes: o Mestre é Professor Adjunto no ensino Politécnico, a que correspondem as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica no ensino Universitário que habilitam ao título de Primeiro Assistente. O Doutoramento confere, na Universidade, o título de Professor Auxiliar enquanto no Politécnico o título de Professor Coordenador. As provas de Agregação permitem o acesso a Professor Catedrático e não tem equivalência no ensino Politécnico.

Ainda em matéria de denominações, que em muitos casos têm raízes eclesásticas que, como se sabe, constituíram a origem das universidades, escolhe-se para supremo da Universidade o Reitor, para o Politécnico o de Presidente, mais adequado a estruturas empresariais e sem qualquer tipo de tradição académica. Também as Universidades são constituídas por Faculdades, enquanto no Politécnico dá-se o nome de Escolas. A não ser tomada a equalização, neste aspecto, em resolução conjunta com as carreiras, esta poderia constituir a segunda medida de reestruturação, mantendo a denominação de Director para as Escolas. Seja como for, parece chegado o tempo de dar a César o que é de César e de assumir a dignidade deste sector do ensino, que já possui por mérito próprio. Não temos dúvidas que a alteração vai provocar grandes consequências na área do actual Ensino Politécnico, mas também vai modernizar as estruturas do Ensino Universitário que, em vários pontos (que todos conhecemos), tem muito a aprender com a organização, prática social e modernidade de enquadramento nas realidades, que são já entendidas e praticadas no Ensino Politécnico.

*** Director da Escola Superior de Saúde Egas Moniz**

Colaboração a convite do IPL

1.º Encontro de Professores dos Ensinos Secundário e Superior

O 1.º Encontro de Professores dos Ensinos Secundário e Superior, promovido pelo Instituto Politécnico de Leiria, em colaboração com os Centros de Área Educativa de Leiria e do Oeste, juntou cerca de 180 docentes destes dois níveis de ensino para debater temas relacionados com o ensino em Portugal e a articulação entre os seus diversos níveis, a revisão curricular do ensino secundário e o mercado europeu de emprego.

O Encontro, realizado em 30 Novembro de 2001, decorreu nas instalações da Quinta do Paúl, Ortigosa – Leiria e contou com a presença do Secretário de Estado do Ensino Superior, Professor Doutor Pedro Lourtie; do Director-Geral do Ensino Superior, Professor Doutor Jorge Pedreira, conferencista que encerrou o Encontro, da Coordenadora do Centro da Área Educativa de Leiria, Dra. Odete João, do Coordenador do Centro da Área Educativa do Oeste, Dr. Joaquim Farto e, ainda, do Governador Civil de Leiria Professor Doutor Carlos André e da Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Dra. Isabel Damasceno.

O Secretário de Estado do Ensino Superior abriu o Encontro elogiando a iniciativa pela necessidade que existe de promover o diálogo entre estes dois níveis de ensino.

A Problemática Geral do Ensino em Portugal e a Articulação dos seus Diferentes Níveis

O Prof. Doutor Fernando Regateiro, membro do Conselho Nacional de Educação, defendeu a necessidade de reorientar os planos curriculares em função das necessidades do mercado, das motivações dos alunos e dos contextos locais e regionais.

O orador começou por salientar a falta de interesse que a escola provoca actualmente nas novas gerações comparando com o que acontece com a oferta de certos produtos que as empresas disponibilizam e ninguém quer. A escola



Sessão de Abertura

não motiva, não “chama” os jovens. Os programas/conteúdos não motivam os alunos; estes têm que cumpri-los porque faz parte da escolaridade obrigatória, mas a escolaridade básica, precisamente por ser obrigatória, deveria ser mais motivadora para os alunos. Referiu a importância da adequação dos conteúdos ao contexto local, ao background socioeconómico e cultural dos alunos e frisou a importância do tratamento individualizado que os alunos devem merecer. Toda esta situação de desmotivação acontece, em grande parte, porque a Escola, contrariamente ao que deveria acontecer, gira à volta do professor e não do aluno.

Em relação aos Cursos Tecnológicos apresentou alguns exemplos de sistemas educativos (caso da Alemanha e Holanda) em que há uma oferta vocacional precoce em termos profissionais, podendo os alunos posteriormente diversificar a sua formação, transitando entre diferentes sectores, o que não está a acontecer em Portugal, onde se nota um forte preconceito relativamente a estes cursos. Na sequência desta afirmação salientou a necessidade de se diversificar a oferta formativa, criando possibilidades de transição entre os diversos cursos existentes.

Terminou a sua intervenção lamentando a incapacidade de se conseguir, em Portugal, estabelecer um pacto de regime a propósito dos compromissos estratégicos para a educação.

Formação Tecnológica de Nível Secundário e de Nível Superior

Henrique Neto, Presidente do Conselho de Administração da Iberomoldes SA, dando o exemplo do Japão, uma das economias mais competitivas do mundo, falou da importância de se apostar na formação.

Henrique Neto colocou a tónica da sua intervenção na importância do conhecimento e formação para o desenvolvimento económico, apontando como uma meta importante o reforço da comunicação entre o sector empresarial e outros sectores da sociedade, nomeadamente o educacional, o que na sua opinião não tem acontecido, em Portugal.

Para o orador não há alternativa ao conhecimento/saber na sociedade moderna e não existe conhecimento útil sem modelos de educação adequados e sem estratégia de desenvolvimento (pessoal e profissional). Uma afirmação que lhe é cara “se acha a formação cara, tente a

... ignorância” exprime o cerne do seu pensamento nesta matéria. O objectivo é dramatizar o facto de que não existe alternativa ao conhecimento na batalha da competitividade das empresas e das nações. Podemos discordar da forma de aquisição do conhecimento, mas todos estamos de acordo com a necessidade de saber. Usando as suas próprias palavras, “O progresso económico e social de Portugal, no contexto da União Europeia e da globalização, passa pelo desenvolvimento de um sector produtivo moderno, gerador de produtos desejáveis nos mercados externos, que privilegie a inovação e a diferença. O factor humano qualificado, culto e com a adequada formação científica, mais o acesso fácil, rápido e barato ao mundo através de transportes e de comunicações de última geração, serão os recursos essenciais”.

Na sua opinião, a formação científica e tecnológica, em todas as fases de ensino, do pré-escolar ao universitário, assume uma importância determinante, mas que não deve ser isolada de outros elementos como o desenvolvimento dos comportamentos sociais positivos, como a identidade, o trabalho de grupo, a iniciativa, o rigor, a solidariedade, a responsabilidade ou a inovação. Outro dos elementos que o orador salientou foi a existência de equilíbrio entre a formação teórica e a formação prática, iguais em dignidade; a criação de objectivos nacionais, para aprendizagem do Português e da Matemática, em todas as fases do ensino; a criação de uma rede nacional de empresas formadoras e de centros tecnológicos que, pela sua modernidade e qualidade, na utilização das novas tecnologias, colaborem com as instituições de ensino na formação tecnológica dos jovens.

Particularmente no que respeita à revisão curricular, Henrique Neto considera que temos que ter sucesso nas escolas. Tendo sucesso a escola, tem sucesso o aluno e, consequentemente, o país.

O Ensino Secundário na Europa – Grandes Tendências

O Prof. Doutor Joaquim Azevedo, vogal da Comissão Executiva da AEP, traçou uma larga panorâmica do Ensino Secundário na Europa analisando vários quadros comparativos.

Nesta conferência, Joaquim Azevedo co-



Fernando Regateiro, Nuno Mangas (moderador) e Henrique Neto

meçou por clarificar a diferença que considera haver entre aquilo que se entende por Ensino Secundário e Ensino e Formação de Nível Secundário, a qual engloba não apenas o Ensino Secundário, stricto sensu, mas também, Ensino Recorrente, Profissional, Tecnológico, Secundário, etc. Comparou seguidamente o ensino e formação de nível secundário na Europa e em Portugal: enquanto que em Portugal existe o Ensino Básico, abrangendo os 7º, 8º e 9º anos, a que se segue o Ensino Secundário, com os 10º, 11º e 12º anos, na Europa, ao nosso Ensino Básico corresponde o ensino secundário inferior e ao nosso Ensino Secundário, corresponde o ensino secundário superior ou 2º Ciclo do Ensino Secundário.

Apresentou uma síntese comparativa entre modelos de ensino e formação (es-

colar, dual e não-formal) dominantes no grupo etário 16-19 anos. (ver Quadro 1) Seguidamente discorreu sobre a “Tipologia da incidência da diversificação curricular/institucional nos sistemas escolares”, apresentando uma comparação entre a Alemanha (a diversificação ocorre logo no termo do ensino primário ou no início do 1º ciclo do ensino secundário), a Espanha e a Inglaterra, países onde a diversificação ocorre ao longo do 1º ciclo do ensino secundário ou na sua fase terminal, a Suécia e Portugal, onde a diversificação ocorre no 2º ciclo do ensino secundário e o Japão e os Estados Unidos onde esta diversificação se verifica sobretudo no ensino superior.

A propósito destes elementos, referiu as percentagens relativas à população que atingiu o 12º ano que em Portugal são muito mais baixas, nos vários níveis etá-

Quadro 1 Síntese comparativa entre modelos de ensino e formação dominantes no grupo etário 16-19 anos

Características Modelo	“Locus” privilegiado de formação	Iniciativa/ Tutela	Certificação	Finalidade principal dos cursos
Escolar	Formação escolar a tempo completo	Tutela da administração educativa	Certificação escolar e, por vezes, profissional	Educativa e de “transfer”
Dual	Formação profissional inicial, alternando escola e empresa	Orientação comum da administração educativa e das empresas	Certificação escolar e profissional	Ocupacional ⁽¹⁾ e terminal
Não-formal	Formação profissional inicial de curta duração de acesso ao emprego em escola e empresa	Tutela de organismos tripartidos e de empresas	Normalmente não há certificação	Ocupacional ⁽¹⁾ e terminal

(1) Ocupacional = quando a finalidade principal é a capacitação para o emprego imediato

rios, quando comparadas com os valores da média dos países da OCDE e, particularmente, com Espanha, país que partiu de um atraso semelhante ao de Portugal e que atingiu valores muito mais elevados (35%), no mesmo período de tempo. A título de exemplo, a escolarização ao nível do 12º ano, para a média dos países da OCDE, no grupo etário dos 25-64 anos é de 62%, enquanto que para Portugal esse valor é de 21%. (ver Quadro 2)

A propósito destes dados referiu as finalidades do Ensino Secundário como sendo:

- aprofundamento de aquisições básicas;
- preparação para o mercado de trabalho;
- preparação para estudos sequenciais (trata-se da forma mais correcta de dizer, atendendo a que pode ha-



Henrique Neto e Joaquim Azevedo

ver estudos pós-secundários sem serem superiores).

Referiu-se seguidamente à “Tipologia de sistemas do ensino secundário superior segundo o grau de integração / diversificação”, com a análise feita em função de sistemas totalmente unificados (sem referência a qualquer país), sistemas estruturalmente integrados, mas apenas parcialmente unificados (ex.: Noruega, Suécia), sistemas subestruturalmente integrados, com percursos diferenciados (ex.: Finlândia, Holanda e Portugal) e, finalmente, sistemas diversificados (ex.: Alemanha, Itália e Espanha). No entanto, salientou, “como os países têm tendência a copiarem os sistemas de outros países, em Portugal temos todos os modelos referidos no acetato”. Não há nenhum país que tenha um modelo totalmente unificado de escola. Há países que caminham tendencialmente para um único modelo de escola.

A sua intervenção contou ainda com algumas outras análises como as “Polarizações exercidas sobre o ensino secundário inferior e superior”, a “Percentagem da população do grupo etário 25-59 anos que obteve pelo menos o ensino secundário completo”, terminando com a apresentação de um quadro relativo à “Evolução das taxas reais de escolarização em Portugal, nos anos noventa”, que se apresenta. (ver Quadro 3)

Quadro 2

População que atingiu pelo menos o nível secundário da educação (12º ano) Países da OCDE, segundo grupos etários, 1999

Países	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64
Média países da OCDE	62	72	66	58	45
Alemanha	81	85	85	81	73
Áustria*	74	83	78	69	59
Bélgica	57	73	61	50	36
Dinamarca	80	87	80	79	70
Espanha	35	55	41	25	13
Finlândia	72	86	82	67	46
França	62	76	65	57	42
Grécia	50	71	58	42	24
Holanda	-	-	-	-	-
Itália	42	55	50	37	21
Irlanda*	51	67	56	41	31
Luxemburgo	56	61	57	52	41
Noruega*	85	94	89	79	68
Portugal	21	30	21	15	11
Reino Unido	62	66	63	60	53
Suécia	77	87	81	74	61

* Ano de referência 1998

Quadro 3

Evolução das taxas reais de escolarização em Portugal, anos 90

Anos	Educação	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Superior
	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
1985/86	26.7	106.0	60.7	40.4	17.6	5.9
1990/91	47.1	104.2	71.7	56.7	30.2	10.6
1991/92	52.2	108.5	79.4	66.1	40.3	12.3
1992/93	53.0	106.7	82.7	67.0	43.8	17.4
1993/94	54.4	107.6	89.4	73.1	49.1	19.2
1994/95	53.2	109.5	87.1	79.5	51.6	18.4
1995/96	54.6	109.5	90.0	83.0	59.2	19.7
1996/97	57.7	109.2	91.5	85.3	60.4	23.1
1997/98	61.6	109.3	91.0	87.9	62.5	23.7
1998/99	66.4*					
1999/2000	71.6*					

* Estatísticas Preliminares

Revisão Curricular no Ensino Secundário

A Dra. Luisa Martins, em representação da Directora-Geral do Departamento do Ensino Secundário, Dra. Anabela Neves,

...
apresentou a *Revisão Curricular do Ensino Secundário*.

A oradora começou por referir alguns pontos críticos que se faziam sentir no ensino quando se começou a pensar a Revisão Curricular no Ensino Secundário (RCES), tais como Cursos Gerais organizados de forma insatisfatória, Cursos Tecnológicos pouco ajustados ao seu perfil e às necessidades da sociedade, desarticulação entre o currículo e a avaliação, (...) programas extensos, dificilmente exequíveis. Enumerou seguidamente os princípios essenciais da revisão curricular de que se destacam:

- Formação geral comum a todos os cursos;
- 10º ano de apoio, acompanhamento, consolidação e orientação;
- Equilíbrio entre conhecimentos e competências;
- Coerência entre avaliação e currículo (...)



Luisa Martins - Representante do Departamento do Ensino Secundário

Estabeleceu as principais características das matrizes curriculares dos Cursos Gerais e dos Cursos Tecnológicos, salientando que com estes não se pretende obter uma especialização mas sim

uma orientação.

Finalmente, apontou as principais mudanças que a RCES vai introduzir nas práticas educativas:

- ✓ Organização semestral do ano lectivo (dois semestres, aproximadamente, em vez dos habituais três trimestres);
- ✓ Avaliação Sumativa Interna com:
 - . dois momentos para apreciação global das aprendizagens;
 - . outros dois momentos conducentes a uma classificação de frequência;
- ✓ Avaliação Sumativa Externa com exames nacionais no 12.º ano;
- ✓ Tempos lectivos de 90 minutos.

Finalizou a sua intervenção apontando o processo de avaliação dos programas e as medidas de apoio à RCES. Ainda no âmbito do processo de implementação da RCES referiu o contributo que os Centros de Formação deram, particularmente, no que concerne às novas disciplinas criadas.

Panorâmica sobre os Principais Problemas do Ensino Superior na Europa

Director do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, o Prof. Doutor Alberto Amaral traçou um quadro abrangente sobre o papel e o lugar da educação e do ensino na sociedade.

Começando por afirmar que houve uma mudança brutal em relação ao que é a sociedade moderna, introduziu o tema da sua intervenção fazendo apelo ao livro "Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade", de Boaventura Sousa Santos, fazendo o contraponto entre o ensino superior actual e o que existiu até há alguns anos, marcado por concepções completamente distintas. Enquanto que até aos anos 50, 60 do século passado a oferta formativa era bastante homogénea, uma vez que o principal empregador era o Estado, exigindo dos seus futuros empregados determinados perfis de competência, que levavam as instituições de formação a apresentar estruturas curriculares praticamente idênticas no país. Esta situação permitia que todos os indivíduos pudessem concorrer a lugares do Estado, em todo o país, em igualdade de circunstâncias. Entretanto, a situação tem-se vindo a modificar, passando o Estado a ser um "com-

Quadro 4 - Matriz curricular dos Cursos Gerais

	Componentes de Formação	Disciplinas		Carga Horária Semanal/Ano		
				10º	11º	12º
Formação Geral		Língua Portuguesa		3	3	3
		Língua Estrangeira I ou II		3	3	-
		Filosofia		3	3	-
		Educação Física		3	3	3
	Formação Específica	Tronco comum	Uma disciplina trienal	4,5	4,5	4,5
			Doas disciplinas bienais	4,5+4,5	4,5+4,5	-
		Opções	Doas disciplinas podendo uma delas ser da oferta da Escola	-	-	4,5+4,5
	Formação Pessoal e Social	Área de Projecto		3	3	3
		Educação Moral e Religiosa		1,5	1,5	1,5
		TOTAL		(28,5) 30	(28,5) 30	(22,5) 24
Actividades de enriquecimento						

Matriz curricular dos Cursos Tecnológicos

	Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária Semanal/Ano		
			10º	11º	12º
	Geral	Língua Portuguesa	3	3	3
		Língua Estrangeira I ou II	3	3	-
		Filosofia	3	3	-
		Educação Física	3	3	3
	Científico-Tecnológica	Uma disciplina científica trienal	3	3	3
		Uma disciplina científica bienal	3	3	-
		Duas disciplinas tecnológicas trienais	3+3	3+3	3+3
		Uma disciplina tecnológica bienal	6	6	-
		Uma disciplina anual de especificação	-	-	12
Formação Pessoal e Social	Área de Projecto Tecnológico	(3)	(3)	3	
	Educação Moral e Religiosa	1,5	1,5	1,5	
	TOTAL	(30) 31,5	(30) 31,5	(30) 31,5	
	Actividades de enriquecimento				

prador” de serviços e delegando no sector privado parte dos serviços, que anteriormente estavam sob o seu domínio e, consequentemente, a oferta formativa diversificou-se, passando os alunos a ser vistos como clientes, numa óptica empresarial. O Estado deixou de usar mecanismos de regulamentação directa e copiou mecanismos que criaram competição entre as instituições. De certo modo, é o que verificamos hoje em Portugal. Há uma grande competição a nível universitário para conseguir um maior número de alunos.

Esta perspectiva traduziu-se igualmente na alteração do sistema de gestão que deixou de ser uma gestão académica para passar a ser uma gestão empresarial. A qual, de resto, já começa a ser contestada pois a gestão académica pode não ser muito eficiente, mas é uma gestão participada.

Alterações no Ensino Superior Face à Declaração de Bolonha

O Director-Geral do Ensino Superior, Prof. Doutor Jorge Pereira, falou das Alterações no Ensino Superior face à Declaração de Bolonha.

Finalmente, o Prof. Doutor Jorge Pereira, começou por esclarecer o contexto em que surgiu a Declaração de Bolonha. Com a União Europeia passou a ser possível a livre circulação de bens, serviços e pessoas. Para possibilitar a efectiva circulação dos cidadãos, situação que será mais premente ainda com o futuro alargamento da UE, havia que criar mecanismos que permitissem o reconhecimento das habilitações. Havia todo um conjunto de diplomas, graus e sistemas de ensino que tornavam o processo de certificação de diplomas mais complexo.

Com a Declaração de Bolonha consideraram-se alguns pontos:

1. Adopção de um sistema de graus que fosse comparável e legível (introdução de um documento suplementar à legislação);
2. Adopção de um sistema baseado em dois ciclos, sendo que o primeiro destes teria uma duração mínima de 3 anos;
3. Estabelecimento de um sistema de créditos;
4. Promoção da mobilidade, só possí-



Jorge Pereira,
Director Geral do Ensino Superior

vel com a utilização dos créditos;
5. Promoção da dimensão europeia no ensino superior; (...)

A Declaração de Bolonha previa um processo de acompanhamento, que tem vindo a ser realizado, nomeadamente, com o reforço de algumas dimensões, dois anos mais tarde, num documento assinado por 32 Ministros, em Praga. Seguidamente, referiu-se à situação do Ensino Superior em Portugal, manifestando a opinião de que o mesmo deve estar aberto àqueles que não tiveram oportunidade de o frequentar, quando deveriam, ou aos que pretendam agora voltar a tomar contacto com essa realidade. Concretizou a oferta formativa em termos de graus académicos e respectiva duração, referindo que em Portugal temos um sistema de dois ciclos: (a) um primeiro ciclo de graduação, com uma duração mínima de 3 anos e conducente a dois graus (Bacharelato / Licenciatura) e (b) um ciclo de pós-graduação, de duração variável, conferente de outros dois graus: Mestrado e Doutoramento.

Considerou que, a nível do ciclo de graduação, deveríamos ter apenas um grau, com uma designação única, mas com a possibilidade de ter durações diferentes. A duração da licenciatura deverá tender para três/quatro anos, com excepção para áreas muito particulares como, por exemplo, a de Medicina. Haveria depois um segundo grau que corresponderia ao Mestrado.

Para terminar, o orador quis deixar a mensagem de que, apesar de na compatibilização dos diferentes sistemas educati-

Encontro de Professores do Ensino Secundário ...algumas impressões

Octávio Gonçalves

Presidente do Conselho Executivo

Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo

“É uma forma de nós, Professores do Ensino Secundário e do Ensino Superior, nos conhecermos melhor. É fundamental que cada um apresente os seus problemas, para que no futuro se possa corrigir a perspectiva de que os alunos não têm o perfil adequado para entrar nas Instituições de Ensino Superior. Eu penso que com este tipo de encontros nós podemos limar essas arestas de modo a promover uma escola de sucesso: sucesso no ensino secundário, sucesso no ensino superior.”

Carlos Costa

Presidente do Conselho Executivo

Escola Secundária Domingos Sequeira

“Normalmente, neste tipo de encontros não é provável que uma pessoa venha a ouvir alguma coisa de novo. Suponho que a utilidade é a existência do próprio encontro e poder debater com outros profissionais do ramo os problemas que são comuns ao Secundário e ao Superior e procurar eventuais articulações entre um e outro. Quanto à reforma curricular, acho que poucas escolas poderão oferecer mais do que um ou dois cursos tecnológicos.”

Odete João

Coordenadora do

Centro da Área Educativa de Leiria

“Eu penso que nalgumas coisas o Dr. Joaquim de Azevedo tem razão porque há situações que ainda não estão suficientemente bem estudadas e bem aprofundadas. Mas acho que o seu discurso foi um pouco pessimista e eu não partilho essa ideia. Penso que havia necessidade de mudar e esta reorganização curricular é o timing certo para essa mudança. Aquilo que podemos fazer com ela depende de cada um de nós.”

“Muitas vezes ouvimos os empresários dizer «eles saem da escola e não sabem nada» e quando se está a tentar criar essa especialização não podemos dizer que esta reforma não serve de nada.”

Joaquim Farto

Coordenador dos

Centro da Área Educativa da Região Oeste

“Aquilo que há a destacar é o Encontro em si, a forma como se cruzaram, num saber transversal, um conjunto de conhecimentos e esta articulação entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior. Penso que aqui ficou bem patente que não é possível haver revisões curriculares em qualquer dos níveis sem pensar no nível adjacente. Cada vez é mais urgente que se troquem as práticas, as iniciativas, as filosofias que cada sistema de ensino tem sobre o próprio sistema educativo.”

vos se correr o risco de normalizar o ensino, “tal como as maçãs e as laranjas que têm de ter o mesmo tamanho”. A este respeito afirmou que “tudo faremos para o evitar”. A propósito do fenómeno da globalização, disse ainda que as universidades portuguesas têm que fazer um esforço para se internacionalizarem. Caso não o façam, outras o farão.

Concurso de Artes Plásticas do IPL

O Instituto Politécnico de Leiria (IPL) promoveu o 1.º Concurso de Artes Plásticas que decorreu entre 1 de Setembro e 30 de Outubro de 2001. Concorreram 45 artistas nas categorias de pintura, escultura, cerâmica, gravura, fotografia, desenho e tapeçaria. Entre as 128 obras propostas o Júri, formado pelo Dr. Luís António Lopes Pereira Jordão, pela Dra. Maria Clotilde Costa Pinto Fava e pelo Dr. João Carlos Pereira, seleccionou os melhores trabalhos, nas diferentes categorias.

1.ª Categoria - Pintura/Gravura/Desenho



1.º Prémio – Alberto Cláudio R. de Faria
Título: Vanitas - (n.º 127)



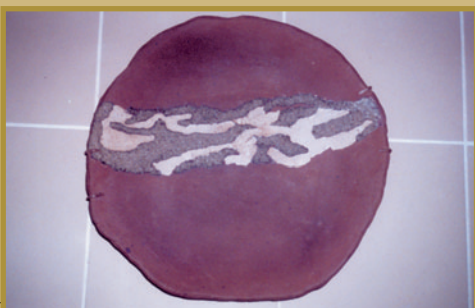
2.º Prémio – Luís Carlos C. de Oliveira
Título: Figura de Bicicleta - (n.º 46)



3.º Prémio – António Palmeira
Título: Espaço Urbano 2 - (n.º 14)

2.ª Categoria - Escultura/Cerâmica

O Júri decidiu por unanimidade a não atribuição do 1.º prémio.

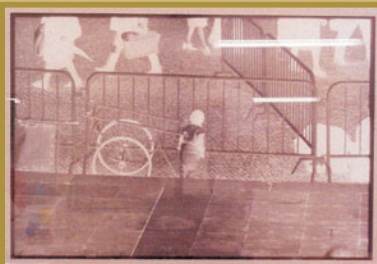


2.º Prémio – Carlos Alberto Correia – Título: S/ Título - (n.º 3)



3.º Prémio – José da Fonte
Título: Vestígios de uma História que Já Vai Sendo Longa - (n.º 81)

3.ª Categoria - Fotografia



1.º Prémio – António Palmeira
Título: Espaço Adulto - (n.º 15)



2.º Prémio – Jorge Manuel M. Coelho
Título: Biblioteca - (n.º 108)



3.º Prémio – Jochen Dietrich
Título: Praça Rodrigues Lobo (Leiria) - (n.º 111)

4.ª Categoria - Tapeçaria

O Júri decidiu não atribuir qualquer prémio nesta categoria.

Menções honrosas atribuídas pelo Júri

Alberto Cláudio R. de Faria – Título: S/ Título - n.º 126;
José da Fonte – Título: TAPI - Uma História de Encantar - n.º 82;

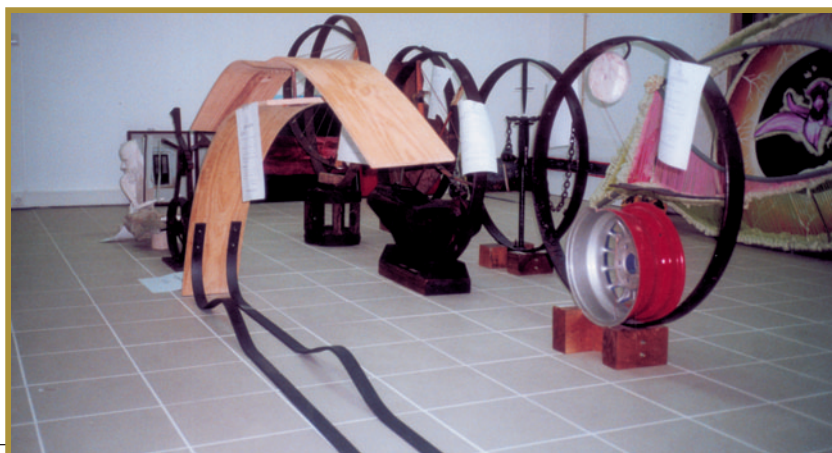
Luís Carlos Oliveira – Título: S/ Título - n.º 43;
Sofia Gomes Rolo – Título: S/ Título - n.º 60

Para além das escolhas efectuadas pelo Júri, o **Instituto Politécnico de Leiria decidiu atribuir as seguintes menções honrosas:** Alberto Cláudio R. de Faria – Título: Um Olhar - n.º 125; António Palmeira – Título: Leiria na Música - n.º 17; Carlos Alberto Correia – Título: Aljubarrota - n.º 1; Fernando Cosme – Título: Rosto I - n.º 97; Fernando Cosme – Título: Rosto II - n.º 98; Filipe Duarte V. Curado – Título: O Lavrador - n.º 49; Jochen Dietrich – Título: Sé de Leiria - n.º 113; Luís Carlos C. de Oliveira – Título: Figura - n.º 45; Mário Rui Barosa dos Reis – Título: S/ Título - n.º 102; Mário Rui Barosa dos Reis – Título: S/ Título - n.º 103; Sandrine Viera – Título: Leirya - n.º 76; Sandrine Viera – Título: O Mar que é Teu - n.º 77; Teresa Costa – Título: Her Hidden Words - n.º 39

As obras escolhidas ficarão em exposição permanente nas novas instalações do IPL.



Menção Honrosa - Júri



Panorâmica de uma sala do concurso de Artes Plásticas

Eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria

Despacho n.º 2

Na reunião do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Leiria, realizada no dia vinte de Dezembro de dois mil e um, o actual Presidente do IPL anunciou a sua intenção de se recandidatar ao cargo, pelo que pediu que o Conselho declarasse o seu impedimento para intervir no procedimento administrativo relacionado com a eleição do Presidente do IPL e do respectivo Colégio Eleitoral, devendo ser substituído, para este efeito, pelo substituto legal que é o Vice-Presidente do IPL.

O Conselho Geral declarou o impedimento nos termos propostos e aprovou, ainda, o calendário eleitoral e um conjunto de normas relativas à eleição, que se anexam.

Leiria, 02 de Janeiro de 2002

O Vice-Presidente, João Paulo dos Santos Marques

Calendário Eleitoral

a) Processo para a eleição do Presidente

Até 13-01-2002 Afixação do despacho do Presidente do IPL, ou do seu substituto legal, em caso de impedimento, que fixa o início do processo eleitoral;

14-01-2002 Início do processo eleitoral para eleição do Presidente;

29-01-2002 Data limite para apresentação, ao Conselho Geral do IPL, pelos candidatos a Presidente, da respectiva declaração de candidatura.

b) Processo para o Colégio Eleitoral

04-02-2002 Início do processo eleitoral para a eleição do Colégio Eleitoral;

14-02-2002 Data limite para afixação dos cadernos eleitorais;
Prazo para reclamação dos cadernos eleitorais: 24 horas;

16-02-2002 Decisão das reclamações, afixação dos cadernos eleitorais definitivos e distribuição do número de membros do Colégio Eleitoral a eleger e a designar por cada escola;

25-02-2002 Data limite para a apresentação de candidaturas ao Colégio Eleitoral;
Prazo para suprimimento de irregularidades: 24 horas;

Até 25-02-2002 Nomeação dos representantes da comunidade e das actividades económicas e culturais pelas Direcções das Escolas;

Até 04-03-2002 Constituição das mesas de voto;

06-03-2002 Eleições para o Colégio Eleitoral;

07-03-2002 Afixação dos resultados provisórios das eleições;
Prazo para reclamações sobre os resultados: 24 horas;
Prazo para decisão das reclamações: 24 horas;

13-03-2002 Afixação dos resultados definitivos e declaração da constituição do Colégio Eleitoral.

c) 1.ª Reunião do Colégio Eleitoral

20-03-2002 Primeira reunião do Colégio Eleitoral, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Instalação;

2. Eleição de um presidente e de dois secretários para constituição da mesa;
3. Marcação da data da eleição do presidente do IPL;
4. Elaboração e aprovação de Regulamento Interno.

A – Eleição do Presidente

1. Capacidade eleitoral passiva

Têm capacidade eleitoral passiva para Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, os professores titulares, coordenadores, adjuntos, catedráticos, associados e auxiliares ou individualidades de reconhecido mérito científico e pedagógico e alargada experiência profissional, conforme disposto no n.º 1 do art.º 9.º dos Estatutos do IPL.

2. Capacidade eleitoral activa

O Presidente será eleito pelos membros do Colégio Eleitoral a constituir nos termos do art.º 11.º dos Estatutos do IPL.

B – Eleição do Colégio Eleitoral

1. Capacidade Eleitoral

Gozam de capacidade eleitoral activa e passiva:

- a) Todos os docentes, ainda que requisitados, com excepção daqueles que exercem funções em regime de acumulação ou em tempo parcial;
- b) Todos os estudantes matriculados nas escolas integradas, incluídos os alunos dos cursos de complemento de formação da ESE e da ESEnf, com excepção dos alunos da formação em serviço da ESE e dos alunos dos mestrados que se desenvolvem ao abrigo de protocolos com Universidades;
- c) Todo o pessoal não docente, quer se trate de funcionários, agentes administrativos ou pessoal com contrato individual de trabalho sem termo (trabalhadores efectivos dos SAS), com excepção do pessoal contratado a termo, do pessoal "pago à hora" (n.º 2 do art.º 11.º-A, do DL n.º 184/89, de 2 de Junho, aditado pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio) e do pessoal que trabalha ao abrigo de contratos de prestação de serviços.

2. Cadernos Eleitorais

- 2.1. Os cadernos eleitorais serão afixados nos serviços ou unidades orgânicas a que respeitam, com anotação do dia e da hora de afixação.
- 2.2. Os cadernos eleitorais relativos ao pessoal não docente serão afixados na totalidade em todas as unidades orgânicas e serviços, e subdivididos pelas respectivas mesas de voto.
- 2.3. Serão, de imediato, remetidas cópias ao Presidente do IPL ou, no seu impedimento, ao substituto legal.

2.4. As reclamações por erros e omissões, serão entregues dentro do prazo, na secretaria dos respectivos serviços ou unidades orgânicas.

2.5. Os dirigentes dos serviços ou unidades orgânicas remeterão ao Presidente do IPL ou, no seu impedimento, ao substituto legal, com urgência, via fax, as reclamações, instruídas com a informação havida por conveniente.

2.6. Os originais das reclamações seguirão, com urgência, por via postal ou serão entregues por mão própria.

3. Candidaturas

3.1. As listas devem ser subscritas pelos candidatos ou instruídas com declarações de concordância e serão apresentadas na secretaria do serviço ou da unidade orgânica em que o primeiro signatário trabalhe ou esteja matriculado.

3.2. Os nomes dos candidatos devem coincidir com os que constam dos cadernos eleitorais.

3.3. Após a recepção, o dirigente máximo do serviço ou unidade orgânica remeterá de imediato, via fax, as listas ao Presidente do IPL ou, no caso de impedimento, ao seu substituto legal.

3.4. Os originais seguirão, com urgência, por via postal ou serão entregues por mão própria.

3.5. Depois de homologadas, as listas permanecerão afixadas até ao fecho das urnas.

4. Constituição das mesas de voto

4.1. Compete aos dirigentes máximos dos serviços ou unidades orgânicas a organização das respectivas mesas de voto e a comunicação ao Presidente do IPL ou, no caso de impedimento, ao seu substituto legal.

4.2. As mesas serão constituídas por três membros efectivos e, pelo menos, três suplentes, de forma a garantir o bom e ininterrupto funcionamento durante todo o período de votação.

5. Funcionamento das mesas de voto

5.1. As mesas estarão abertas, para votação, entre as 9.00 horas e as 20.00 horas.

5.2. Ao apresentarem-se, os eleitores identificar-se-ão se não forem conhecidos por algum dos componentes da mesa.

5.3. Verificada a inscrição nos cadernos eleitorais, estes entregarão o boletim de voto dobrado em 4 ao Presidente.

5.4. O Presidente introduzirá o boletim na urna, ao mesmo tempo que os escrutinadores descarregarão o voto, rubricando o respectivo caderno na linha correspondente ao nome do eleitor.

5.5. Após o fecho das urnas proceder-se-á à contagem dos votos elaborando-se uma acta assinada por todos os membros da mesa de voto, onde serão registados os resultados finais, as ocorrências especiais verificadas, os protestos eventualmente apresentados e outras menções dignas de registo.

5.6. A mesa eleitoral, após proceder à contagem dos votos e à assinatura da acta, enviará esses elementos ao dirigente máximo do serviço ou unidade orgânica para serem remetidos de imediato, via fax, ao Presidente do IPL ou, no caso de impedimento, ao seu substituto legal.

5.7. Os originais seguirão, com urgência, por via postal ou serão entregues por mão própria.

5.8. Compete ao secretário da mesa elaborar a acta das operações de votação e apuramento.

5.9. Da acta constarão:

- a) Os nomes dos membros da mesa;
- b) A hora de abertura e de encerramento da votação e o local da reunião da assembleia de voto;
- c) As deliberações tomadas pela mesa;
- d) O número total de eleitores inscritos e votantes;
- e) O número de votos em cada lista, os votos em branco e os votos nulos;
- f) As reclamações, protestos e contraprotestos;
- g) Quaisquer outras ocorrências que a mesa julgue dignas de menção.

6. Local de votação

6.1. Os eleitores votarão no serviço ou escola onde trabalham ou estão matriculados.

6.2. Serão constituídas as seguintes mesas de voto:

● Serviços Centrais, Leiria:

Mesa de pessoal não docente.

● ESE Leiria:

Mesa de pessoal docente;

Mesa de estudantes;

Mesa de pessoal não docente da ESE Leiria e do pessoal dos SAS da ESE Leiria e das residências.

● ESE Pólo de Caldas da Rainha:

Mesa única, com representantes dos três corpos e urnas separadas para cada um dos corpos, para votação do pessoal docente, estudantes e pessoal não docente da ESE e dos SAS.

● ESTG Leiria:

Mesa de pessoal docente;

Mesa de estudantes;

Mesa de pessoal não docente da ESTG Leiria.

● ESTGAD Caldas da Rainha:

Mesa de pessoal docente;

Mesa de estudantes;

Mesa de pessoal não docente da ESTGAD e dos SAS.

● ESTM Peniche:

Mesa única, com representantes dos três corpos, com urnas separadas para cada um dos corpos, para votação do pessoal docente, estudantes e pessoal não docente da ESTM e dos SAS.

● ESEnf Leiria:

Mesa única, com representantes dos três corpos, com urnas separadas para cada um dos corpos, para votação do pessoal docente, estudantes e pessoal não docente da ESEnf e dos SAS.

● SAS – Morro do Lena, Leiria:

Mesa para o pessoal não docente que trabalha na cantina e para o pessoal não docente dos SAS que trabalha na ESTG.

7. Delegados de Lista

Cada lista poderá, em anexo, indicar delegados às mesas onde é sufragada, para acompanhar o acto eleitoral.

8. Reclamação dos resultados eleitorais

As reclamações dos resultados eleitorais serão dirigidas ao Presidente do IPL ou, no seu impedimento, ao substituto legal e deverão dar entrada, dentro do prazo legal, na secretaria dos Serviços Centrais, Edifício Maringá – Torre 2 – 2.º andar 2400-903 Leiria.

C – Instalação do Colégio Eleitoral

O Presidente do IPL ou, no seu impedimento, o substituto legal, presidirá à instalação do Colégio Eleitoral, convocando os seus membros para a primeira reunião.

Análise dos Ingressos nos Cursos da ESE-Leiria

Pela primeira vez nestes últimos anos, em três dos dez cursos de formação inicial leccionados na ESE não houve candidatos para preencher todas as vagas disponíveis. São eles, os cursos de Professores do Ensino Básico variantes de Matemática e Ciências da Natureza, Educação Musical e Educação Visual e Tecnológica sendo este último o caso mais problemático (vide quadro anexo). Esta situação há muito que se sabia poder vir a acontecer, não só pela diminuição da taxa de natalidade verificada nas décadas anteriores, mas também pela saturação do mercado de trabalho no 2.º ciclo.

Além disso, apesar das vagas terem sido preenchidas nos dois outros cursos de formação de professores, variantes de Educação Física e Português Inglês, o número de candidatos não foi muito elevado o que poderá denunciar que num futuro próximo também estes sintam alguma dificuldade em captar alunos.

Por outro lado, nos cursos de professores do ensino básico 1.º Ciclo e Educação de Infância, a procura foi extremamente elevada.

Quanto aos restantes cursos, todos fora da área de formação de professores, podemos considerar que, tanto na procura como nas notas de candidatura, os resultados são muito satisfatórios com especial destaque para o curso de Turismo que, de todos os cursos, foi o que teve uma maior procura.

Uma nota final para o novo curso de Comunicação Social e Educação Multimédia que, apesar de funcionar pela primeira vez, teve já uma procura bastante elevada (329 candidatos na 1ª fase) o que demonstra que há novas áreas de formação que têm potencialidades e que a aposta feita pela ESE quando propôs a sua criação se mostrou adequada.

Em suma, podemos afirmar que a situação quanto a ingressos verificada este ano está de acordo com as preocupações que vínhamos manifestando e que acabaram por ser confirmadas no estudo estratégico elaborado em colaboração



José Manuel Silva

Presidente do Conselho Directivo da ESE-Leiria

com o CEIDET da Universidade de Aveiro. Em termos gerais, aponta-se nesse estudo para a manutenção de um núcleo formativo relacionado com a matriz inicial da escola – a formação de professores, procurando alternativas à formação inicial, reduzindo o peso que esta assume na actividade da escola, reforçando a formação contínua, os cursos de complemento de formação e de qualificação para o desempenho de outras funções educativas e procurando novos públicos e novas oportunidades de formação como já está a acontecer com oferta de formação nos Açores, Madeira e PALOPs.

O reforço da qualidade em detrimento da quantidade e a necessidade de criar áreas alternativas no âmbito das competências da ESE para dar resposta à procura de formação ao longo da vida, constitui uma outra linha de actividade.

Assim o entenda o Ministério pois pela parte da escola estamos preparados e

motivados para dar resposta a novos desafios.

Entre estes, contam-se o curso de Animação e Serviço Social, que se espera venha a funcionar no próximo ano, novos mestrados em colaboração com Universidades Portuguesas e formação de professores para o 3.º Ciclo do Ensino Básico.

No próximo ano lectivo vai ser necessário fazer um esforço acrescido de divulgação das nossas ofertas de formação se não quisermos correr o risco de ter de encerrar alguns cursos.

A ESE de Leiria tem todas as condições para continuar a oferecer formação nas áreas tradicionais, simultaneamente com novas áreas e com o desenvolvimento de novos projectos. É este o desafio que se nos coloca e, não duvidamos, vamos superar com êxito.

Colaboração de Rogério Costa, Vice-Presidente do Conselho Directivo

Colocações do ano lectivo 2001/2002

Curso	N.º de Vagas			N.º Candidatos			Alunos Colocados			Notas 1ª F		
	1ª F	2ª F	3ª F	1ª F	2ª F	3ª F	1ª F	2ª F	3ª F	Máx	Min	% 1ª opção(1ªF)
C. S. E. Multimédia	50	5	0	329	132	0	50	7	0	166,2	134,8	72,5
Educação Infância	30	3	0	339	133	0	30	3	0	161,2	137,7	43,3
1º Ciclo	30	4	0	315	99	0	32	3	0	167,4	137,2	62,5
E. V. T.	25	5	15	13	4	1	11	4	0	149,7	106,7	90,9
Educação Física	25	11	5	101	34	4	25	9	2	142,9	97,8	60,0
Educação Musical	25	3	9	32	11	2	13	6	0	157,7	121,6	92,3
Mat. e Ciências	25	2	7	52	29	5	13	8	2	164,1	106,9	53,8
Português/Inglês	25	9	3	75	20	4	25	8	3	149,3	110	32,0
RHCT	40	7	1	398	185	31	40	9	1	156,2	139,8	32,5
Turismo	40	8	0	470	199	0	40	8	0	166,2	147,4	72,5

• Ter em atenção que a maior parte dos dados dizem respeito à 1ª fase de candidatura.

• Dos colocados na 1ª fase, cerca de 35% foram-no ao abrigo da preferência regional.

• De todos os alunos colocados no IPL na 1ª fase (1407) o nosso aluno de nota mais alta (167,4) foi o 18.º.

Publicações

“Uma Janela na Cidade”

“Uma Janela na Cidade” é o título do novo livro de José Manuel Silva que reúne um conjunto de crónicas que teve o seu lançamento no passado dia 2 de Outubro de 2001, no Ginásio da Escola Superior de Educação de Leiria.

Na apresentação da obra usaram da palavra o Prof. Doutor Carlos André e o Prof. Doutor Eduardo Fonseca.

Na opinião do autor “A minha janela é a liberdade ,

é o meu direito à crítica, é uma expressão de ética, é um exercício de cidadania.

Sem meias tintas nem salamaleques de circunstância, sem ofensas nem excessos que não fazem o meu estilo, reservo-me o direito de comentar o que vejo, sendo que o mundo é diverso e a opinião livre”. O Dr. Guilherme d'Oliveira Martins prefaciou a referida obra, tendo sido responsável pelo posfácio o Doutor Eduardo Fonseca.



Do imaginário africano

Os Ogros na Tradição Oral Angolana

É uma obra da autoria do Prof. Doutor Américo Correia de Oliveira, docente do Departamento de Línguas e Literaturas da Escola Superior de Educação de Leiria, foi apresentada pelo Professor Catedrático José Carlos Venâncio, da Universidade da Beira Interior e lançada pela Magno Edições a 13 de Dezembro de 2001, no Auditório da ESE-Leiria.

Esta obra, adaptação do trabalho de dissertação de doutoramento do autor, trata “o ciclo de contos de ogros na tradição oral angolana”.

O objecto desta dissertação é o estudo do ciclo de ogros na narrativa tradicional angolana, impressa em Português. (111 narrativas, acompanhadas de glossário).

O referido corpus foi submetido a um olhar multi/transdisciplinar, materializado através de uma “grealha de leitura (“universo dos ogros e das pessoas”),

de modo a delinear as funções, no sentido psico-sócio-cultural, e as linhas de com/disjunção geográfico-culturais dos ogros, no espaço pluriétnico e multicultural angolano.

Sobressai uma matriz semântica comum (kixi) à maioria das línguas bantas (maioritariamente ogro, no texto em português), tradutora do poder, predominantemente, mágico, hierofânico, do ogro angolano. Desempenhando diferentes “papéis”, o ogro angolano configura, por vezes concomitantemente, uma dualidade “sobredeterminada”:

ser humano e sobre-humano “antepassado”, “génio bom e mau”.

O ogro angolano parece simbolizar, de facto, na narrativa tradicional angolana, o cazumbi [“alma do outro mundo”], condenado a viver (e a renascer), longe e perto dos seus, com amor e ódio, de que só os “génios” são capazes.



Ensino - Ano lectivo 2001/2002

Programa SOCRATES

-Acção ERASMUS

6.º Curso Intensivo de Português Língua Estrangeira

Decorrerá entre 7 e 22 de Fevereiro de 2002, na Escola Superior de Educação de Leiria, mais um curso intensivo de Português dirigido aos estudantes do Programa SOCRATES, Acção ERASMUS, num total de 54 horas lectivas.

Programa

SOCRATES-ERASMUS

Missão de Ensino de Curta Duração

Deslocou-se à Escola Superior de Educação de Leiria nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2001 o Professor Jo Vantorhout da Katholieke Hogeschool Zuid-West Vlaanderen, Bélgica, que cumpriu uma Missão de Ensino de Curta Duração, no domínio da Expressão Plástica, no âmbito do acordo celebrado ao abrigo do Programa Socrates-Erasmus para o corrente ano lectivo.

Área de especialização
Teoria e Desenvolvimento Curricular

Mestrado em Ciências da Educação

Este mestrado resulta de um protocolo entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa e a Escola Superior de Educação de Leiria. Tem como destinatários licenciados em Ciências da Educação, ou outros licenciados desde que tenham experiência profissional e/ou científica relacionada com o Desenvolvimento Curricular.

Mesa Redonda - 16 de Novembro de 2001

Dia Internacional da Tolerância

Realizou-se uma Mesa Redonda com a participação da SOS Racismo, da Associação ABRAÇO, do Padre Albino Carreira e de Representantes de Minoria Étnicas.

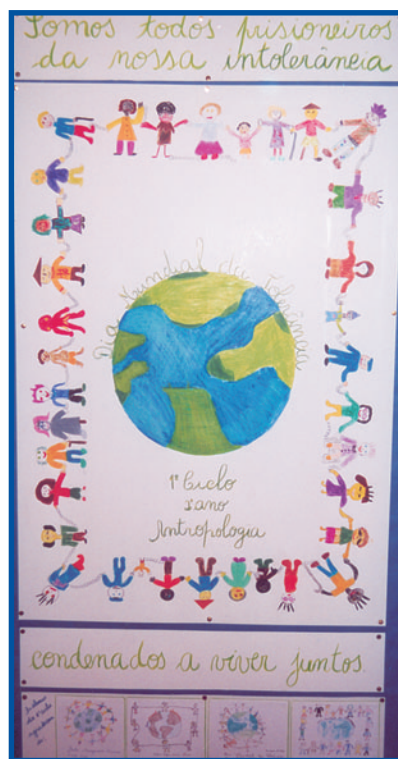
No âmbito desta comemoração, deu-se aos estudantes um espaço aberto que permitisse fomentar e gerar movimentos enriquecedores para o desenvolvimento de uma sociedade mais tolerante e mais humanizada: Assim, durante essa semana os estudantes dos diversos cursos foram sensibilizados para o tema, de que se dá como exemplo uma das experiências vividas.

Uma experiência

No passado dia 16 de Novembro de 2001 foi celebrado, na Escola Superior de Educação de Leiria, o Dia Internacional da Tolerância. Integrado na disciplina de Ciências do Meio Físico e Social I, foi proposto aos alunos do curso de Professores do Ensino Básico, uma intervenção activa em tarefas de sensibilização na problemática da intolerância.

Para atingir os objectivos de análise e reflexão de valores, preconceitos e atitudes, foi dinamizada uma actividade que tinha como intuito proporcionar uma experiência activa e significativa. Esta actividade era composta por três tarefas. A primeira, intitulada de *Barómetro de Atitudes*, visava debater várias ideias sobre diferentes temas nomeadamente o Dia Europeu Sem Carros, BSE, Antraz e Clonagem, em que os valores e as atitudes eram evidenciados.

A segunda tarefa e a mais desenvolvida, designada por *Análise de Preconceitos*, teve como tema principal o Racismo. Antes da apresentação da tarefa foi feita uma breve reflexão sobre o Racismo em Portugal. Os alunos concluíram, embora sem grande fundamento, que a sociedade portuguesa apresentava alguns traços de racismo embora (os alunos) não fossem racistas. Após esse breve diálogo, partimos à realização da tarefa propriamente dita, que passamos a descrever para melhor integração. Foi distribuído um cartão a cada aluno com uma expressão, por exemplo: Homem de 32 anos, Trabalhador Indiferenciado, Africano; e foi-lhes pedido para reflectirem sobre as implicações dessa identidade. Cada dois alunos tinha “a mesma identidade”, embora desconhecessem esse facto. Seguidamente formaram uma linha numa das paredes da sala e foi-lhes explicado que a ideia era “atravessar a vida”, ou seja, atravessar a sala a partir de ques-



tões de estímulo proferidas, por exemplo: Se for hospitalizado, dar-lhe-ão bons cuidados e afecto? Pode arranjar facilmente casa para alugar? Se achassem, com base na identidade atribuída, que poderiam avançar na vida, então dariam um passo para a frente segundo um padrão pré-estabelecido (mosaico do chão), caso contrário manter-se-iam no mesmo lugar. A maioria dos alunos, colocavam-nos constantemente a seguinte questão: “Eu sou a pessoa que está no cartão e devo seguir a vida com base naquilo que EU sinto ou devo ter em conta a visão da SOCIEDADE que me rodeia?” O facto é que cada um de nós forma a sociedade. Então porquê separar as coisas?

Após dezoito questões de estímulo foi discutido em plenário o que sentiram e as razões dos “diferentes percursos”, uma

vez, que alunos com a mesma identidade tinham percursos diferentes. Vários alunos, principalmente aqueles que ficaram mais atrás, defendiam a sua posição, dizendo que não avançaram em determinadas questões pois achavam, por exemplo, que a maioria das pessoas africanas não consegue arranjar facilmente casa para alugar pois a sociedade tem ideias pré-concebidas sobre elas. Essas ideias não incluíam apenas a cor mas também o poder económico dos indivíduos em causa. No entanto, quando referíamos que também nós fazemos parte da sociedade eles voltavam a insistir dizendo que, se tivessem casa não teriam qualquer problema em alugá-la a um africano, mas achavam que a sociedade não o faria.

Finalmente, a terceira tarefa, intitulada *À Descoberta do Tesouro*, foi uma grande surpresa para todos os intervenientes. Nós, docentes da disciplina, dissemos que tínhamos numa caixa, exposta na sala, a solução para combater a Intolerância. Pedimos aos alunos que se deslocassem, um a um, para a frente dos restantes colegas, e espreitassem para dentro da caixa de modo a conhecer a solução. Nenhum dos alunos podia revelar o tesouro depois de o ter descoberto, teriam de aguardar pelos outros elementos da turma, ficando a apreciar as suas “caras de espanto”. Mas afinal que tesouro era esse? Qual a solução para combater a intolerância? Quando os alunos espreitavam para dentro da caixa, viam a sua imagem reflectida por um espelho que se encontrava no interior!

A solução para combater a intolerância está em cada um de nós! A sociedade não é apenas o outro. EU sou um membro da sociedade e SOU agente promotor da mudança.

Carla Sebastião e Sílvia Alves,
Docentes da ESE

Exposição - 11 a 19 de Dezembro de 2001

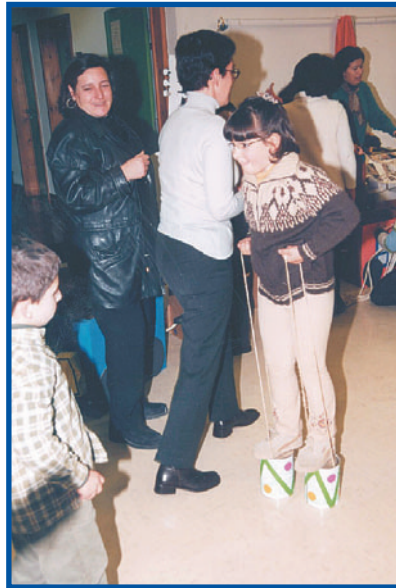
"Brincar com os brinquedos ou ver os brinquedos brincar?"

De 11 a 19 de Dezembro de 2001, no átrio da Escola Superior de Educação de Leiria decorreu uma exposição subordinada ao tema "Brincar com os brinquedos ou ver os brinquedos brincar?"

O evento integra-se na disciplina "Animação Lúdica e Desenvolvimento", do 2º ano do Curso de Complemento de Formação Científica e Pedagógica de Educadores de Infância, domínio de especialização "Educação para a 1ª Infância".

No âmbito das diversas tarefas cometidas aos estudantes desta disciplina foram as formandas "desafiadas" para a construção de brinquedos, tendo como objectivo mostrar que a actividade lúdica para ocorrer, não é imprescindível (quicá nem desejável) que se tenha à disposição brinquedos caros e muito sofisticados.

Assim, constituíram-se diversos grupos de trabalho que, a partir de materiais recicláveis, de desperdício ou de baixo custo, criaram os brinquedos que puderam ser apreciados (e experimentados!) numa exposição. Alguns dos brinquedos não estiveram muito perfeitos ou apresentaram mesmo algumas mazelas. Tal ficar-se-á a dever ao facto de terem cumprido a sua missão, pois no dia 29 de Novembro as formandas e o professor da disciplina levaram para a aula os seus filhotes, os quais



se divertiram "à grande" com os brinquedos feitos pelas suas mãos; no final era ouvi-los dizer que "A escola da mãe é gira, é só brincar!, queremos vir cá mais vezes".

E você: há quanto tempo não brinca com o seu filho? Passe pela ESE e brinque com ele! Mostre-lhe como era no tempo em que, em vez de se ver os brinquedos brincar, se brincava com os brinquedos!

E esta, hein?

Rui Matos, docente da ESE



Eleições - tomada de posse do novo conselho directivo

Após as eleições, no dia 13 de Novembro de 2001 realizou-se a tomada de posse dos novos membros do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação de Leiria com a seguinte constituição:

Presidente: José Manuel Silva

Vice-Presidente: Graça Maria Leal Ferrão Abreu da Fonseca

Vice-Presidente: Rogério Paulo Pais Costa

Representante do Pessoal Não Docente: Celeste Jesus Antunes Faria

Representante do Corpo Docente: João Luís Rodrigues Fonseca



Pedro Silva, Docente na ESE-Leiria

A Escola e a Família

“É um desafio constante perceber o mundo em que vivemos.” Pedro Silva, docente da Escola Superior de Educação (ESE) interessou-se pela Sociologia, à procura de respostas que o ajudassem a perceber melhor o mundo.

“A Sociologia nasceu como uma tentativa de resposta aos novos problemas sociais trazidos pela industrialização”, sendo, na altura, uma reflexão orientada para o estudo das sociedades ocidentais. Actualmente, o campo de estudo alargou-se a todo o tipo de sociedades, desenvolvendo uma cumplicidade com outros ramos do saber, nomeadamente a antropologia.

Pedro Silva realizou a sua tese de doutoramento em Ciências da Educação. *Interface Escola – Família, um olhar sociológico* apresenta um estudo sobre a relação entre a escola e as famílias. Uma relação que não pode obedecer a um modelo único: “Se há famílias e comunidades diferentes, cada escola tem de encontrar a sua forma específica de se relacionar com elas.” De resto, “a sociologia tem mostrado que o sistema educativo, apesar de todo o discurso sobre a mobilidade social ascendente promovida por este tipo de instituição social, na prática funciona de um modo que, em boa parte, reproduz mais as desigualdades sociais do que as atenua.”

Para analisar diferentes tipos de escola e de comunidade o docente escolheu como objecto de estudo três escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico: uma do meio operário, na zona da Marinha Grande e duas em Leiria, sendo uma nos arredores e outra no centro da cidade. No trabalho de campo, Pedro Silva utilizou o método etnográfico baseado na observação participante. Durante mais de dois anos o docente foi presença regular em aulas e reuniões, realizando contactos informais e entrevistas com os vários agentes: pais, alunos e professores. Se inicialmente a sua presença era notada, com o decorrer do tempo foi-se integrando.

A forma como escolas e famílias se relacionam varia conforme o tipo de meio em que a escola se insere. “O tipo de in-



teracções é quantitativa e qualitativamente diferente. Na escola de meio operário notou-se uma relação de deferência por parte das famílias: este tipo de famílias tende mais a “depositar” as crianças na escola, cabendo a esta fazer o seu “trabalho”. Por parte da escola temos um tipo de atitude como pedir ajuda aos pais, no sentido de estes fazerem recados: é preciso falar com a Câmara, com a Junta de Freguesia, contactar uma empresa ou preparar uma determinada festa. O tipo de contactos é essencialmente ditado pela escola. Noutra das escolas (a escola do centro de Leiria), com outro tipo de composição sociológica, verifica-se uma relação em que os professores tentam criar uma certa distância em relação às famílias uma vez que se sentem um pouco incomodados perante aqueles pais que têm uma formação muito semelhante, alguns até com um grau académico superior e com um bom conhecimento do meio escolar.

É necessário que o relacionamento entre a escola e a família tenha em conta os diferentes papéis de cada um. O docente considera que “os professores têm uma competência profissional que lhes é específica e que não é delegável nas famílias. Em tudo aquilo que tem a ver com opções pedagógicas não há o direito de interfe-

Curriculum

Pedro de Carvalho da Silva licenciou-se em Sociologia, em 1980, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Realizou mestrado em Análise Social da Educação na Universidade de Boston, em 1985. A sua tese de doutoramento, intitulada “Interface Escola – Família, um olhar sociológico”, foi defendida no passado dia 31 de Outubro na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

rir, nem por parte das famílias, nem por parte das autoridades educativas.” Tal não significa um distanciamento da família, bem pelo contrário. “Aquilo que temos observado é que quanto mais estreito é o relacionamento, melhor ele tende a ser.” Entre outras razões, porque o envolvimento dos pais lhes permite conhecer melhor as dificuldades da escola e dos professores.

Finalmente é necessário interiorizar a ideia de que o conceito de escola tem vindo a ser alterado e de que a escola faz parte da comunidade. “Não é por acaso que se fala, cada vez mais, de comunidade educativa. E o conceito de escola tende a incorporar, crescentemente, as famílias. A alteração é tal que, a prazo, poderá deixar de fazer sentido falar em relação escola-família, embora a distinção continue provavelmente a ser pertinente de um ponto de vista heurístico.”

Cristina Nobre, Docente na ESE-Leiria

Reescrever um Escritor

Cristina Nobre considera-se uma precoce. Entrou para a escola mais cedo do que os seus colegas e, consequentemente, mais cedo para o ciclo, o liceu e a universidade. Depois de ter terminado a licenciatura iniciou a actividade docente no ensino secundário e, simultaneamente, um mestrado.

Dois anos depois, concorreu (também em simultâneo) a dois concursos para Assistente. Entrou nos dois. Entre a Universidade de Lisboa e o Instituto Politécnico de Leiria escolheu a segunda hipótese. A opção foi feita com a ajuda dos afectos.

“Eu sou uma mulher de S. Pedro de Moel”, diz a sorrir. De S. Pedro de Moel, como Afonso Lopes Vieira, o escritor por quem não se apaixonou pois considera que as paixões não duram os dez anos que lhe dedicou, com a sua tese de doutoramento. A relação tem um cúmplice: o Prof. Doutor Carlos André. “Eu estava no processo de iniciar o meu doutoramento e precisava de um tema que tivesse alguma coisa a ver com esta região, não sendo na área das Ciências da Educação. O Professor Carlos André sugeriu-me que procurasse alguma coisa sobre Afonso Lopes Vieira. Na altura, quem achava que Afonso Lopes Vieira não tinha nada de interessante para dizer era eu, que o conhecia, mas que achava que ele era sobretudo um autor de livros infantis.”

A ligação com S. Pedro de Moel, um certo atavismo, segundo as palavras da docente, motivou a sua curiosidade. Pensar que grande parte da obra literária de Afonso Lopes Vieira terá sido realizada nessa terra privilegiada era uma ideia muito motivadora. Outra terá sido a questão: “Por que é que uma figura que teve o impacto que teve na cultura do seu tempo, de repente vai perdendo esse impacto até um ponto, que é aquele em que estamos hoje em dia, em que é praticamente um desconhecido?”.

O recolhimento do escritor a partir de determinada fase da sua vida, ou o facto de ser contemporâneo de escritores como Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro ou Almada Negreiros, ajudam a explicar



um certo apagamento.

Cristina Nobre considera que “Afonso Lopes Vieira pouco inovou, não chegou a alcançar uma voz própria. O que ele fez foi reescrever uma série de motivos, de temas que estavam ligados a Portugal e que continuavam a ser Portugal.” Considerado um neogarretiano, empenhado em “reaportuguesar Portugal”, Afonso Lopes Vieira foi responsável pela redescoberta de Gil Vicente. Recuperou alguns textos, traduziu textos a partir do castelhano, realizou conferências e promoveu representações teatrais, conseguindo, igualmente, que este autor entrasse nos currículos do ensino oficial, ao lado de Camões. O seu empenho na defesa e promoção da cultura, torna injusta a acusação de viver numa torre de marfim, feita pelos escritores neo-realistas. Foi, de resto, esse sentido pedagógico, de reafirmar o orgulho de ser português, que o impediu de ter uma escrita mais marcada pela sua individualidade.

Outra faceta que lhe despertou interesse é a importância que Afonso Lopes

Vieira dá à estética. Cristina Nobre considera que o escritor é um “esteta de si mesmo”, sendo a sua vida orientada em função da arte. “É quase como se Afonso Lopes Vieira fosse uma criação de si próprio. É a pessoa que não faz outra coisa a não ser ter um interesse artístico em tudo quanto é a própria vida.”

Cristina Nobre “gostaria muito de reeditar a obra de Afonso Lopes Vieira que está quase toda esgotada”. Na eventualidade de ter que seleccionar uma ou duas obras do autor, escolheria *Ar Livre*, uma obra de poesia pouco amada pelo autor e, para quem não aprecia poesia, *Em Demanda do Graal*, um conjunto de ensaios e reflexões.

Existe, ainda, uma série de inéditos que a docente seleccionou e gostaria de ver publicados. Neles reside grande parte do carácter mais contemporâneo da obra do escritor que, provavelmente por não corresponder aos ideais de arte e literatura da sua época, o autor deixou na gaveta.

Ao descobrir esse outro escritor, Cristina Lopes reescreveu Afonso Lopes Vieira.

Currículo

Cristina Maria Alexandre Nobre (n. 1963), Professora de Literatura Portuguesa, Teoria da Literatura e Literatura para a Infância na Escola Superior de Educação de Leiria.

Mestre em Literatura Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a dissertação *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo de Gonçalo F. Trancoso* - um texto instrutivo do século XVI (1990).

Defendeu doutoramento em Literatura Portuguesa, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a tese *Afonso Lopes Vieira: a reescrita de Portugal* (Novembro de 2001).

Tem vários artigos e resenhas críticas publicados, bem como monografias científicas.

Dia após dia (1999) é o seu primeiro livro de poesia.

Exigência, uma Aposta Ganha!

Nuno Mangas

Presidente do Conselho Directivo da ESTG-Leiria



Quando há cerca de um ano, a ESTG-Leiria optou por aumentar o grau de exigência no acesso aos cursos ministrados, estava consciente que corria alguns riscos. É sabido que uma maior exigência poderia corresponder a um menor número de alunos, o que poderia colocar em causa o funcionamento de alguns cursos. No entanto, foi evidente para todos nós que, apesar deste risco, o caminho teria que ser este.

Foi com natural expectativa que aguardámos os resultados da 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior de 2001, uma vez que existiam mais vagas que candidatos e que, portanto, haveriam cursos e instituições que ficariam com vagas por preencher. Da análise dos resultados das duas fases de ingresso, não se pode deixar de considerar que esta aposta foi conseguida.

Para um total de 875 vagas iniciais, foram colocados na ESTG-Leiria, nas duas fases de candidatura, 954 alunos. Na 1ª fase, a taxa de ocupação das vagas foi de 80%, tendo mais de metade dos cursos ministrados preenchido a totalidade das vagas existentes. Outro dado muito relevante, é o de 72% destes alunos colocarem a Escola em 1ª opção e 13% em 2ª opção. Ou seja, 85% dos alunos ingressaram pelas duas primeiras opções de colocação. Dos alunos colocados, 51% são do sexo masculino, 31% têm menos de 18 anos e 43% têm entre 18 e 20 anos.

Quanto às notas de ingresso na 1ª fase, verificou-se que 50% dos alunos apresentaram uma nota de ingresso superior a 12 valores, sendo a nota mais alta de 19,1 valores. Por outro lado, cerca de 5% dos alunos ingressaram com notas entre os 9,5 valores, nota mínima adoptada, e os 10 valores. Relativamente aos contingentes de colocação, 59% ingressaram pelo contingente normal e 32% pela preferência regional, tendo os restantes 9% entrado por outros contingentes. Um dado importante é o dos alunos que ingressaram pela preferência regional, apresentarem normalmente notas mais altas do que os que ingressaram pelos outros contingentes.

Apesar destes dados, existem alguns cur-

sos em que o número de alunos colocados causa alguma preocupação, em particular, no curso de Engenharia Mecânica e nos cursos de Engenharia que funcionam em regime nocturno. Esta realidade, que não é só da ESTG-Leiria e que se verifica em praticamente todas as instituições, deverá levar-nos a reflectir sobre o que fazer para inverter esta situação.

Em Setembro do corrente ano estavam inscritos nos centros de emprego quase 27 mil jovens com bacharelato e/ou licenciatura. No entanto, Portugal tem uma percentagem de diplomados que é cerca de metade da existente na União Europeia, sendo referido frequentemente, haver falta de técnicos superiores qualificados em algumas áreas. Há, pois, um desajustamento entre a procura de cursos, por parte dos jovens, e as necessidades do tecido empresarial, pelo que se torna necessário fazer um trabalho conjunto de sensibilização e informação sobre os cursos que, não sendo escolhidos pelos jovens, são necessários ao tecido empresarial.

Uma última palavra para desejar a toda a comunidade académica, alunos, funcionários e professores da ESTG-Leiria, um Feliz Natal e um Novo Ano pleno de sucesso.

"... É sabido que uma maior exigência poderia corresponder a um menor número de alunos, o que poderia colocar em causa o funcionamento de alguns cursos. No entanto, foi evidente para todos nós que, apesar deste risco, o caminho teria que ser este. Da análise dos resultados das duas fases de ingresso, não se pode deixar de considerar que esta aposta foi conseguida..."

A melhor média de entrada deste ano Aluno entra na ESTG com 19.1

O que distingue Pierre Gabriel Josse, um aluno do 1º ano do curso de Engenharia Civil dos restantes caloiros da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG-Leiria)? A resposta é simples: o jovem de 20 anos, entrou com média de 19.1, obtendo desta forma, a melhor média de classificação de entrada na ESTG-Leiria, no ano lectivo de 2001/2002. A média de entrada não envaidece Pierre Josse, um jovem estudante que colocou como primeira opção a ESTG-Leiria. “Quería sobretudo, um curso que me desse uma componente prática”, conta o aluno, que diz ter sido aconselhado por professores para o tipo de ensino ministrado nesta instituição.

Este foi um dos motivos que levaram Pierre Josse a preferir esta Escola em vez do Instituto Superior Técnico de Lisboa. “Achei que aqui tinha tantas garantias em conseguir uma boa formação como no Técnico”, continua o jovem. Além disso, Pierre Josse, natural da freguesia da Gondemaria, Ourém, lembra que a localização geográfica, também foi um factor que pesou na sua decisão. “Desloco-me todos os dias de Ourém para Leiria, o que representa menos despesas para a minha família”. Pierre Josse, não está arrependido pela escolha que fez. Até agora, está a gos-



B.I.

Nome: Pierre Gabriel Josse

Idade: 20 anos

Ano de frequência: 1º ano

Curso: Engenharia Civil

Média de entrada: 19.1

Outros pontos de interesse: Prática natação e gosto de vôlei, basquetebol e badminton

tar do curso de Engenharia Civil e do ambiente da escola, ainda que considere o ensino superior mais “exigente” que o secundário. “É necessário mais auto-disciplina e estudo”, refere o aluno. Como objectivos futuros, Pierre Josse, quer ser apenas “uma pessoa competente no trabalho que vai desempenhar um dia”. Até lá, o aluno vai continuar a frequentar o curso de Engenharia Civil na ESTG-Leiria.

Cinco equipas da ESTG no “Gestão Global 2001”

Gerir uma empresa através de jogo virtual

Cinco equipas da ESTG-Leiria participaram no “Gestão Global 2001”, um jogo que se desenvolve num cenário realista, através do qual várias empresas virtuais, representadas por um igual número de equipas, competem entre si, no mesmo ambiente económico. “O Gestão Global 2001” é uma iniciativa conjunta do Expresso e da SGD- Simuladores e Modelos de Gestão.

O jogo baseia-se num modelo de computador que simula a interacção dos di-

versos departamentos de cada empresa, as relações de concorrência do mercado e a influência da situação económica real. O objectivo é gerir uma das empresas virtuais, como se tratasse de uma empresa real. A edição deste ano, considerada como uma das mais competitivas de sempre, reuniu quase 500 equipas, 64 das quais foram apuradas para a segunda fase. Uma das equipas, constituída por alunos finalistas de Gestão de Empresas, conseguiu ser apurada para a segunda volta.

Eventos realizados

31 de Outubro

Realizou-se na ESTG-Leiria, uma jornada técnica subordinada ao tema **Recepção e Distribuição de Sinais de Rádio e Televisão**. O debate foi organizado pelo Departamento de Electrotécnica da ESTG-Leiria, CAIADO SA e a Televés.

16 e 22 de Novembro

O departamento de Engenharia Mecânica realizou acções subordinadas ao tema **Sistemas de Suspensão e Direcção**. No mês de Dezembro, promoveu outra acção de formação intitulada: **Travões de Veículos Comerciais**.

23 de Novembro

Teve lugar na ESTG-Leiria, o colóquio “**As normas ISO 9001:2000-A Responsabilidade da Gestão**”. O debate contou com a presença do presidente da Associação Portuguesa de Qualidade, Almeida Júnior, que referiu a necessidade do chefe da empresa se envolver, cada vez mais, no Departamento da Qualidade. Após a intervenção de António Almeida Júnior, o colóquio prosseguiu com “**Testemunhos de boas práticas**”, um painel que consistiu na apresentação de três empresas: Raul da Bernarda & Filhos, Lda., Lusofane SA e Sommeil. A última parte do colóquio foi reservada à apresentação de vários organismos certificadores tais como: APCER - Associação Portuguesa de Certificadores, SGS ICS e Lloyd's Register Quality Association.

10 de Dezembro a 4 de Janeiro

Decorreu o período de candidaturas para a atribuição de **bolsas de mérito**. As bolsas destinam-se aos alunos que tenham estado inscritos no ano lectivo 2000/2001 e continuem matriculados em 2001/2002.

Os candidatos devem satisfazer os seguintes requisitos: Inscrição, frequência e obtenção de avaliação positiva em todas as disciplinas e média das classificações de 2001/02 igual ou superior a 14 valores.

14 de Dezembro

O Departamento de Gestão e Economia, organizou a conferência intitulada “**A Sociedade do Conhecimento e a Contabilidade - os Desafios**”. Esta conferência teve como principais destinatários os estudantes das áreas de Contabilidade e Gestão de Empresas, docentes e investigadores, profissionais de contabilidade e público em geral.

15 de Dezembro

Terminou na ESTG-Leiria, a **pós-graduação em Marketing e Negócio Internacional**. Esta especialização admitiu 27 alunos e teve como principais objectivos o desenvolvimento e o aperfeiçoamento profissional no âmbito do marketing e negócios internacionais.

16 de Dezembro

Acabaram as inscrições para o **mestrado em Economia e Estratégia Industrial**. Foram seleccionados 36 candidatos, que vão iniciar as aulas de mestrado, na ESTG-Leiria, no dia 18 de Janeiro de 2002.

Protocolo com a Cisco ganha nova dimensão

Escolas do distrito de Leiria, Santarém e Lisboa pioneiras em "Networking"

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG-Leiria) é a primeira academia regional da Cisco Systems, a criar academias locais em Portugal, após a assinatura de um protocolo com quatro estabelecimentos de ensino, dos distritos de Leiria, Santarém e Lisboa. O último dos acordos foi assinado no dia 22 de Novembro, na Escola Tecnológica e Profissional de Pedrógão Grande, uma das quatro escolas que se tornou academia local, a par do Centro de Estudos de Fátima (CEF), Escola de Novas Tecnologias Forino, em Lisboa e Classe 86, uma entidade de formação sediada em Torres Novas.

Reconhecidas como academias locais, as escolas poderão inserir os conteúdos programáticos da Cisco no plano curricular de disciplinas da área de Informática e Computação. Desta forma, os alunos terão acesso à aprendizagem do processo de preparação e montagem de uma rede informática de dados e comunicações.

No próximo ano lectivo, o plano curricular da Cisco será introduzido no CEF e na Escola Tecnológica e Profissional



de Pedrógão Grande. Na Forino, em Lisboa, o curso será inserido, numa primeira fase, no currículo do curso tecnológico de telecomunicações e redes. A Classe 86, como entidade de formação, vai disponibilizar os cursos da academia ao público em geral.

Para Sílvia Farraposo, responsável pelo projecto das academias locais, o cur-

so é importante sobretudo, para os estudantes que terminam o 12º ano e querem ingressar no mercado de trabalho. "O certificado da Cisco dá credibilidade a um curriculum vitae", sublinha a professora do Departamento de Engenharia Informática da ESTG-Leiria, referindo-se ao CCNA (Cisco Network Associate), o grau atribuído pelo certificado da Cisco nas Academias Locais.

"É mais importante que o currículo do aluno tenha um certificado em como sabe fazer, do que dizer simplesmente que sabe. É diferente e as empresas valorizam, cada vez mais, os certificados", acrescenta.

A ESTG-Leiria foi a primeira Academia Regional Cisco a surgir em Portugal, através de um protocolo assinado, em 1999, entre a Escola e a Cisco Systems, um dos líderes mundiais ao nível de equipamento de redes de comunicação. Este acordo tem como principal objectivo a formação de profissionais de Networking. Esta é uma área que engloba todo o processo de preparação e montagem de uma rede informática de dados e comunicações.

Seleccionada entre 50 instituições de três continentes

ESTG-Leiria vai ser Academia CCNP

Para além de ter conseguido criar as quatro primeiras academias locais do país, a ESTG-Leiria, foi seleccionada, no dia 22 de Novembro, em conjunto com outras 50 instituições de países da Europa, África e Médio Oriente para ser uma Academia CCNP (Cisco Certified Network Professional).

A certificação CCNP destina-se a todos

os alunos que já possuam CCNA e desejem aprofundar os seus conhecimentos nas redes de computadores. Em particular, aos bacharéis e licenciados em Engenharia Informática e Comunicações.

A ESTG-Leiria será uma das duas primeiras escolas do país a receber o CCNP. A candidatura entregue à Cisco reunia to-

dos os requisitos necessários para obter o certificado CCNP. A Escola que já possuía o grau CCNA, através da sua Academia Regional, ministra cursos no domínio da Engenharia Informática e Comunicações, dispõe de laboratórios devidamente equipados e vai promover a formação de professores da Escola, em Inglaterra, durante alguns meses.

5 e 6 de Março de 2002

Dia Aberto vai receber milhares de jovens

A ESTG-Leiria vai promover mais uma edição do "Dia Aberto", nos dias 5 e 6 de Março de 2002. A iniciativa destina-se a todos os alunos do ensino básico e secundário, encarregados de educação e comunidade civil, local e regional.

Pelo sétimo ano consecutivo, a ESTG-Leiria prepara-se para acolher várias centenas de jovens, que terão oportunidade de conhecer as instalações, projectos e os cursos que são ministrados neste estabelecimento de ensino superior.

As actividades e exposições que vão decorrer durante o Dia Aberto são organizadas pelos respectivos departamentos da ESTG-Leiria.

O ano passado, estiveram abertos os laboratórios dos diferentes departamentos, onde os alunos mais novos e a comunidade em geral puderam observar os projectos que têm sido desenvolvidos nesta escola.

Em Engenharia Informática, por exemplo, os jovens visitaram os laboratórios de redes e projecto e as salas multimédia. No laboratório de Engenharia Mecânica, os visitantes tiveram a oportunidade de assistir à produção de um molde, no fabrico de peças plásticas e a várias experiências químicas, físicas e ensaios de materiais. No domínio da Engenharia

Electrotécnica, foi possível compreender como são construídos os sistemas automáticos industriais, bem como os sistemas de instrumentação que permitem saber em que estado está o processo produtivo.

Quando passaram pelo Departamento de Engenharia Civil, os alunos depararam-se com experiências de ensaio de materiais de construção civil, equipamentos de análise e estudo de solos. No edifício de Engenharia Automóvel foi apresentado um conjunto de equipamentos, onde se incluíram automóveis e equipamentos cortados.

Ao nível da Tradução e de Gestão e Administração Pública foram exibidos diversos documentários em língua estrangeira e equipamentos de técnicas de tradução e legendagem. Finalmente, no Departamento de Gestão de Empresas e Contabilidade e Finanças, estiveram disponíveis dois jogos de bolsas: o de marketing e o de desafios de gestão. Os visitantes descobriram, ainda no departamento de Matemática, os limites do mundo para além do visível, explorando a Quarta Dimensão.

O ano passado, a escola recebeu cerca de 2000 alunos do 9º ao 12º ano, durante os dois dias da iniciativa.

Estágios 2000/01

317 alunos em estágio

Engª Electrotécnica	35
Engª Informática	47
Engª Mecânica	32
Engª Automóvel	3
Engª Civil	40
Engª Mecânica	32
Tradução	32
Gestão de Empresas	99

A ESTG-Leiria agradece a todas as instituições e empresas que acolheram os nossos alunos:

A. Medina, Lda; 9 às 19; Absert; Actitécnica; Agostinho Gonçalves; Águas da Figueira, SA; AJI, Lda; Alberto Gaspar, SA; Alberto Martins & Filhos, Lda; Alberto Peralta, Lda; Alidata; Almáz; Alcoplano; Amtrónica; António Ramas & Costa, Lda; AquaVia; Armando Lopes; Atlantis; Auto Júlio; Autoleiria; Aviliz; BA5; Barbosa & Almeida, Lda; Barod; BCP; BES; Biovip, Lda; Bollighaus; Bosogol; BPA; Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal da Lourinhã; Câmara Municipal da Marinha Grande; Câmara Municipal de Leiria; Câmara Municipal de Porto de Mós; Carbometal; Carlos & Anoril, Lda; CCG; CCMA; Cefoeste; Centimfe; CFR Portugal; CGD; Caiado, SA; Cingel; City Web; Civigal; Clic; CMP; Colrine; Compagnie Générale des Eaux; Construções António Joaquim Maurício, Lda; Construções Carvalho e Pereira, Lda; Construções Cunha dos Santos; Construções Martins & Reis, Lda; Construtora Riba Fria; CPS; Carlos do Campo, Lda; Criagás, SA; Cristalconta; Daeauto; DG finanças; Displanos; DocaPesca; Dreamup; DRT2; DSN; Ecovias, SA; EDP; Electroplus, Lda; Elevar; Emposi; Engilena, Lda; EPO; Erofi, SA; Escritolis; Famogrec; Famolde; Famopla, Lda; Faria e Mourço; FBO, SA; Ferica; Fiducial; Francisco C. José Lda; G. C. Lúdia Saraiva; Geco; Gep; Gestliz; Geta; Gold & Silver; Gramac; Gresil; Grupo Meneses; GT- Traduções e Ensino; Habilen; Heral; Hidrovira; Hiperclima; Hospital; IAPMEI; Iberomoldes; Icebel; IGFS; ILC; Inautom; INESC; Instituto Solidariedade Segurança Social; Intermolde; IPL; IR; IT-Log; J. Crespos; J. Gameiro; J. V. Clima, Lda.; JLM, Consultores; Janela Digital; Joponte, SA; Jopsa; Jornal de Leiria; JSDF, Lda; Julservi; KLC; La Redoute; Lactogal; Leiribéria; Leirimundo, Lda; Leirisic; Leriense; Logicentro; LPM; Lubrigás; Lúcio Marroquinaria; M.L. Peralta; Manuel Martins, Serviços; Mapicentro; Marividros; Mármore Porto de Mós; Marona Grés, SA; Mastercad; Mateus & Andrade Lda; Mazda; Mecânica Auto CM; Medoc; MFM; Microlo, Telecomunicações; Manuel E. Miranda, Lda; MOL; Molde Matos; Moldes Catarino; Moldite; Movicortes; Moviter; MST, Lda; Nerlei; NetCorte; Netual; Notas finais; Oni; Papelaria Americana; Paulo Canelas de Castro; Pedrosa; Pegop; PES; Pinto & Brás, Lda; Pinto da Gama; Planimolde, SA; Planiprev; Plásdan; Pluricanal; Pluriproj; Poliglota; Ponto Cardial; Prediobra, Lda; Projelis; PT Comunicações; Ramos & Costa; RBFDI; RDD; Região de Leiria; Reis Carvalho; Renault, Aveiro; Rentlei; Req. Isenção; Req. Seminário; Resittec, Lda.; Rui Mota; Ruifer; Santos & Pomo; Santos e Sousa, Lda; SAP, Portugal; Sapol; Seclarte; SEDLOM; Seleccor; Sequedio; Setsa; Siemens; Sirolis; SMAS; Soc. Const. José Coutinho, SA; Socem; Socilro, SA; Sodemol; Somafel, SA; Somema; Somoltec; Star, Turismo; Steconfer, Lda; Storenso; Teclena; Teclis; Telegest; Temas & Debates, Lda.; TGA; TornoVentura; Tosel; Total Web; TPE; TSS; Unifacto; USIMECA; WMD, Lda.



Avanços tecnológicos da Engenharia em debate

Mais de 900 Participantes nas 1.^{as} Jornadas Politécnicas

Mostrar os avanços tecnológicos e as realizações ao nível da Engenharia Mecânica, Engenharia Automóvel, Gestão Industrial e Ambiente, foi o principal objectivo das 1.^{as} Jornadas Politécnicas, que decorreram nos dias 14, 15 e 16 de Novembro, no auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG-Leiria).

Na sessão de abertura, João Ramos, membro da comissão organizadora, sublinhou a importância da iniciativa, atendendo à temática abordada, número de participantes e comunicações escritas. “É um evento científico de âmbito nacional”, classificou o professor do Departamento de Engenharia Mecânica da ESTG-Leiria. Durante os três dias, as Jornadas reuniram mais de 900 pessoas, entre alunos, professores e empresários ligados à área da Engenharia. Da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (EST), co-organizadora das 1.^{as} Jornadas, vieram 370 participantes. No próximo ano, as Jornadas deverão realizar-se em Setúbal, cidade que está geminada com Leiria. Segundo



Participantes assistem a demonstrações

revelou João Ramos, na abertura do evento, a ideia é integrar outras instituições de Ensino Superior Politécnico na orga-

nização, por forma a criar uma rede de âmbito nacional virada para a promoção da engenharia.

“Estão de parabéns todos os colegas organizadores das Jornadas e toda a vossa equipa. As Jornadas decorreram com tranquilidade, com conteúdos interessantes, muito concorrida nas apresentações orais, a parte social rica e organizada e, sobretudo, muito público mobilizado para assistir. Deixo um voto para que as próximas Jornadas possam ser organizadas a este nível ou preferencialmente melhor.”

Cassiano Pais/INETI e Frederico Louro/Auto Europa

9 de Abril de 2002

Conferência de Redes e Serviços de Comunicação

A ESTG-Leiria, através do departamento de Engenharia Informática, vai realizar no dia 9 de Abril de 2002, uma conferência subordinada ao tema “Redes e Serviços de Comunicação- Qualidade de Serviço (QOS)”. O debate tem como principal objectivo a apresentação de soluções que garantam uma melhor qualidade de serviço nas redes de comuni-

cação e a exposição de casos bem sucedidos em Portugal.

As actuais redes de comunicação asseguram um serviço baseado no paradigma do melhor possível (Best-Effort), através do qual todas as aplicações recebem da rede o melhor tratamento para satisfazer as necessidades de comunicação. No entanto, este sistema tornou-se desa-

justado, perante um novo tipo de utilizadores que exige da rede a garantia de um serviço com qualidade.

A qualidade do serviço só é possível através de um conjunto de regras e estratégias que permitem a substituição dos telefones convencionais por telefones IP e a difusão de imagem e vídeo em tempo real. Aspectos que serão abordados na conferência.

ESTG-Leiria é um dos parceiros do projecto i-Car

Carro de plástico mostra capacidades da indústria de moldes



A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG-Leiria) é um dos parceiros do consórcio responsável pelo projecto i-Car, em conjunto com o grupo Plasdan, grupo Vangest, através da sua participação na granDesign e Universidade de Aveiro. A ESTG-Leiria colabora neste projecto, através da incorporação de soluções inovadoras ou alterações do veículo base. Nesse domínio, os docentes e alunos das áreas de engenharia, gestão e finanças vão envolver-se em tarefas de desenvolvimento e acompanhamento do projecto, integrando-o nas actividades curriculares.

O i-Car não é um automóvel, mas o nome de um projecto de investigação e desenvolvimento, para a criação e concretização de objectivos tecnológicos baseados num veículo automóvel. Trata-se de aumentar a incorporação de um maior número de componentes em termoplásticos, num único veículo.

Para Paulo Silva, responsável pela idealização do projecto iCar, o principal objectivo do veículo de plástico é “a demonstração da capacidade das empresas que estão ligadas à indústria de moldes e plásticos”. Entende o mentor do projecto i-Car, que esta foi a forma encontrada para “focalizar num projecto, os nossos conhecimentos em termos de moldes e engenharia para plásticos”.

“No fundo, estamos a fazer uma carta

de intenções, por forma a mostrar que, caso os carros evoluam para este tipo de material, a indústria de moldes da Marinha Grande, está preparada para dar resposta às expectativas”, acrescenta Paulo Silva, explicando que, actualmente, os plásticos e os elastómeros representam cerca de 16 por cento de material da indústria automóvel, valor que, nos próximos anos, tem tendência para aumentar.

O projecto i-Car utiliza a internet como plataforma de comunicação. Através do portal www.i-car.com.pt os interessados poderão aceder à promoção do projecto, troca de informação entre os intervenientes e sua aplicação no desenvolvimento do veículo, captação de colaboração especializada e acompanhamento do projecto. Neste momento os intervenientes do projecto, esperam pelo apoio dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Economia e empresas ou organismos que se mostrem interessados em participar.

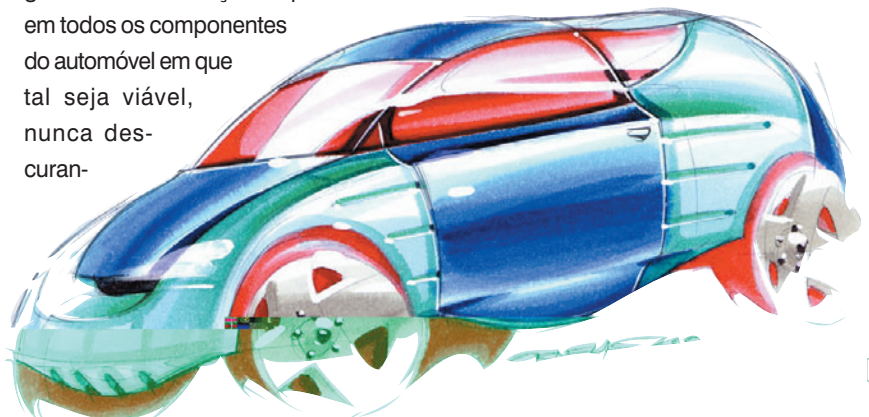
i-Car assume “contornos inovadores”

Na opinião de João Ornelas, designer responsável pela definição e estudo conceptual do i-Car, “este assume contornos inovadores na medida em que tentará generalizar a utilização do plástico em todos os componentes do automóvel em que tal seja viável, nunca descuran-

do os aspectos que têm a ver com a segurança activa e passiva dos seus ocupantes”. O impacto ambiental também não foi esquecido, uma vez que, como o designer aponta, o plástico pode ser reutilizado em diversas aplicações.

O próximo passo do projecto será a apresentação formal do design e composição do tipo de materiais, que deverá ocorrer no início de 2002.

A imagem que tem sido divulgada é uma antevisão genérica de um veículo com painéis de carroçaria em plástico, que não é vinculativa. “Pode mesmo dar-se o caso do produto final ser radicalmente diferente do que foi agora mostrado”, diz João Ornelas, da empresa granDesign. A vontade de promover Portugal e a região industrial da Marinha Grande como centro de múltiplas competências de âmbito global, na concepção de projectos inovadores na aplicação de plásticos na indústria automóvel, não é alheia a este projecto. A demonstração de novas tecnologias de informação, para promoção do projecto e o desenvolvimento de uma plataforma de comunicação também está subjacente ao i-Car.



Pedro Matos, docente de Matemática na ESTG-Leiria

Lição de Matemática



Curriculum

Pedro Manuel Amado Roque de Matos nasceu em Alqueidão da Serra (Porto de Mós) em 31/10/1961.

Estudou em França, até à sua entrada na Universidade de Coimbra. Licenciou-se em Matemática (Ramo Educacional) em 1985 com a classificação final de 16 valores.

Em 1993 realizou o seu Mestrado em Matemática (Ramo de Especialização em Física-Matemática) na mesma Universidade, com a classificação de Muito Bom.

O seu Doutoramento em Matemática (Área de Matemática Pura) foi concluído em 2000 também na Universidade de Coimbra.

Durante cinco anos, foi Professor do Ensino Secundário.

Entre 1989 e 1992 foi Assistente Convidado do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. É docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão desde Março de 1994, onde exerce também as funções de Presidente do Conselho Científico e de Coordenador do Departamento de Matemática.

"A Matemática foi uma escolha tardia. Eu gostava de todas as disciplinas, excepto Trabalhos Manuais e Educação Física." O gosto pela escola é facilmente perceptível. Curioso e empenhado em saber mais, Pedro Matos tem prazer lúdico em estudar. "Quando entrei para a Universidade de Coimbra não foi difícil. O choque foi passar para cadeiras com um elevado grau de abstracção, mas é engraçado porque isso agradou-me. Aí é que eu gostei mesmo. Estudava muito (para se fazer o curso de Matemática tem que se estudar imenso). Cheguei ao fim do 2º ano, e os professores disseram-me para escolher o ramo científico", mas o docente escolheu o ramo educacional. Ao que parece, ainda há uma coisa que gosta mais de fazer: ensinar.

O seu discurso é sempre acompanhado de preocupações pedagógicas: a formação de professores, as reformas curriculares ou as dificuldades dos alunos, inquietam-no. "A maioria dos alunos que fazem as cadeiras de Matemática são repetentes, ou seja não conseguem fazer a cadeira em menos de dois anos". Mas,

as dificuldades dos alunos não se resumem à Matemática. Estendem-se, por exemplo, ao Português. Por vezes, os alunos não realizam determinado exercício por não conseguirem interpretar a pergunta. O problema tem origem no início da escolaridade: "Os objectivos que são fixados na primeira série são os objectivos mínimos. Os ritmos de aprendizagem são muito pouco exigentes", considera o docente. Ao chegarem ao Ensino Superior, os alunos trazem muitas carências ao nível de conhecimentos: "as ferramentas que nós damos são extremamente básicas, mas para se adquirirem precisam de conteúdos prévios. A partir do momento em que os alunos do Ensino Secundário não têm esses conteúdos prévios, nós temos que os dar e, com a mesma carga horária, dar os conteúdos obrigatórios para que pos-

sam prosseguir os estudos com êxito." Apesar de nunca ter pensado em seguir a via académica normal, de investigação, acabou por deixar o Ensino Secundário e aceitar o convite para regressar à Faculdade como Assistente Convidado. Sentia alguma falta da investigação. A mesma curiosidade intelectual levou-o a trabalhar numa área da Matemática extremamente abstracta.

A sua tese de Doutoramento é o seguimento da Tese de Mestrado: "A Teoria da Interpolação em Espaços de Banach". O docente considera que é muito difícil explicar em que consiste: "As pessoas têm a ideia de que a Matemática são números. Posso dizer que na minha tese não há um único número." Sempre vai avançando que "actualmente, a nível matemático, desenvolvem-se teorias extremamente abstractas que generalizam alguns casos concretos e também acabam por permitir novos resultados. Ou seja, parte-se de um problema real, generaliza-se cada vez mais e, ao contrário do que se pensa, a generalização é mais simples de provar do que o caso particular. Eu tive essa experiência na tese."

O docente considera, no entanto, que o seu trabalho de investigação contribui para uma melhor compreensão que tem sobre os conteúdos que lecciona aos seus alunos.

De resto, o docente depara-se muitas vezes com a opinião dos seus alunos que consideram que a Matemática "não serve para nada". Resposta: "Serve para desenvolver o raciocínio, para se habituarem a adaptar-se a situações novas." Que é algo para que, segundo o docente, não estão preparados.

Consciente que, com as funções que tem actualmente, não lhe sobra muito tempo para a investigação, Pedro Matos procura participar em seminários e manter-se atento ao que se vai fazendo dentro da área.

Os “Caloiros” da ESTGAD

Análise do acesso ao ensino superior

José Ventura da Cruz Pereira

Director da ESTGAD-Caldas da Rainha



São vários e por vezes complexos, os factores que influenciam a procura dos cursos do ensino superior, tais como, as disciplinas específicas de acesso, a nota mínima exigida, a duração do curso, o plano curricular e as saídas profissionais, o prestígio da instituição formadora e a sua localização geográfica, entre outros.

No presente ano lectivo de 2001/02, a ESTGAD voltou a preencher as vagas disponibilizadas para o concurso nacional de acesso ao ensino superior, ao longo das 3 fases de candidatura.

Na 1.ª fase do concurso nacional, à qual, como se sabe, concorrem os alunos que concluíram os seus cursos do ensino secundário, a percentagem de preenchimento das vagas (215, na totalidade dos cursos), foi de 100%, para os cursos de Artes Plásticas (AP) e Design, e de 57%, pa-

ra o curso de Tecnologias da Informação Empresarial (TIE).

Nessa sequência, para a 2.ª fase, do concurso nacional, as vagas sobran-tes em Artes Plásticas e Design, resultaram apenas da não concretização da matrícula e inscrição, por parte de alguns dos alunos colocados.

As referidas vagas, para o conjunto dos cursos, ascenderam a 41, sendo 13 para o curso de Artes Plásticas, 14 para Design e 14 para TIE.

Finda a 2.ª fase, verificou-se a ocupação de todas as vagas a concurso, no entanto, nem todos os estudantes concretizaram a matrícula e inscrição, pelo que foram, novamente, a concurso, 10 vagas (6 para AP, 3 para Design Tecnologias para a Cerâmica (DTC) e 1 para TIE), as quais foram totalmente preenchidas.

No que respeita às notas do último aluno admitido, na 1.ª fase, estas foram de 13.35, em AP, 13.55, em DTC, 15.03, em Design Industrial (DI), 15.28, em Design Gráfico + Multimédia (DGM), e 9.55, em TIE. Na 2.ª fase, as notas do último aluno admitido foram de 10.23, a TIE, 14.48, a DTC, 14.72, a AP, 15.37, a DI e 15.93, a DGM. E na 3.ª fase, as notas do último aluno colocado foram 10.48, a TIE, 13.98, a AP e 14.30, a DTC.

Relativamente ao ano transacto, em que os cursos mais “concorridos”, foram Design Industrial (14.35, na 1.ª fase) e Design Cerâmico (13.72, na 1.ª fase), este ano, surge o curso de Design Gráfico + Multimédia como o mais solicitado.

Com base num inquérito, realizado a todos os alunos matriculados na ESTGAD (1.ª fase), em 2001/02, constatamos que 40% dos novos alunos, provêm da zona de Lisboa, da zona Oeste e da zona de Leiria e que as alunas estão em maioria (54%, alunas, 46%, alunos).

Constatamos, também, que a idade média dos alunos do 1.º ano é de 21 anos, e que 20% são trabalhadores – estudantes. Confirmou-se, com satisfação, que 70% dos novos alunos inscritos, colocaram a ESTGAD como 1.ª opção.

Os “Caloiros” da ESTGAD são, por conseguinte, estudantes motivados e interessados nos seus cursos, contribuindo, assim, para uma Escola credível e receptiva aos desafios do futuro.

Festival

“Vídeo e Cinema à Mostra”

Organizado pela V062, o departamento de audiovisuais da associação juvenil A062, com o apoio da ESTGAD, do IPJ, da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, dos Pimpões e de algumas entidades

privadas, decorreu nos dias 7 e 8 de Dezembro. O evento apresentou projecções de cinema e vídeos. Entre os filmes escolhidos, também constaram trabalhos de alunos da ESTGAD, que “me-

lhor representem a escola”, referiu Bruno Gil, organizador do evento. Afonso Figueiredo, finalista de Design Gráfico da ESTGAD, foi o autor do design gráfico deste festival.

Exposições

“Pinturas de Verão” – uma exposição da autoria de Hugo Canoilas, recém-licenciado em Artes Plásticas (no passado ano lectivo, 2000/01), inaugurou o novo espaço de exposições da Associação 062, em Caldas da Rainha, de 17 de Novembro a 17 de Dezembro. Hugo Canoilas destaca-se pela sua particular forma de apresentar os trabalhos: estes são feitos à medida do espaço onde actua.



No âmbito do **1º Simpósio Internacional de Cerâmica das Caldas da Rainha**, esteve patente no Museu de Cerâmica de Caldas da Rainha, de 26 de Outubro a 9 de Dezembro, uma exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos de Design Tecnologias para a Cerâmica, nas disciplinas de Projecto II, IV e V.

“Paisagem” – uma exposição de Daniel Almeida, Nuno Carrusca, Luís Nobre, Filomena Almeida, Jorge Santos e Joana Consiglieri, cinco (recém) licenciados em Artes Plásticas, esteve patente de 4 de Outubro a 1 de Novembro, na Galeria D. Ivone (www.donaivone.com) + Armazém 7/Santos, Lisboa.



Sara Flor recebe prémio

“Jovem Cineasta Português”



CINANIMA – Festival Internacional de Cinema de Animação, que decorreu de 5 a 11 de Novembro de 2001, em Espinho. O prémio “Jovem Cineasta Português”, que premeia filmes de jovens realizadores, foi atribuído a Sara Flor, recém-licenciada em Artes Plásticas, (no passado ano lectivo, de 2000/01), pelo seu trabalho “Nheque”: um trabalho essencialmente gráfico com uma boa adequação do desenho à banda sonora. O prémio ascendeu a 1.250 contos, resultante de contribuições, em dinheiro e em serviços, do IPJ, da Tóbis e da Kodak.

Exposição de Artur Marques da Costa

“Rostos. Olhares”

foto de Luís Aguiar



Patente de 6 de Dezembro a 4 de Janeiro de 2002, na Parede Curva – Bloco B do Piso 0 da ESTGAD. Artur Marques da Costa, licenciado em Ciências Físico Químicas, na Universidade Clássica de Lisboa e “Master of Education” na Universidade de Texas, em Austin (USA), ensinou Química, durante 18 anos, no Colégio Militar; entre outros

foto de Luís Aguiar



trabalhos, foi o responsável, em Portugal, por um programa sobre chuvas ácidas, durante 7 anos, com a Universidade de Manchester (Reino Unido) e de outro, sobre macrofotografia nas aulas de Química, com a Universidade de Florença. Obteve prémios de fotografia em Portugal, Estados Unidos e Hungria. “Quando fotografamos, sentimos, muitas vezes, que estamos a captar instantes que, dificilmente, se repetirão. Noutras ocasiões, sentimos que é difícil resistir à tentação de fotografar momentos privilegiados”, palavras de Artur Marques da Costa.





Exposição colectiva

Decorreu de 16 a 30 de Novembro, nos Paços dos Duques de Bragança, em Guimarães, uma exposição colectiva de alunos dos 3º e 4º anos do curso de Artes Plásticas (Bruno Leitão, Diana Conde, Isabel Salgado, Humberto Sobreira,



Eusébio Almeida, Pedro Espanhol, Pedro Almeida, Pedro Pinheiro, Ricardo Ferreira, Ricardo Norte, Ricardo Pinto, Marcos Rocha). Com o título “Retalhos”, a exposição apresentou trabalhos de fotografia, pintura e escultura.



Exposição dos alunos finalistas do Curso de Artes Plásticas

Por lapso, na revista Politécnica n.º 7, o artigo referente à exposição dos alunos finalistas do Curso de Artes Plásticas, foi ilustrado com uma fotografia trocada. Pelo facto pedimos as nossas desculpas.



Exposições

II Bienal de Artes Plásticas e Cinema, de 27 de Outubro a 18 de Novembro, em Leiria – contou com a participação de Sérgio Taborda (professor de Desenho e Tecnologias da Escultura, do curso de Artes Plásticas), Leonor Antunes (professora de Escultura do curso de Artes Plásticas) e Nuno Gaivoto, licenciado em Artes Plásticas pela ESTGAD, em 1999/00.

“**Slow Motion**” – Depois de uma breve interrupção, motivada pelas férias escolares, o projecto “Slow Motion” marcou de novo presença na ESTGAD, em Outubro, com a exibição de filmes, em super 8, da autoria de Ana Léon.

“**Ishi’s Story: Reopening California Histories**” é o título da conferência que James Clifford proferiu na ESTGAD durante a sua vinda a Portugal em Dezembro de 2001. Tratou-se de uma apresentação baseada num diporama sobre Ishi, “o último índio selvagem da América do Norte” que levanta questões em torno da representação dos povos tribais e dos seus modos de auto-representação. James Clifford tem-se dedicado a uma prática teórica que poderíamos chamar de uma etnografia da cultura ocidental e dos espaços de contacto que esta tem produzido nas suas relações com “outros povos”. A sua investigação mais recente tem-se centrado nos processos culturais locais, na sua relação com as pressões nacionais e com a globalização, assim como os espaços que se abrem nos processos de deslocação geográfica. James Clifford é Professor do Departamento de História da Consciência da Universidade da Califórnia, Santa Cruz.

Algumas reflexões... ao correr da pena

José Loios

Director da ESTM-Peniche



Um relance panorâmico sobre as diferentes fases de colocação de alunos a nível nacional permite identificar imediatamente algumas alterações significativas relativamente ao quadro verificado em anos anteriores. A nova configuração do Ensino Superior em Portugal, com uma oferta de formação globalmente superior relativamente ao número de alunos matriculáveis, teve como consequência imediata um acréscimo na selectividade da procura de formação, impondo a formulação de um conjunto de questões que imediatamente se perfilam como pertinentes: Que cursos ficaram com vagas por preencher? Porque não se preencheram tais vagas? Quais os critérios de selectividade por parte de quem procura formação de nível superior? Qual a influência de factores de selectividade implícitos?

Muitas outras interrogações cabe ainda formular acerca da pertinência da oferta curricular, da respectiva qualidade, significado, medidas de planeamento, papel da acreditação, avaliação, correcção... enfim.

Na ESTM – um caso paradigmático: o curso de Engenharia Naval e Industrial. De facto trata-se de um curso que obteve uma reduzida procura por parte dos alunos, ao longo das 3 fases do concurso cujo ingresso esteve disponível. Panorama que apenas veio acentuar o que já se verificara em anos anteriores neste curso. No entanto, pudemos constatar que se trata de um fenómeno que quase qualifi-

caríamos de desinteresse generalizado (nacional) em torno deste tipo de engenharias, diria mesmo que se trata de um problema de nível europeu, uma vez que a falta de procura deste tipo de formação é alvo de reflexão em instituições de ensino superior, um pouco por toda a Europa.

Aparentemente não se trata de uma questão relacionada com a qualidade dos cursos ou dos docentes, ou mesmo de situações de difícil empregabilidade. A problemática parece centrar-se mesmo em termos de apetência ou de lacunas de informação acerca da valia, pertinência e implicações da formação.

Genericamente, o acesso ao ensino superior alcançou um ponto de viragem real na relação entre o número de vagas nas instituições e o número de alunos matriculáveis. Trata-se de um momento que contribui decisivamente para evidenciar as fragilidades de um sistema que em alguns momentos cresceu desordenadamente e de forma assimétrica, iludindo expectativas e formalizando dinamismos culturais e científicos onde eles efectivamente não existiam. Os cursos e as instituições proliferaram, sobredimensionando-se ou crescendo incon sideradamente, apenas reflectindo a lógica economicista das dotações orçamentais, submetendo-se ao refrão: “mais alunos = maiores orçamentos de despesa”.

O actual quadro de ingresso no ensino superior vem lançar luz sobre quem é quem e sobre aquilo que as diferentes

instituições de ensino superior em Portugal estão efectivamente a oferecer.

A “novidade” desnuda incongruências, onde o esforço político se sobrepõe às outras lógicas, de construção de uma rede de instituições de ensino superior equilibrada, pertinente e em directa consonância com os vectores de desenvolvimento, técnico, científico e cultural do país. Não nos iludamos, estamos a lidar com um novo quadro, com o qual não poderemos trabalhar numa lógica puramente neoliberal. Quem procura um curso superior hoje, cada vez mais exerce uma selectividade crescente. A um qualquer curso, numa qualquer faculdade ou escola superior, não basta existir para que imediatamente as respectivas vagas sejam preenchidas. Impõe-se repensar qualitativamente e quantitativamente o ensino superior. A avaliação em curso pode ser um importante instrumento nessa reflexão, desde que cessem de se agitar alguns receios corporativistas, em nome de imobilismos e solidariedades descabidas, anquilosadas por décadas de ensimesmamento pedagógico e científico, nos antípodas daquilo que se pretende que seja um ensino superior ao nível da excelência e em interacção efectiva com o que se passa nas instituições congéneres a nível europeu e mundial.

Efectivamente, os colóquios, encontros, conferências e outros locais de reunião e reflexão que proliferam quotidianamente em torno das problemáticas da qualidade da avaliação do ensino superior em Portugal e da sua articulação com os dinamismos que se estabelecem no exterior, são um significativo e incontornável sinal dos tempos.

Sinal dos tempos é também o sinuoso percurso da moda ou das modas dos diferentes temas e cursos. Periodicamente surgem revoadas de estruturas curriculares, um pouco por todo o país, em resposta a mais uma apetência momentânea, que

se vai esboroando à medida que o percurso académico de cada aluno ingressado progride, esgotando carências de formação, ultrapassando-as mesmo. Parafraseando alguém conhecido: “você sabem do que eu estou a falar...”. E assim, aos solavancos e a reboque, tem por vezes crescido o nosso ensino superior; em vez de se assumir como a força motriz

e a liderança do processo, submete-se ao “fácil” percurso oferecido por uma procura de formação influenciada por miragens de glamour e de reconhecimento económico e social.

É imperativo continuar a repensar as estruturas curriculares existentes, para que as perspectivas de criação de novos cursos correspondam a efectivas necessi-

dades da sociedade ou promovam uma qualificação de excelência em áreas de actividade emergentes ou imobilizadas pela inadequação dos respectivos recursos humanos. Trata-se de enfatizar a perspectiva do médio/longo prazo no planeamento dos novos cursos e estruturas curriculares e programáticas. Trata-se de agir, mais do que de reagir.

Jornadas Ambientais

Contributos para um Futuro Projecto Ecológico

Decorreram em Peniche, nos passados dias 25 e 26 de Outubro, as 1.^{as} Jornadas Ambientais, promovidas pela ESTM. Esta realização contou com a participação de vários especialistas na matéria que abordavam uma diversidade de temas visando alertar para os problemas ambientais. Uma matéria que a ESTM desde o início se propôs tratar, dada a importância e actualidade de assuntos relacionados com o ambiente em geral e com o ambiente na costa litoral oeste em particular. Para a sessão de abertura concorreram as presenças do Sr. Jorge Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Peniche e do Dr. João Paulo Marques, Vice-Presidente do IPL, que endereçaram votos de sucesso à iniciativa. Iniciou-se o primeiro dia de trabalhos com a intervenção do Dr. Paulo Lemos que teceu algumas considerações acerca da evolução cronológica das preocupações ambientais. Segundo este autor a questão essencial é a relação Ambiente/Desenvolvimento e as razões éticas, económicas e ecológicas para um desenvolvimento sustentável. Para enriquecer estas Jornadas esteve presente o Prof. Doutor João Evangelista que tratou o tema da Educação Ambiental, dando ênfase ao alargamento do âmbito das questões ambientais que passaram de interesse exclusivamente científico a interesse de domínio público. Seguidamente o Dr. Fernando Silva analisou um dos marcos importantes no domínio do ambiente, ou seja, o apareci-



José Loios, Ana Batalha (directora do Museu de Peniche) e Jean-Yves (arqueólogo sub-aquático)

mento de um quadro internacional para a criação de directivas, recomendações aos Estados para recorrerem a todas as intervenções possíveis, inclusivamente ao direito penal no âmbito dos crimes ambientais.

Numa primeira abordagem do património vivo da região Oeste a Prof. Doutora Teresa Mouga, dissertou acerca das espécies características e da estabilidade do sistema dunar das areias litorais, alertando para as consequências da destruição do equilíbrio do ponto de vista natural.

Na sequência da análise da protecção da flora e fauna marinha a Dra. Cristina Brito referiu-se ao efeito das actividades humanas em populações naturais de cetáceos, dirigindo a sua apresentação para os golfinhos-roazes do estuário do Sado, com os quais desenvolve o seu trabalho.

Finalmente, e ainda acerca dos recursos marinhos, coube ao Prof. Doutor Henrique Queiroga a apresentação do estado actual dos recursos piscícolas mundiais,

alertando para o facto do Homem estar a explorar de forma não controlada toda a produção anual dos oceanos e para a necessidade de urgentes medidas de gestão neste domínio.

Por seu turno, o Doutor Ricardo Moita apresentou algumas consequências do tão falado aquecimento global, ou seja, decréscimo da precipitação, aumento da temperatura e subida do nível da água do mar, o que irá influenciar a biodiversidade. Numa perspectiva mais optimista o Prof. Dr. Roberto Gamboa formalizou alguns desafios do futuro em relação à energia. O actual modelo energético do mundo não é sustentável a longo prazo mas, no futuro, a produção de energia será diversificada e terá que conciliar as energias fósseis e as energias renováveis.

Dadas as preocupações com as questões relacionadas com o ambiente litoral, torna-se necessário projectar formas de actuação sobre o meio, de modo a evitar futuros problemas. O Eng. Carlos João apelou à consciencialização e participação da comunidade para as problemá-

...
ticas ambientais. O respeito pela Natureza é uma vivência que deverá ser trabalhada por todos nós.

No segundo dia, e depois de uma visita guiada ao Museu de Peniche, que a todos enriqueceu, o Dr. José Correia dos Loios dirigiu a sua intervenção no sentido da preservação do património e ambiente litoral. Segundo o Director da ESTM as interacções Homem/Ambiente e Ambiente/Homem foram desde sempre dinâmicas e prolongaram-se no tempo, tendo chegado à actualidade através de registos que necessitam ser protegidos e classificados como património.



Secretariado das Jornadas

Seguiu-se a intervenção do Dr. Jean-Ives Blot sobre arqueologia sub-aquática local. O estudo do passado da actividade humana na costa da região Oeste, através da observação de vestígios materiais é sem dúvida motivador de novas explorações. Para um estudo mais completo desta re-

gião, o Dr. António Teixeira, director da Reserva Natural da Berlenga, particularizou alguns aspectos de interesse desse arquipélago, pleno de mistério e beleza. Finalmente a ESTM lançou um desafio às forças políticas locais para apresentarem e debaterem um projecto ecológico para Peniche.

Como considerações finais, podemos salientar que estas Jornadas excederam as expectativas, tanto a nível de número de participantes, como a nível das intervenções proferidas, tendo merecido o reconhecimento de todas os participantes.

A ESTM de Peniche inicia o Programa Qualidade

A Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche iniciou o processo de implementação de um Sistema da Qualidade na sequência dos objectivos do Programa Qualidade na Administração Pública.

A adopção de um sistema da Qualidade traduz na prática um compromisso com o nível de Qualidade da Instituição quer nos serviços prestados à comunidade quer nas suas próprias condições de trabalho. A implementação de um sistema de Gestão pela Qualidade constitui um instrumento de valorização da ESTM por ser gerador de melhores serviços e condições de trabalho. O lançamento e desenvolvimento deste programa impõem no imediato a adopção da Qualidade como um objectivo estratégico da Escola. Os objectivos concretos da implementação do Sistema da Qualidade visarão:

- A satisfação dos clientes internos e externos da Escola;

- A melhoria permanente do serviço;
- A consideração das exigências da sociedade e do ambiente;
- A eficácia da prestação do serviço.

O lançamento do sistema da Qualidade obedecerá às seguintes etapas:

1. Constituição da *Equipa Qualidade*. Esta equipa foi já constituída e é composta pelo Director da ESTM, Coordenadores de Cursos, Representantes dos Alunos dos cursos em funcionamento e Representantes do Pessoal não Docente;
2. Documentação e reflexão sobre Qualidade, definição dos objectivos e amplitude do Programa Qualidade, da estratégia de lançamento e do sistema de gestão. Foi já distribuído pelos membros da Equipa um dossier com documentação diversa sobre Qualidade, implementação de Pro-

gramas Qualidade na Administração Pública e, em concreto, sistemas de Gestão pela Qualidade já implementados no Ensino Superior Politécnico;

3. Acções de sensibilização;
4. Formação em Qualidade de membros da *Equipa Qualidade*;
5. Difusão do Programa e instrumentos para a Qualidade;
6. Compilação do Manual da Qualidade.
7. Elaboração do Manual de Procedimentos;
8. Avaliação de impacto das primeiras acções.

A adopção do Sistema de Gestão pela Qualidade constituirá a base de trabalho para a Auto-Avaliação, implementação do Sistema de Unidades de Crédito e certificação dos cursos da área científica de Turismo - *Gestão Turística e Hoteleira e Turismo e Mar* - pela Organização Mundial de Turismo.

Cursos de Turismo da ESTM

Candidatos à certificação pela Organização Mundial de Turismo

A Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche iniciará, no curto prazo, o processo de candidatura dos cursos de Licenciatura Bietápica em Gestão Turística e Hoteleira e Turismo e Mar à certificação pela Organização Mundial de Turismo.

A Certificação TedQual, por parte da OMT, através da Fundação Themis, traduzirá o reconhecimento de que a formação ministrada pela Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche:

- a) Corresponde a uma Formação de Qualidade em Turismo que vai de encontro às efectivas necessidades do Empregador Turístico público ou privado;
- b) Participa numa Rede que lhe fornece eficazmente informação quanto às novas técnicas e metodologias relacionadas com a Formação em Turismo.

Turismo Rural e Desenvolvimento Local

A Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche continua a aprofundar a temática do Turismo Rural e Desenvolvimento Local.

Os estudos que têm vindo a ser desenvolvidos, na sequência do Seminário subordinado ao mesmo tema, são da autoria do Coordenador do Curso de Turismo e Mar, Dr. João Paulo Jorge.

Ao longo do século XX, o Turismo tem vindo a desenvolver-se, não apenas como um comportamento social, mas, também, como uma actividade económica. Vários factores têm contribuído para o seu desenvolvimento: o aumento de salários; a diminuição das horas de trabalho; a introdução do subsídio de férias; um nível mais elevado de formação que conduziu a uma curiosidade crescente pelo conhecimento de outros países e culturas; e, o desenvolvimento tecnológico nos meios de transporte.

Por outro lado, o mundo rural, nos últimos anos, também tem vindo a conhecer alterações. As zonas rurais da Comunidade Europeia correspondem a 80% da sua superfície. A conservação da natureza e da paisagem têm cada vez mais importância, bem como a preservação da herança rural, que tem sido uma das preocupações da Comunidade. Os espaços abertos, as montanhas, as florestas, os lagos, e os rios permitem que tenham aí lugar actividades de lazer e de ocupação dos tempos livres para milhões de residentes urbanos.

Actualmente, e não só em Portugal, o meio rural mostra-se incapaz de manter o nível de actividade económica imprescindível para a manutenção do dinamismo das comunidades locais. O declínio do sector agrícola encontra a sua origem em numerosos problemas, entre os quais, a existência de infra-estruturas deficientes e já ultrapassadas tecnologicamente; a redução do emprego agrícola; o despovoamento crescente e o envelhecimento da população rural; a existência de serviços inadequados, quando comparados com os das áreas urbanas.

Desde os anos 50 nos países do Centro e Norte da Europa e desde os anos 80 nos países do Sul, o turismo rural é considerado como uma estratégia com futuro, uma vez que contribui para a fixação de população, para a criação de emprego e para a promoção do desenvolvimento socioeconómico das zonas desfavorecidas.

O turismo no espaço rural constitui uma actividade geradora de desenvolvimento económico para o mundo rural quer por si só, quer através da dinamização de muitas outras actividades económicas que dele são tributárias e que com ele interagem. Nas zonas rurais, onde esta actividade se tem desenvolvido com maior impacto, é já possível constatar a contribuição positiva para a melhoria da economia rural. Esta melhoria pode ser expressa quer em termos financeiros, quer pelo contributo para:

- a sustentação do rendimento dos agricultores;
- a diversificação das actividades ligadas à exploração agrícola;
- a pluriactividade;
- a manutenção, a criação e a diversificação de empregos, em particular dos agricultores a tempo parcial;
- o desenvolvimento de novos serviços (de informação, de transporte, de comunicações, de animação, etc.);
- a conservação e a melhoria da natureza e do ambiente paisagístico;
- a sobrevivência dos pequenos agregados populacionais;
- o apoio à arte e ao artesanato rural e dinamização de iniciativas culturais;
- a recuperação do património histórico;
- o incremento do papel das mulheres e dos idosos;

· a revitalização das colectividades, através do surgimento de novas dinâmicas, ideias e iniciativas.

Esta forma de turismo responde, como já foi referido, a um crescente interesse pelo património natural e pela cultura rural, por parte de um público essencialmente urbano privado do conhecimento e usufruto desses valores.

Por outro lado, os actores locais tomaram consciência das possibilidades oferecidas pelo turismo rural devido ao seu efeito multiplicador, quer se trate de produzir rendimentos complementares, de suscitar sinergias, ou de provocar uma procura de infra-estruturas e de serviços de apoio ao mundo rural, no interesse comum da população local e dos visitantes. Alguns estudos, realizados em França e Reino Unido mostram que as despesas de alojamento são acompanhadas por outras compras na zona, duas a três vezes mais importantes, essenciais para a manutenção e desenvolvimento do pequeno comércio e artesanato e outros serviços.

Por último constata-se, hoje em dia, por parte das administrações públicas e dos diferentes agentes socioeconómicos, uma preocupação em assegurar a promoção do turismo no espaço rural. Preocupação que responde à necessidade de encontrar soluções para fazer face à crise económica, aos efeitos perversos das reformas das estruturas agrícolas e à destruição das estruturas de base de numerosas zonas rurais. Nesta óptica, o turismo permite assegurar a preservação de espaços e de modos de vida rentáveis, tanto para as comunidades locais como para as futuras gerações urbanas.

Ingresso no Ensino Superior

Elísio Augusto Gomes Pinto

Director da ESEnf-Leiria



Nos últimos anos a história sempre se repete quando os alunos terminam o ensino secundário. Vivem-se tremendas angústias no seio da maior parte das famílias onde há candidatos ao ensino superior. A dissonância criada pela interacção entre o real, a utopia feita de desejos e a pressão sócio-familiar reduz um dos momentos importantíssimos na vida de um jovem a um estado dualista do sim/não, do entra não entra no ensino superior, ou seja, ser ou não ser da “elite” eis a questão. As angústias só terminam se o ingresso aconteceu no curso desejado (“que sorte” dizem alguns) caso contrário ..., bem seria um tema interessante fazer um estudo longitudinal dos percursos académicos e profissionais destes jovens.

Tenho para mim que a pressão sociofamiliar, por um lado, que sublima o ingresso no ensino superior como uma realização pessoal e familiar suprema, em desfavor dos potenciais e das motivações individuais, e por outro a falta de estruturas desde o ensino primário ao secundário que lapidem e orientem os potenciais e as motivações individuais têm um papel importante na existência de várias “células” disfuncionais nos diversos sistemas socioprofissionais. Temos na ESEnf alunos que queriam estar em fisioterapia, veterinária ou medicina e alunos que estão em veterinária ou fisioterapia que gostariam de estar em enfermagem ou, ainda, alunos que se candidataram várias vezes a enfermagem como primeira opção e foram parar a cursos de informática, por exemplo. São acontecimentos de vida muitas vezes sentidos como catastróficos. Estas experiências quando mal resolvidas, não superadas e sublimadas produzem res-

sonâncias de longa duração no devir de cada um. Contudo, é difícil avaliar os seus efeitos quer sobre os níveis de saúde individuais e das pessoas da sua rede relacional, bem como sobre os níveis de desempenho profissional e satisfação pessoal.

Mas, vejamos os números de vagas postas a concurso, de candidaturas e de ingressos nos últimos três anos na ESEnf. Em 1999, ano em que se iniciou o curso de licenciatura, a Escola abriu 35 vagas ao contingente geral e cinco ao especial. No contingente geral candidataram-se 762 candidatos, 630 (82,7%) do sexo feminino e 132 do sexo masculino. Do total, 173 (22,7%) colocaram a ESEnf como primeira opção.

No ano de 2000 a Escola abriu 70 vagas (35 em Outubro + 35 em Abril) mais 10 para o contingente especial. Candidataram-se pelo contingente geral 996 candidatos sendo 845 (88,4%) do sexo feminino e 151 do sexo masculino. Do conjunto, 163 (16,4%) candidataram-se à enfermagem como primeira opção.

Em 2001 foram postas a concurso, também, 70 vagas, nos moldes do ano anterior,

mais 10 para o contingente especial. Apresentaram a sua candidatura, pelo contingente geral 1091 candidatos, dos quais 920 (84,3%) do sexo feminino e 171 do sexo masculino, sendo que do total, 142 (13%), a sua primeira opção foi a ESEnf. Pelos dados expostos podemos verificar que o curso de enfermagem e a Escola Superior de Enfermagem de Leiria exercem uma grande atracção sobre os candidatos ao ensino superior, traduzindo-se em 2001 por uma procura que alcançou os 4 dígitos para 70 vagas postas a concurso. É de sublinhar que estas não responderam a metade das solicitações de ingresso na ESEnf como primeira opção. Uma outra conclusão que podemos extrair é que os candidatos são maioritariamente do sexo feminino, 85% em média. Para terminar gostava de sublinhar que, também, ao nível qualitativo, no período em análise, o limite superior das notas de candidatura e das de ingresso tem vindo a sofrer alterações. Assim em 1999 as notas de candidatura foram $\geq 8,48$ e $\leq 18,0$ e as de ingresso foram $\geq 8,95$ e $\leq 17,18$, em 2000 as de candidatura $\geq 10,5$ e $\leq 18,08$ e as de ingresso foram $\geq 13,08$ e $\leq 17,76$ e finalmente em 2001 as notas de candidatura foram $\geq 11,12$ e $\leq 19,08$ e as de ingresso $\geq 13,42$ e $\leq 18,18$. Estes dados mostram claramente que, em cada ano, o número de candidatos que inclui nas suas opções o curso de licenciatura em enfermagem e a ESEnf tem vindo a aumentar, que este aumento se deve aos candidatos com notas mais elevadas o que caracteriza os ingressados na ESEnf por se situarem numa faixa com limite inferior 13.08 (2000) e limite superior de 18.08 (2001).

	Vagas	Candidaturas	1ª Opção
1999	35 + 5	630	173
2000	70 + 10	845	163
2001	70 + 10	1.091	142
	Nota de Candidatura		Nota de Ingresso
1999	$\geq 8,48$ e $\leq 18,0$		$\geq 8,95$ e $\leq 17,18$
2000	$\geq 10,5$ e $\leq 18,08$		$\geq 13,08$ e $\leq 17,76$
2001	$\geq 11,12$ e $\leq 19,08$		$\geq 13,42$ e $\leq 18,18$

Plano Estratégico da ESEnf 2001/2006

Aprovada a alteração de denominação para Escola Superior de Ciências da Saúde de Leiria

Dado que o Plano Estratégico de Desenvolvimento da ESEnf. apresentado oportunamente (Março/2001), não correspondia aos anseios dos professores da Escola, estes decidiram proceder à sua revisão ainda em 2001.

Para o efeito marcou-se um encontro com a presença de todos os professores do quadro e assistentes. Esse encontro, a que chamámos dia de reflexão, realizou-se no dia 17 de Novembro de 2001 nas instalações da ESEnf e contou, na abertura dos trabalhos, com a presença do Sr. Presidente do IPL, Professor Luciano de Almeida.

Do trabalho desenvolvido durante esse dia de reflexão emergiram duas conclusões que passaram a constituir as traves mestras do Plano Estratégico de Desenvolvimento da ESEnf:

- Uma das conclusões foi a redefinição da **missão** da Escola, consubstanciada no aumento do número de ingressos na licenciatura de enfermagem e na oferta de outras licenciaturas na área da saúde. Esta alteração ao Projecto Educativo é, pensamos nós, extraordinariamente im-

portante não só para o futuro da Escola como para a região e, também, para o País. Foi designado um grupo de trabalho constituído por três professores para, até 17/12/01 especificar o novo projecto educativo.

- A outra conclusão refere-se à necessidade de alterar a denominação da Escola Superior de Enfermagem de Leiria para Escola Superior de Ciências da Saúde de Leiria. Também, esta alteração é muito importante, porque permite no futuro próximo dar guarida à maior parte dos cursos da área da saúde e, até, aos de algumas áreas confinantes.

A 17/12/01 realizou-se novo encontro dos professores da ESEnf. para a apresentação da especificação do Projecto Educativo, pelo grupo designado para o efeito. Todos os professores se reviram no projecto apresentado, passando este a constituir a proposta do Projecto Educativo da Escola para os próximos anos. Resumidamente é constituído pelas seguintes medidas:

Ano lectivo 2002/2003

- Aumentar para 120 o número de

ingressos para a licenciatura de enfermagem,

Iniciar o curso de fisioterapia com 30 alunos,

- Iniciar cursos de especialização (pós-graduações não conferentes de grau) logo que seja publicada a legislação que os regule.

- Iniciar acções de formação contínua.

Ano lectivo 2003/2004

- Manter o esquema de formação do ano anterior ,

- Iniciar um curso de terapia da fala e outro de terapia ocupacional.

Importa, desde já, salientar que a operacionalização destas medidas vai exigir um grande esforço em recursos humanos docentes e não docentes, em instalações e equipamento e, também, financeiro.

A alteração da denominação da Escola Superior de Enfermagem de Leiria para Escola Superior de Ciências da Saúde de Leiria proposta ao IPL foi aprovada por unanimidade no Conselho de Gestão, bem como no Conselho Geral do dia 20/12/01.

Formação Reflexiva em Ensino Clínico

No dia 17 de Dezembro de 2001 Carlos Manuel dos Santos Ferreira, Professor Adjunto na Escola Superior de Enfermagem Angelo da Fonseca, em Coimbra, Mestre em Educação pela Universidade de Évora, esteve na ESEnf. para proferir uma conferência na sequência da sua tese de mestrado, dirigida aos docentes desta Escola.

Preocupado com um ambiente que facilite a aprendizagem contextualizada em meio hospitalar, segundo as neces-

sidades educativas ao nível técnico, científico, cultural e afectivo dos estudantes, realizou a sua tese de mestrado ensaiando a aplicação do **modelo de formação reflexiva em ensino clínico com recurso ao espelhamento**.

Mostrou como os estudantes, através deste modelo, aprendem a reestruturar a sua aprendizagem em cooperação com os colegas do grupo e com os professores do ensino clínico, permitindo a cada formando tornar-se o agente principal

da sua formação, responsabilizando-se pelo nível do seu sucesso escolar, desenvolvendo a autonomia e a auto-estima pessoal.

Durante a conferência, do agrado de toda a assistência, ficou claro a importância do modelo, quando aplicado nos contextos dos ensinos clínicos em ambiente hospitalar, na melhoria das relações interpessoais, na autonomia e responsabilização do estudante face à sua formação.

Nova cantina na ESE entrou em funcionamento

No pretérito mês de Outubro entrou em funcionamento um novo edifício dos Serviços de Acção Social destinado a Refeitório e Bar que se situa nos terrenos adjacentes à Escola Superior de Educação.

O serviço é disponibilizado em sistema de self-service e inclui uma linha normal de refeições e, também, uma outra de grelhados. No 2º piso funciona o bar também em sistema de self, que coloca à disposição dos clientes uma variedade significativa de produtos.

A oferta de uma alimentação com características nacionais, constitui uma preocupação dos Serviços de Acção Social, que perseguem objectivos de qualidade dos géneros alimentícios utilizados.

Existe também um espaço diferenciado que permite servir refeições, também a preços diferenciados, a grupos de forma reservada, possibilitando, assim um ambiente propício à comunicação entre os seus utilizadores.



Bolsas de Estudo

Registaram-se até à data 2.254 candidaturas aos benefícios sociais para o presente ano lectivo, distribuídas da seguinte forma:

Candidatos por escola

ESE	444
ESTG	941
ESTGAD	467
Pólo ESE	108
ESTM	157
ESEnf	137
TOTAL	2.254

Os Serviços de Acção Social já procederam ao pagamento de bolsas de estudo referentes a Outubro, Novembro e Dezembro a 1.638 bolseiros.

Faculdade/Escola	Deslocados		Não deslocados		TOTAL
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
ESTG	248	268	44	81	641
ESE	50	223	13	72	358
ESTGAD	131	179	17	35	362
Pólo ESE	6	65	3	19	93
ESTM	32	61	7	7	107
ESEnf	7	47	4	19	77
TOTAL	474	843	88	233	1638

Bolseiros por escalão

Capitação média mensal do agregado		Nº bolseiros por escalão
<83.54€		15
= >83.54€	<116.96€	80
= >116.96€	<167.09€	284
= >167.09€	<200.51€	293
= >200.51€	<233.93€	329
= >233.93€	<334.19€	637

A bolsa média em Dezembro fixou-se em 103,30 € (Esc. 20.710\$00). A bolsa referente a Dezembro está disponível desde o dia 03 de Janeiro de 2002. Os estudantes têm 30 dias para proceder ao seu levantamento.

No decorrer do mês de Dezembro ficou concluído o estudo dos processos de candidatura que se encontravam em situação regular. Oportunamente serão actualizados os resultados dos processos de candidatura aos benefícios sociais no website dos SAS - www.iplei.pt

Alojamento

Localidade	1ª Fase		2ª Fase		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Leiria	158	262	81	135	636
Caldas da Rainha	67	123	35	57	282
TOTAL	225	385	116	192	918

Verificou-se que o número de candidaturas ao alojamento em residências de estudantes dos SAS excedeu largamente o número de camas disponíveis (534).

Gabinete de Psicologia

O Gabinete de Psicologia (criado em Abril de 1999) é dirigido à população de estudantes, tendo como objectivo o apoio/aconselhamento psicológico face às problemáticas por aqueles apresentadas, identificadas do seguinte modo:

- Dificuldade na organização do trabalho e nos métodos de estudo com consequências desfavoráveis ao nível da gestão do tempo;
- Baixo rendimento académico/ansiedade, com somatização (transcrição desses factores em sintomas de doença) em situações de pré-avaliação/avaliação, problemáticas parcialmente inerentes à que foi anteriormente referida;
- Estados de depressão, com profundos reflexos ao nível da vida académica e pessoal;
- Dificuldades no plano relacional/afectivo, de onde emergem questões de ordem emocional que interferem no plano cognitivo;
- Estados de desmotivação que levam à dificuldade no delineamento/concretização de objectivos;
- Desenraizamento geográfico e dificuldade de integração no plano académico e em contextos de amizade;
- Isolamento relacional/social, mesmo em situações em que não se verifica o desenquadramento geográfico;
- Dificuldades de adaptação ao contexto académico e problemas de ordem vocacional.



Os SAS facultam aos estudantes de forma gratuita a consulta de psicologia clínica

Local	Dias	Horário
Leiria - ESE e ESTG	Quartas e Quintas-feiras	Das 14h às 17h
Caldas da Rainha	Terças-Feiras	Das 14h às 16h

Os estudantes da Escola Superior de Tecnologias do Mar podem ter acesso às consultas, nas Caldas da Rainha, das 15h às 17h.

Os estudantes que queiram beneficiar deste apoio devem contactar os SAS, pessoalmente, por **telefone 244 830 640** ou, ainda, através do e-mail **sas@sas.iplei.pt**

Da análise daqui decorrente salienta-se que as dificuldades surgidas aos estudantes se relacionam quer com factores de ordem cognitiva, quer com factores no plano afectivo/emocional, podendo ambos ter um significado acentuado no funcionamento académico. Este trabalho de avaliação/intervenção psicológica no âmbito do ensino superior permite uma melhoria/resolução de pro-

blemáticas, circunstância esta que leva à necessidade de consolidação da referida actividade.

Desde o início do ano lectivo já foram efectuadas 57 consultas em Leiria.

A prestação deste serviço, em Caldas da Rainha, iniciou-se em 30 de Outubro do presente ano. Já se registaram até à data 24 consultas.

Aplicação da Declaração de Bolonha: Princípios em Discussão Pública

1. A Declaração de Bolonha e o Sistema de Graus do Ensino Superior Bases para uma discussão

Documento da Secretaria de Estado do Ensino Superior

Subscrita em Junho de 1999 pelos ministros responsáveis pelo ensino superior de 29 países europeus, a Declaração de Bolonha¹ tem como objectivo central a construção da Área Europeia de Ensino Superior. Partindo dos objectivos gerais

de mobilidade, de empregabilidade dos diplomados e de competitividade dos sistemas europeus de ensino su-

A Declaração de Bolonha tem como objectivo central a construção da Área Europeia de Ensino Superior.

perior, esta declaração define seis objectivos específicos, dos quais consta a inteligibilidade e comparabilidade dos graus conferidos nos sistemas europeus de ensino superior. Além disso avança alguns elementos de estruturação dos graus académicos em dois ciclos, de graduação e pós-graduação, sendo que o acesso ao 2.º ciclo pressupõe completar um primeiro ciclo com a duração mínima de três anos.

Seja em consequência da própria declaração, seja porque havia previamente essa intenção, têm vindo a ser introduzidas reformas em diversos países que apontam para um primeiro grau de graduação com uma duração típica de três ou quatro anos, isto é, com 180 a 240 unidades de crédito ECTS. Foi também este um dos resultados do seminário reali-

zado em Helsínquia em Fevereiro de 20012. As tendências verificadas nos diferentes países signatários da declaração constam de dois relatórios, o primeiro³ preparado para a Conferência de Bolonha e o segundo⁴ para a Convenção

das Instituições de Ensino Superior, realizada em Salamanca em Março de 2001, e também para a Conferência de

Praga, realizada em Maio deste ano. Nesta conferência foi apresentado um relatório sobre o Processo de Bolonha⁵, tendo sido aprovado um comunicado⁶ em que se reafirmam os objectivos da Declaração de Bolonha e se apontam vias de desenvolvimento do processo.

No entanto, no decurso dos trabalhos realizados entre Bolonha e Praga, por diversas vezes se levantou a questão de sa-

ber se estes limites, 3 a 4 anos, são ou não compatíveis com as exigências de formação para efeitos profissionais em algumas áreas do conhecimento como a

Medicina ou a Engenharia. Assim como se verificou que a discussão dos objectivos de formação é mais fácil quando realizada por área de conhecimento a nível europeu do que quando envolve todas as áreas de conhecimento, mesmo que no âmbito de cada sistema nacional.

A situação portuguesa

O sistema de ensino superior português prevê a existência de dois níveis diferentes de graduação, ou seja, do primeiro ciclo: Bacharelato e Licenciatura. O Conselho Nacional de Educação aprovou, em 1993 e em 1995, pareceres⁷ que apontam para o desaparecimento destes graus, substituindo-os por um "Diploma de Estudos Superiores", o que significa que a discussão sobre os graus de ensino superior que hoje é suscitada pela ava-

liação das implicações a nível nacional pela Declaração de Bolonha não é nova e é, de facto, ressuscitada num novo contexto.

A discussão sobre a alteração do sistema nacional de graus pressupõe que sejam claros os objectivos que se pretendem atingir.

O CRUP apresentou publicamente a proposta de acabar com o Bacharelato, como grau nacional, e de manutenção da Licenciatura, com uma duração de 4 anos.

As questões da supressão de um dos graus e da sua designação são questões autónomas. A primeira tem relevância no quadro internacional e a segunda é apenas relevante a nível interno. De facto, as designações nos diferentes países para o primeiro grau são diversas, desde o “Bachelor” anglo-saxónico, à “Licence” francesa, passando pela “Laurea” italiana.

Para além do sistema estruturante de graus, os vários países signatários têm outros diplomas com durações diversas, por exemplo, formações curtas que, em inglês, são usualmente designadas por “associate degrees”. Em França, na linha do 3-5-8 do relatório Attali, o sistema de graus “Licence-Mastère-Doctorat” é uma superestrutura, sem que tivessem deixado de existir DEUG ou DUT, Maîtrise, DEA ou DESS, etc.

A estrutura de graus do tipo “Bachelor”/“Master”, em que o primeiro grau tem uma duração entre 3 e 4 anos e o segundo entre 1 e 2 anos, é tradicional em países como o Reino Unido, a Irlanda ou Malta, e está bem estabelecido nos países nórdicos, Islândia, Suécia, Noruega e Dinamarca, embora

nestes países persistam formações longas em algumas áreas de formação, estando prevista a sua introdução na Noruega. Este tipo de estrutura foi introduzido em países como a Estónia, Letónia e Lituânia, bem como em Itália, no quadro de uma extensa reforma do sistema, ou na Alemanha, onde coexiste a nova estrutura com os graus tradicionais. Verificou-se também que em alguns países se reforçou, alargou o âmbito de aplicação ou se abriu a possibilidade desta estrutura de graus, como a República Checa, a Eslováquia, a Holanda, a Áustria e a Finlândia.

A discussão sobre a alteração do sistema nacional de graus pressupõe que sejam claros os objectivos que se pretendem atingir. Como foi referido acima, o objectivo essencial é desenvolver a Área Europeia de Ensino Superior, onde seja mais fácil a mobilidade de estudantes e o reconhecimento mútuo de qualificações. A alteração do sistema de graus não é o único instrumento para atingir esse objectivo. A existência de sistemas de créditos compatíveis, baseados nas unidades do ECTS, a aplicação de metodologias de reconhecimento de qualificações como as previstas na Convenção de Lisboa sobre Reconhecimentos, assinada em 1997 e ratificada por Portugal em 2000, a generalização do Suplemento ao Diploma, são outros instrumentos que contribuem para o mesmo objectivo, promovendo a mobilidade internacional,

Por outro lado, uma maior semelhança entre os sistemas nacionais de graus melhora a inteligibilidade desses mesmos graus por parte de eventuais interessados exteriores à Área Europeia de Ensino Superior e o potencial de os atrair, relativamente aos concorrentes mais directos, nomeadamente os Estados Unidos.

mas também a nível interno.

No entanto, a existência de sistemas nacionais de graus com maior nível de semelhança, favorece a possibilidade de prosseguimento de estudos em país diferente após a obtenção do primeiro grau. Se for feito um trabalho por área disciplinar a nível europeu, no sentido de se procurar um entendimento quanto a um conjunto essencial de objectivos de formação, mais fácil será o reconhecimento das qualificações obtidas em diferentes países e instituições.

Por outro lado, uma maior semelhança entre os sistemas nacionais de graus me-

lhora a inteligibilidade desses mesmos graus por parte de eventuais interessados exteriores à Área Europeia de Ensino Superior e o potencial de os atrair, relativamente aos concorrentes mais directos, nomeadamente os Estados Unidos. É desta questão que se trata quando se refere a competitividade dos sistemas de ensino superior europeus.

A redução da duração da formação não é nem um objectivo em si, nem um resultado imediato da Declaração de Bolonha. No entanto, não se poderá deixar de questionar a duração dos estudos em Portugal, em confronto com o que se passa noutros países. Se a duração dos estudos, para obter um determinado nível de formação, for maior em Portugal do que noutros países, está comprometida a capacidade de atrair estudantes de outros países e os estudan-

tes portugueses poderão ser levados a optar por estudar noutro país. Para além disso, está por provar que os sistemas que contemplam uma menor duração dos respectivos planos de estudos tenham uma qualidade inferior de formação dos seus graduados.

Já hoje se verificam situações que põem em

causa o nosso sistema de dois níveis de graus. Há estudantes portugueses que obtiveram um Bacharelato em Portugal e que foram aceites em cursos de Master no Reino Unido. Ou seja, ao fim de um tempo equivalente à Licenciatura, obtêm um grau que dá acesso ao Ph.D. que, se o fizerem, terá equivalência ao Doutoramento em Portugal. Acresce que quem consegue seguir esta via são os que têm maior capacidade económica, criando uma situação de injustiça.

Para além da duração curricular dos cursos, há que ter em conta a duração efectiva, ou seja, a questão do insucesso.

...

Esta questão tem de ser objecto de um esforço no sentido de aumentar o sucesso, sem obviamente pôr em causa a qualidade da formação, mas esta é uma questão autónoma da que se propõe discutir.

A discussão que se propõe

Propõe-se a discussão do sistema de graus nacionais, nomeadamente considerando as seguintes questões:

- a) Supressão de um dos graus de graduação (Bacharelato e/ou Licenciatura);
- b) Duração padrão para o grau único de graduação (Processo de Bolonha: 3 a 4 anos ou 180 a 240 unidades ECTS);
- c) Identificação das formações dirigidas ao exercício de profissões que não se enquadram no padrão devido a constrangimentos legais, nacionais ou directivas comunitárias, e definição da forma de organizar essas formações e o grau ou diploma a atribuir na sua conclusão (por exemplo, diploma de pós-graduação profissional ou grau de mestre);
- d) Reflexão sobre o grau de Mestre e o respectivo conteúdo de formação, considerando ou não a possibilidade de mestrados de perfil “profissional” (nomeadamente nas situações previstas em c) para além do actual perfil “científico”, bem como as condições de acesso a este nível de formação;
- e) Implicações para os estudos de dou-

toramento, nomeadamente das questões colocadas em c) e d), quanto à sua organização, incluindo a eventual generalização de cursos de doutoramento e às condições de acesso a este grau;

Se a duração dos estudos, para obter um determinado nível de formação, for maior em Portugal do que noutros países, está comprometida a capacidade de atrair estudantes de outros países e os estudantes portugueses poderão ser levados a optar por estudar noutro país.

- f) Designação do grau único de graduação (Proposta do CRUP: Licenciatura; Proposta do CNE de 1993: Diploma de Estudos Superiores);

Nesta discussão é essencial ter em conta alguns aspectos:

- a realidade dos nossos parceiros no Processo de Bolonha: na medida em que o objectivo é atingir um sistema de graus que seja inteligível e comparável, é importante perceber as reformas que estão a ser introduzidas e perspectivadas pelos nossos parceiros, tendo em vista a aproximação entre os sistemas de ensino superior, mas também as questões essenciais que deverão ser defendidas por Portugal no quadro do Processo de Bolonha;
- os pareceres do Conselho Nacional

de Educação sobre o ensino superior, nomeadamente os pareceres 1/93 e 1/95;

- a identificação dos objectivos de formação correspondentes a cada grau, por área do conhecimento: esta questão

é importante para que a aproximação entre sistemas não seja apenas formal, mas igualmente de conteúdo; tendo em conta

que esta questão deve ser tratada por área de conhecimento, é da maior relevância a exploração dos contactos internacionais que as instituições de ensino superior têm nas diferentes áreas de conhecimento;

- a generalização de um sistema de créditos baseado nas unidades ECTS: o qual foi objecto de propostas por parte do CRUP e do CCISP e que estão a ser trabalhadas para a sua consagração legal;
- reforço da oferta de formações pós-secundárias profissionalizantes de curta duração: a legislação de suporte aos Cursos de Especialização Tecnológica prevê actualmente a possibilidade de creditar parte da formação para efeitos de prosseguimento de estudos e a intervenção das instituições de ensino superior, oferecendo ou participando na oferta destas formações.

1 Anexo 1: “Declaração conjunta dos Ministros da Educação Europeus” (vide pág 59).
 2 Anexo 2: “Conclusions and Recommendations of the Seminar to the Prague Higher Education Summit”.
 3 Knudsen, Inge; Haug, Guy; Kirstein, Jette; Trends in Learning Structures in Higher Education, Junho de 1999.
 4 Haug, Guy; Tauch, Christian; Trends in Learning Structures in Higher Education (II), Abril de 2001.
 5 Lourtie, Pedro; Furthering the Bolonha Process, Maio de 2001.
 6 CNE, Pareceres 1/93 e 1/95

Aplicação da Declaração de Bolonha: Princípios em Discussão Pública

2. Processo de Bolonha - discussão pública

Sistema de graus do ensino superior

Documento em análise no CCISP (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos)

O designado Processo de Bolonha veio criar uma oportunidade para uma reflexão sobre o ensino superior em Portugal que deve ser aproveitada pelos diversos actores institucionais no sentido da procura de

soluções adequadas aos problemas existentes e ao desenvolvimento harmonioso e eficaz do sistema. Assim o documento da Secretaria de Estado do Ensino Superior é necessariamente bem vindo e quebra a indiferença que o Ministério da Educação aparentemente vinha demonstrando.

O CCISP manifesta o seu acordo com o processo

que se desenvolveu a partir da Declaração de Bolonha, o qual tem vindo a reforçar pontos de convergência, salvaguardando-se a diversidade, como referido no Comunicado de Praga e considera fundamental e urgente a discussão preliminar proposta pelo Ministério da Educação no sentido de identificar e consensualizar princípios básicos não só no sentido da estrutura de graus, mas, também de organização pedagógica, da qual ressalta a adopção de um sistema de créditos do tipo ECTS com a correspondente mudança nos processos de ensino colocando maior ênfase nas aprendizagens e nas competências, bem como na relevância das formações.

Considera ainda o CCISP que diversas questões a jusante do ensino superior deverão igualmente ser discutidas e equacionadas, como as relacionadas com o sistema de acreditação profissional que parece entrincheirar-se no afastamento dos

princípios de Bolonha, bem como as questões ligadas ao emprego e às carreiras profissionais.

No âmbito do sistema de graus nacionais, entende o CCISP:

Considera fundamental e urgente a discussão preliminar proposta pelo Ministério da Educação no sentido de identificar e consensualizar princípios básicos não só no sentido da estrutura de graus, mas, também de organização pedagógica, da qual ressalta a adopção de um sistema de créditos do tipo ECTS.

- a) Existência de três graus. Deverá existir um só grau único de graduação universal para todo o ensino superior, em substituição dos actuais dois graus: bacharelato e licenciatura.

Na verdade o bacharelato corresponde bem mais adequadamente ao que já existia, ou foi entretanto criado na maioria dos países europeus. Mas, tal situação tendo a vantagem da inequívoca maior comparabilidade a nível europeu, tem como desvantagem o facto da licenciatura ser actualmente uma designação mais aceite

e consensual em termos institucionais, políticos e sociais. O CNE propôs em 1993 uma nova designação – diploma de estudos superiores, a qual teria a vantagem de obviar à escolha

entre as designações já existentes, mas tem como desvantagem a dificuldade de reconhecimento pela população em geral, além de que a designação proposta não parece muito ajustada, pois em bom rigor, todos os diplomas conferidos pelas instituições de ensino superior, são diplomas de estudos superiores.

Entende-se pois que, a designação do grau único deverá ainda ser objecto de análise e discussão futura.

Quanto aos graus de pós-graduação, entende-se que deverão manter-se as designações actuais: Mestrado e Doutoramento;

- b) Grau único de graduação no ensino superior (com designação a estabelecer posteriormente) e o ciclo de estudos correspondente deverá ter um mínimo de 3 anos e um máximo de 4 anos de duração, ou, em créditos ECTS, um mínimo de 180 e um máximo de 240;

- c) O grau único de graduação deverá

Deverá existir um só grau único de graduação universal para todo o ensino superior, em substituição dos actuais dois graus: bacharelato e licenciatura.

dar acesso ao exercício de actividades profissionais requerentes de formação superior. As profissões que tenham constrangimentos legais específicos, nacionais ou comunitários que

impliquem outros requisitos de formação, deverão ser rigorosamente referenciadas em anexo próprio, bem como os respectivos requisitos de formação e graduação que deverão ser identificados como diplomas de graduação profissional. Em qualquer caso e à excepção da docência no ensino superior e da investigação científica, não deverá constituir, em caso algum, requisito de

acesso à profissão o grau de doutor e o grau de

mestre só poderá ser admissível em situações excepcionais e, a acontecer, sob a forma de mestrado profissional;

d) O grau de Mestre não deve, à semelhança de diversos países europeus, ter somente a natureza de grau de investigação, como está previsto na legislação em vigor, mas que já nem sequer constitui a única prática em diversas instituições portuguesas. Assim entende-se que o ciclo de estudos conducente ao mestrado poderá ter duas finalidades principais distintas: a formação a nível de especialização profissional (competências profissionais específicas) ou a formação a nível de investigação numa área científica (competências de investigação científica). Assim deverão existir dois tipos de mestrado, formalmente distintos: mestrados profissionais e mestrados de investigação. Os primeiros,

os segundos, orientados para a investigação (research-oriented) deverão conter obrigatoriamente uma componente de métodos de investigação, não inferior a 12 unidades ECTS. A duração do ciclo de estudos de mestrado deverá ter a duração mínima de um ano (60 ECTS) e máxima de dois (120 ECTS);

O ciclo de estudos conducente ao mestrado poderá ter duas finalidades principais distintas.

e) O doutoramento, sendo um grau de investigação, deverá ter como requisito de acesso a certificação de suficiência investigadora, a qual poderá assumir uma das seguintes formas:

I) Um mestrado de investigação na respectiva área;

II) Um mestrado profissional na respectiva área que contenha pelo menos 12 unidades ECTS em métodos de investigação;

III) Um mestrado profissional na respectiva área, acrescido de 12 unidades ECTS em métodos de investigação;

IV) Uma licenciatura

(ou, no futuro, o diploma de grau único) na respectiva área, com classificação não inferior a 16 valores, ou sendo inferior complementada com um currículo relevante, acrescida de 12 unidades ECTS em metodologias de investigação.

O doutoramento poderá incluir parte curricular ou não, podendo, nos casos em que inclua, ser dispensados da mesma, total ou parcialmente, os portadores de mestrado na respectiva área ou aqueles que se apresentem com currículo científico es-

pecialmente relevante, devendo generalizar-se os cursos de doutoramento no âmbito das instituições que detenham os requisitos para o efeito;

f) As instituições que conferem o 1.º grau (grau único de graduação), deverão conferir igualmente o 2.º grau (mestrado). O tipo de instituições existentes ou a criar e os requisitos a que devem obedecer tendo em vista a concessão do grau de doutor, deverão ser objecto de discussão posterior e vir a ser definidas em lei própria para o efeito;

g) Deverão existir cursos pós-secundários não conferentes de grau, mas conferentes de diploma de qualificação profissional de nível IV. Tais cursos deverão ter como exigência de acesso o ensino secundário completo ou equivalente e poderão ser creditados para prosseguimento de estudos no âmbito de um curso de grau, devendo o acesso a este pelos diplomados, ser objecto de contingente específico;

O doutoramento poderá incluir parte curricular ou não.

h) Deverão existir formações pós-graduadas não conferentes de grau (designadamente as referidas em c)), mas certificadas com diploma próprio com natureza profissional específica ou não;

i) Deverá ser definido um período de transição do actual sistema para o proposto, durante o qual deverão as instituições proceder à reorganização do seu quadro de formação e o Governo e outras entidades intervenientes deverão proceder às alterações legislativas, estatutárias ou regulamentares com implicações a jusante do sistema de ensino superior.

As instituições que conferem o 1.º grau deverão conferir igualmente o 2.º grau.

profissionalmente orientados, deverão dirigir-se a profissionais (ou, em casos específicos, a candidatos a profissionais) e deverão incluir obrigatoriamente uma componente baseada em tarefas da profissão (work-based) e,

Aplicação da Declaração de Bolonha: Princípios em Discussão Pública

3. Declaração conjunta dos Ministros da Educação Europeus

Reunidos em Bolonha a 19 de Junho de 1999

O processo europeu tem-se tornado uma realidade cada vez mais concreta e relevante para a União Europeia e para os seus cidadãos,

graças às extraordinárias realizações dos últimos anos. As perspectivas de alargamento assim como as estreitas relações com os outros países europeus acrescem uma maior di-

mensão a esta realidade. Simultaneamente, temos vindo a testemunhar uma consciencialização crescente em largas faixas da esfera política, académica e da opinião pública, da necessidade de criar uma Europa mais completa e abrangente, em especial no que respeita à construção e ao reforço das suas dimensões intelectual, cultural, social, científica e tecnológica.

Reconhece-se hoje, amplamente, que a Europa do Conhecimento constitui factor insubstituível para o crescimento humano e social, sendo componente indispensável para a consolidação e para o enriquecimento da cidadania europeia, capaz de fornecer aos seus cidadãos as necessárias competências para encarar os desafios do novo milénio, bem como desenvolver a consciência de valores partilhados e relativos a um espaço comum, social e cultural.

A importância tanto da educação como da cooperação no desenvolvimento e no reforço de sociedades estáveis, pacíficas

e democráticas é universalmente reconhecida como da maior importância, sobretudo em vista da situação do sudeste europeu.

A Declaração da Sorbonne, a 25 de Maio de 1988, que foi sustentada por estas considerações, sublinhou o papel fundamental das universidades no desenvolvimento das dimensões cultu-

rais europeias. Acentuou a criação do espaço europeu do Ensino Superior como a chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos, para além do desenvolvimento geral de todo o continente.

Vários países europeus têm aceite o convite para se empenharem na concretização

dos objectivos propostos na declaração, quer assinando-a, quer expressando, em princípio, o seu assentimento. O rumo de várias reformas no Ensino Superior, entretanto em curso na Europa, provou, da parte de muitos governos, a sua determinação de actuar.

As instituições europeias do Ensino Superior, por sua vez, aceitaram o desafio, assumindo o principal papel na cons-

trução do espaço europeu do Ensino Superior, também na esteira dos princípios fundamentais lançados no documento Magna Charta Universitatum de Bolonha, de 1988. Este facto reveste-se da maior importância, dado que tanto a independência como a autonomia das universidades asseguram que os sistemas do Ensino Superior e da investigação se continuem a adaptar às necessidades de mudança, às exigências da sociedade e aos avanços do conhecimento científico.

O rumo foi colocado na direcção certa, dentro dos objectivos apropriados. A obtenção de maior compatibilidade e de maior comparabilidade dos sistemas do Ensino Superior requer, no entanto, uma contínua energia para se cumprir plenamente. É preciso apoiá-la mediante a promoção de medidas concretas para progredir com evidentes passos. O encontro de 18

Reconhece-se hoje, amplamente, que a Europa do Conhecimento constitui factor insubstituível para o crescimento humano e social, sendo componente indispensável para a consolidação e para o enriquecimento da cidadania europeia.

Vários países europeus têm aceite o convite para se empenharem na concretização dos objectivos propostos na declaração, quer assinando-a, quer expressando, em princípio, o seu assentimento.

de Junho reuniu reconhecidos especialistas e estudiosos de todos os nossos países que nos deram sugestões muito úteis para futuras iniciativas.

Em especial, deve-se ter em conta o objectivo de elevar a competitividade internacional do sistema europeu de Ensino Superior. A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização pode medir-se pela atracção que a sua cultura exerce sobre

... os outros países. Precisamos de assegurar que o sistema europeu do Ensino Superior consiga adquirir um grau de atracção mundial semelhante ao das nossas extraordinárias tradições cultural e científica.

Ao mesmo tempo que se afirma o nosso apoio aos princípios gerais estabelecidos pela

Declaração da Sorbonne, comprometemo-nos a coordenar as nossas políti-

cas de modo a conseguir a breve trecho, e, em todo o caso, na primeira década do terceiro milénio, os objectivos que se seguem, e que estimamos ser de primordial relevância, de forma a estabelecer-se o espaço europeu do Ensino Superior e a promover o sistema europeu do Ensino Superior em todo o mundo:

- **Adopção de um sistema de graus de acessível leitura e comparação,** também pela implementação do Suplemento ao Diploma, para promover entre os cidadãos europeus a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior;

- **Adopção de um sistema essencialmente baseado em dois ciclos principais, o graduado e o pós-graduado.** O acesso ao segundo ciclo vai requerer o termo com êxito dos estudos do primeiro ciclo, com a duração mínima de três anos. O grau conferido, após o primeiro ciclo, será também relevante para o mercado europeu do trabalho como nível apropriado de qualificação. O segundo ciclo deverá conduzir aos graus de mestre e/ou doutor como acontece em muitos países europeus;

- **Estabelecimento de um sistema de**

créditos - como, por exemplo, no sistema ECTS - como um correcto meio para promover a mobilidade mais alargada dos estudantes. Os créditos podem também ser adquiridos em contextos de ensino não superior, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, desde que sejam reconhecidos

A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização pode medir-se pela atracção que a sua cultura exerce sobre os outros países.

pelas respectivas Universidades de acolhimento;

- **Promoção da mobilidade, ultrapassando obstáculos ao efectivo exercício da livre mobilidade,** com particular atenção;

- aos estudantes, no acesso às oportunidades de estudo e formação, bem como a serviços correlativos;

- aos professores, investigadores e pessoal administrativo, no reconhecimento e

na valorização dos períodos, passados num contexto europeu de investigação, de ensino e de formação, sem prejuízo dos seus direitos estatutários;

- **Promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade,** com vista a desenvolver critérios e metodologias comparáveis;

- **Promoção das necessárias dimensões europeias do Ensino Superior,** especialmente no que respeita ao de-

senvolvimento curricular, à cooperação interinstitucional, aos esquemas da mobilidade e aos programas integrados de estudo, de formação e de investigação.

Comprometemo-nos, por este meio, a alcançar estes objectivos — no quadro das nossas competências institucionais, guardando um completo respeito pela diversidade de culturas, línguas, sistemas nacionais de educação da autonomia universitária — para consolidar o espaço europeu do Ensino Superior. Com esse fim, prosseguiremos o rumo da cooperação intergovernamental, em conjunto com o das organizações europeias não governamentais com competência no Ensino Superior.

Espera-se que as universidades, mais uma vez, respondam pronta e positivamente e que contribuam activamente para o êxito das nossas diligências.

Na convicção de que o estabelecimento do espaço europeu do Ensino Superior requer constante apoio, vigilância e adaptação às necessidades contínuas que

Espera-se que as universidades, mais uma vez, respondam pronta e positivamente e que contribuam activamente para o êxito das nossas diligências.

se vão desenvolvendo, decidimos voltar a reunir dentro de dois anos para avaliar a progressão conseguida bem como os novos passos a dar.

Assinada por 29 países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Eslováquia, Eslovénia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, Roménia, República Checa, Suécia, Suíça.



Como habitualmente o Instituto Politécnico de Leiria celebrou mais um Natal “em família”. O Jantar de Natal deste ano decorreu no passado dia 7 de Dezembro e juntou mais de 500 pessoas, entre funcionários docentes e não docentes e respectivas famílias.

A festa decorreu na Quinta do Paúl, em Ortigosa – Leiria. Para além do jantar houve animação com música ao vivo e muita vontade de dançar.

Jantar de Natal



Associações de Estudantes

ESE

O Baile do Caloiro e o Arraial do caloiro foram duas iniciativas em que a Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Leiria esteve particularmente empenhada nos meses de Outubro e Novembro.

O jornal Akadémicus é um projecto para ficar numa fase em que se pensa já na eleição de nova direcção da Associação de Estudantes.

ESTG

A AE ESTG deseja a todos os estudantes, docentes e não docentes, um Feliz 2002 e uma mão cheia de sucessos académicos.

ESTGAD

Preocupada com as questões das políticas da Educação, a AE ESTGAD tem realizado debates, sessões de esclarecimento, RGA's nas quais têm sido abordados temas como: Cortes no Orçamento de Estado para a Educação 2002, o Reconhecimento das licenciaturas de Design, Artes plásticas e Tecnologias de Informação Empresarial para habilitações próprias para a docência, Regime de

Instalação, Reforma Curricular; Serviços de Acção Social, Sistemas de Avaliação, Regulamento para Reclamações e Recursos de Notas, Livros de Sumários, entre outros. Estas iniciativas têm tido a adesão de muitos estudantes da ESTGAD resultando muitas vezes em participações de manifestações de carácter nacional.

Um Centro de Cópias é um projecto já em fase de concretização com o apoio da Câmara Municipal de Caldas da Rainha entidade, aliás que está a cooperar também num outro projecto, de carácter desportivo, no sentido de estabelecer um protocolo que permita aos estudantes da ESTGAD usufruir dos equipamentos desportivos da cidade. Prevista para breve está a concepção de uma página na Internet.

A festa de Natal da Escola contou com várias actividades nas quais a AE ESTGAD participou activamente.

ESTM

Particularmente envolvida na organização da recepção ao caloiro 2001, que decorreu em Novembro na cidade de Pe-



niche, a Associação de Estudantes da ESTM foi a votos no passado dia 12 de Dezembro tendo sido eleito um novo presidente e respectiva direcção. Carlos Arromba é o novo dirigente associativo que desempenhará funções durante o ano de 2002.

Das actividades em curso, destaque para o empenhamento da AE ESTM no sentido de proporcionar à comunidade académica cursos de actividades desportivas, de que se destacam o mergulho, o voleibol e a vela.

ESEnf

Entre as várias actividades desenvolvidas neste último trimestre, destaque para colaboração na organização da semana do caloiro 2001, magusto na ESEnf e do jantar de Natal, eventos que envolveram grande parte da população escolar.

A 30 de Outubro realizaram-se eleições para a Direcção da AE, tendo sido reeleito Nuno Lopes que assume a direcção para mais um mandato.

"Emergências/ Urgências" é o tema das IV Jornadas de Enfermagem a decorrer nos dias 18 e 19 de Abril no auditório da ESTG-Leiria. A organização do evento está a cargo dos alunos da ESEnf com a colaboração da Associação de estudantes.

Ficha Técnica

Director: Luciano de Almeida. *Director Adjunto:* João Paulo Marques. *Coordenação Executiva:* Miguel Jerónimo. *Conselho Redactorial:* Elísio Pinto, João Paulo Marques, José Loios, José Manuel Silva, José Ventura da Cruz Pereira, Luciano de Almeida, Miguel Jerónimo, Nuno Mangas, Olga Terça. *Colaboradores:* Alexandre Bastos (IPL), Ana Maria Sousa (ESE), Ana Raquel Martins (ESTG), Bernardo Costa (ESTM), Celina Gaspar (SAS), Fátima Gonçalves (ESEnf), Sandra Ferreira (ESTGAD).

Edição: Instituto Politécnico de Leiria

Composição e Paginação: Jorlis - Edições e Publicações, Lda. *Direcção de Produção:* Anabela Frazão. *Concepção Gráfica:* Regina Sebastião. *Impressão:* Mirandela - Artes Gráficas, SA *Tiragem:* 13.500 exemplares.

ISSN: 0874-9779. *Depósito Legal:* 156833/00. *Registada no ICS.* *Periodicidade:* Trimestral. *Dezembro de 2001*



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

Votos de um feliz 2002



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Serviços Centrais

Edifício Maringã - Torre 2, 2º
Apartado 3041 - 2400-903 Leiria
Tel. 244 830 010 - Fax 244 813 013
E-mail: ipleiria@iplei.pt
www.iplei.pt

Serviços de Acção Social

Morro do Lena - Alto do Vieiro
Apartado 2829 - 2401-901 Leiria
Tel. 244 830 640 - Fax 244 830 646
E-mail: sas@sas.iplei.pt

ESE Leiria

Rua Dr. João Soares - Porto Moniz
Apartado 4045 - 2400-448 Leiria
Tel.: 244 829 400 - Fax: 244 829 499
E-mail: esel@esel.iplei.pt
www.esel.iplei.pt

ESTG Leiria

Morro do Lena - Alto do Vieiro
Apartado 4163 - 2411-901 Leiria
Tel.: 244 820 300 - Fax: 244 820 310
E-mail: estg@estg.iplei.pt
www.estg.iplei.pt

ESTGAD Caldas da Rainha

Rua Isidoro Inácio Alves de Carvalho
Apartado 823 - 2500-917 Caldas da Rainha
Tel.: 262 830 900 - Fax: 262 830 904
E-mail: estgad.ipl@mail.telepac.pt

ESTM Peniche

Santuário Nossa Senhora dos Remédios
Estrada dos Remédios - 2520-631 Peniche
Tel.: 262 783 607 - Fax: 262 783 088
E-mail: estm@estm.iplei.pt
www.estm.iplei.pt

ESEnf Leiria

Rua das Olhalvas - 2414-016 Leiria
Telef. 244 813 388 - Fax 244 815 866
E-mail: esenf.leiria@mail.telepac.pt

www.iplei.pt

ESE Leiria

Escola Superior de Educação de Leiria

LICENCIATURAS

- Comunicação Social e Educação Multimédia
- Educação de Infância
- Professores do Ensino Básico - 1º Ciclo
- Professores do Ensino Básico - 2º Ciclo
- Variantes:
 - Educação Física
 - Educação Musical
 - Educação Visual e Tecnológica
 - Matemática e Ciências da Natureza
 - Português e Inglês
- Relações Humanas e Comunicação no Trabalho
- Turismo

ESTG Leiria

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria

LICENCIATURAS

- Comércio e Marketing
- Contabilidade e Finanças (só ensino nocturno)
- Engenharia do Ambiente
- Engenharia Automóvel
- Engenharia Civil
- Engenharia Electrotécnica
- Engenharia Electrotécnica (regime nocturno-só 1º ciclo)
- Engenharia e Gestão Industrial
- Engenharia Informática
- Engenharia Informática (regime nocturno-só 1º ciclo)
- Engenharia Informática e Comunicações
- Engenharia Mecânica
- Engenharia Mecânica (regime nocturno-só 1º ciclo)
- Gestão e Administração Pública
- Gestão de Empresas
- Solicitação
- Tradução

ESTGAD Caldas da Rainha

Escola Superior de Tecnologia, Gestão,
Arte e Design de Caldas da Rainha

LICENCIATURAS

- Artes Plásticas
Opções:
Pintura, Escultura, Gravura
(no 1º ciclo do curso biológico de Licenciatura)
- Design
Ramos:
Design Industrial, Tecnologias para a Cerâmica,
Tecnologias Gráficas, Tecnologias Multimédia
- Tecnologias da Informação Empresarial

ESTM Peniche

Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche

LICENCIATURAS

- Biologia Marinha e Biotecnologia
- Engenharia Naval e Industrial
- Gestão Turística e Hoteleira
- Turismo e Mar

ESEnf Leiria

Escola Superior de Enfermagem de Leiria

LICENCIATURAS

- Enfermagem

ESARTE Caldas da Rainha

Escola Superior de Animação e Artes
do Espectáculo de Caldas da Rainha

LICENCIATURAS

- Animação Cultural*
- Som e Imagem*
- Teatro*

*ENTRADA EM FUNCIONAMENTO
NO ANO LECTIVO DE 2002/2003

